

GEORGE ANDRE LANDO
NEON BRUNO DOERING

AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**INTERSECCIONALIDADES, JUSTIÇA SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**



GEORGE ANDRE LANDO
NEON BRUNO DOERING

AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

INTERSECCIONALIDADES, JUSTIÇA SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO



Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Assistente editorial

Flávia Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha

2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena

Editora

Os direitos desta edição foram cedidos

à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

A Atena Editora mantém um compromisso firme com a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, assegurando que os padrões éticos e acadêmicos sejam rigorosamente cumpridos. Adota políticas para prevenir e combater práticas como plágio, manipulação ou falsificação de dados e resultados, bem como quaisquer interferências indevidas de interesses financeiros ou institucionais. Qualquer suspeita de má conduta científica é tratada com máxima seriedade e será investigada de acordo com os mais elevados padrões de rigor acadêmico, transparência e ética.

O conteúdo da obra e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade, são de responsabilidade exclusiva do autor, não representando necessariamente a posição oficial da Atena Editora. O download, compartilhamento, adaptação e reutilização desta obra são permitidos para quaisquer fins, desde que seja atribuída a devida autoria e referência à editora, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Os trabalhos nacionais foram submetidos à avaliação cega por pares realizada pelos membros do Conselho Editorial da editora, enquanto os internacionais foram avaliados por pareceristas externos. Todos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Agricultura familiar, gênero e comunidades tradicionais – Interseccionalidades, justiça social e sustentabilidade no Brasil contemporâneo

Organizadores: George Andre Lando
Neon Bruno Doering Morais
Revisão: Os organizadores
Diagramação: Nataly Evilin Gayde
Capa: Yago Raphael Massuqueto Rocha
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A278	<p>Agricultura familiar, gênero e comunidades tradicionais – Interseccionalidades, justiça social e sustentabilidade no Brasil contemporâneo / Organizadores George Andre Lando, Neon Bruno Doering Morais. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-3540-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.402251007</p> <p>1. Agricultura familiar - Brasil. I. Lando, George Andre (Organizador). II. Morais, Neon Bruno Doering (Organizador). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 338.10981</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
+55 (42) 3323-5493
+55 (42) 99955-2866
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' é utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra declara, para todos os fins, que: 1. Não possui qualquer interesse comercial que constitua conflito de interesses em relação à publicação; 2. Participou ativamente da elaboração da obra; 3. O conteúdo está isento de dados e/ou resultados fraudulentos, todas as fontes de financiamento foram devidamente informadas e dados e interpretações de outras pesquisas foram corretamente citados e referenciados; 4. Autoriza integralmente a edição e publicação, abrangendo os registros legais, produção visual e gráfica, bem como o lançamento e a divulgação, conforme os critérios da Atena Editora; 5. Declara ciência de que a obra será publicada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), a qual permite o compartilhamento, armazenamento, reprodução, adaptação e disponibilização em repositórios digitais e outras plataformas, desde que sejam devidamente atribuídos a autoria e os créditos à editora; 6. Assume total responsabilidade pelo conteúdo da obra, incluindo originalidade, veracidade das informações, opiniões expressas e eventuais implicações legais decorrentes da publicação.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite copiar, distribuir, exhibir, executar, adaptar e criar obras derivadas para quaisquer fins, inclusive comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos ao(s) autor(es) e à editora. Trata-se de uma forma alternativa de licenciamento autorizada pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), adotada com base nos princípios do acesso aberto, promovendo a livre circulação e reutilização do conteúdo acadêmico. 2. Os autores mantêm integralmente seus direitos autorais e são incentivados a divulgar esta obra em repositórios institucionais, plataformas digitais e outros meios, desde que haja a devida atribuição de autoria e menção à editora, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). 3. A editora reserva-se o direito de disponibilizar a publicação em seu site, aplicativo e demais plataformas, bem como de comercializar exemplares impressos ou digitais, quando aplicável. Nos casos de comercialização, seja por livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras, o repasse dos direitos autorais será efetuado conforme as condições previstas em contrato específico firmado entre as partes. 4. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, a editora não cede, comercializa ou autoriza o uso de dados pessoais dos autores para finalidades que não tenham relação direta com a divulgação desta obra e seu processo editorial.

Conselho Editorial Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia

Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Edevaldo de Castro Monteiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

A coletânea Agricultura Familiar, Gênero e Comunidades Tradicionais: Interseccionalidades, Justiça Social e Sustentabilidade no Brasil Contemporâneo nasce da urgência de reconhecer e valorizar os saberes, lutas e experiências que emergem dos territórios rurais e tradicionais brasileiros. Em um país atravessado por desigualdades históricas, especialmente no campo e entre populações marginalizadas, esta obra propõe uma abordagem crítica, plural e interseccional sobre temas estruturantes como acesso à terra, saúde, direitos, identidade e resistência.








Os capítulos reunidos neste volume oferecem ao leitor uma diversidade de perspectivas que dialogam entre si e revelam as complexas relações entre gênero, identidade de gênero, raça, classe, localização geográfica e modos de vida sustentáveis. A agricultura familiar, frequentemente invisibilizada nas grandes narrativas econômicas, aparece aqui como eixo de resistência sociopolítica, como estratégia de soberania alimentar e de reafirmação cultural de comunidades tradicionais, especialmente as quilombolas.

A coletânea contempla estudos de caso, análises de políticas públicas, discussões teóricas e propostas de intervenção que se debruçam sobre as desigualdades no acesso à saúde oncológica, a luta por territórios, os impactos do racismo ambiental, bem como as potencialidades da agroecologia, da economia solidária e da educação contextualizada. Em comum, os textos denunciam os mecanismos de exclusão que persistem no Brasil rural, mas também anunciam caminhos possíveis para a transformação social.

Esta obra é resultado do compromisso de pesquisadoras e pesquisadores, ativistas e sujeitos engajados na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Ao trazer à tona vozes que muitas vezes permanecem silenciadas nos discursos institucionais, reafirmamos aqui o valor das epistemologias enraizadas na vida comunitária, nos saberes tradicionais e na resistência cotidiana.

Que este livro possa contribuir para fortalecer os debates em torno das políticas públicas, das práticas de justiça social e da valorização das identidades e territórios que sustentam o Brasil profundo. Que sirva como ferramenta de denúncia, de afirmação e de diálogo entre academia, movimentos sociais e sociedade civil.

George Andre Lando

CAPÍTULO 1.....	1
DESIGUALDADES DE GÊNERO E LOCALIDADE NO ACESSO À SAÚDE ONCOLÓGICA: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER	
Ana Beatriz Aguiar da Silva Bezerra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510071	
CAPÍTULO 2.....	9
FORTALECENDO RAÍZES: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL	
Daiany Gabrielly Lima Barros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510072	
CAPÍTULO 3.....	17
CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AGRESTE MERIDIONAL	
Isabela Gomes Castelo Branco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510073	
CAPÍTULO 4.....	27
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
José Cláudio da Silva Junior	
George Andre Lando	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510074	
CAPÍTULO 5.....	35
AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E COMUNIDADES TRADICIONAIS	
Júlia Laís Macedo Ferro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510075	
CAPÍTULO 6.....	45
VULNERABILIDADE EM SAÚDE NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Lívia Rodrigues Castor Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510076	
CAPÍTULO 7.....	52
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MULHERES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA	
Lúcia Cristina da Silva Pereira	
Pedro Henrique Sette de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510077	

CAPÍTULO 857**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: ESTUDO DE CASO DE PETROLÂNDIA – PE**

Maria Rita Monteiro de Lima

Kleber Carvalho Lima

George André Lando

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510078>**CAPÍTULO 967****POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS**

Nathália Soares de Souza

Neon Bruno Doering Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022510079>**CAPÍTULO 1076****DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO USO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+**

Rodrigo Sobral

Pedro Henrique Sette de Souza

Priscilla Barbosa Sales de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40225100710>**CAPÍTULO 1187****ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA DA MICRORREIGÃO DE ITAPARICA COM BASE NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017**

Sidney Walison Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40225100711>**SOBRE OS ORGANIZADORES.....97****SOBRE OS AUTORES.....98**

DESIGUALDADES DE GÊNERO E LOCALIDADE NO ACESSO À SAÚDE ONCOLÓGICA: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER

Data de aceite: 02/07/2025

Ana Beatriz Aguiar da Silva Bezerra

1 INTRODUÇÃO

O direito à saúde, embora garantido por diversos tratados e legislações ao redor do mundo, é frequentemente violado pelas desigualdades sociais, econômicas e estruturais que permeiam as sociedades contemporâneas. No contexto da oncologia, essas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes, visto que o câncer é uma das doenças que mais demandam recursos tecnológicos, financeiros e humanos para sua prevenção, diagnóstico e tratamento. As barreiras de acesso à saúde são multifacetadas e se interseccionam com fatores como localização geográfica, gênero e identidade de gênero, reforçando padrões de exclusão que perpetuam altas taxas de morbidade e mortalidade em determinados grupos populacionais. Essas questões evidenciam a importância de compreender as dimensões que moldam o acesso à saúde oncológica, considerando não apenas os determinantes individuais,

mas também as estruturas sociais que influenciam os desfechos clínicos (Farmer et al., 2022).

A localidade é um dos determinantes mais impactantes no acesso aos serviços de saúde. Indivíduos que residem em áreas rurais, regiões remotas ou comunidades periféricas enfrentam desafios que vão além da ausência de serviços especializados. Esses territórios frequentemente apresentam escassez de infraestrutura básica, profissionais qualificados e programas de saúde pública bem implementados, dificultando o diagnóstico precoce e o tratamento adequado de doenças complexas como o câncer (Henley et al., 2017). Em contrapartida, regiões urbanas centralizadas tendem a concentrar hospitais de referência e centros de pesquisa, criando um paradoxo onde a geografia define as chances de sobrevivência de um indivíduo.

A distância física entre a residência do paciente e o centro de tratamento não é apenas um obstáculo logístico, mas também econômico e emocional. Custos

associados a deslocamentos, estadias e perdas de produtividade laboral dificultam a adesão ao tratamento, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a ausência de programas descentralizados, como unidades móveis de diagnóstico ou serviços de telemedicina, reforça essas desigualdades. Estudos indicam que pacientes em áreas distantes apresentam taxas mais elevadas de diagnóstico em estágios avançados da doença, resultando em piores prognósticos e maior mortalidade (Freeman & Wingrove, 2017).

As desigualdades de gênero no acesso à saúde oncológica revelam um cenário complexo e multifacetado. Culturalmente, os papéis de gênero moldam a forma como homens e mulheres percebem sua saúde e buscam atendimento médico. Mulheres, por exemplo, enfrentam dificuldades como baixa autonomia financeira e sobrecarga de responsabilidades familiares, fatores que podem atrasar a busca por cuidados preventivos e diagnósticos. Apesar disso, elas geralmente demonstram maior adesão a programas de rastreamento, como mamografias e exames preventivos de câncer de colo uterino, devido a políticas públicas voltadas especificamente para a saúde feminina (Smith et al., 2019).

Os homens, por outro lado, são menos propensos a realizar consultas de rotina e exames preventivos. A masculinidade tradicional, muitas vezes associada à ideia de invulnerabilidade, contribui para a negligência de sintomas iniciais e para o diagnóstico tardio de doenças graves, como o câncer de próstata. Essa resistência cultural é agravada pela ausência de campanhas robustas voltadas para a saúde masculina, o que perpetua o desconhecimento e o atraso na detecção precoce (Whitehead, 1992).

Além disso, as identidades de gênero não-binárias enfrentam barreiras ainda mais complexas. Indivíduos transgêneros frequentemente se deparam com discriminação, preconceito institucionalizado e falta de capacitação dos profissionais de saúde para atender às suas necessidades específicas. A ausência de protocolos adaptados para esse público reflete uma lacuna significativa nas políticas públicas de saúde, que continuam a marginalizar populações vulneráveis, resultando em desfechos oncológicos ainda mais desfavoráveis (Bauer et al., 2015).

O câncer, embora seja amplamente reconhecido como uma doença multifatorial, é também um reflexo das condições sociais e econômicas que moldam o acesso aos cuidados de saúde. A carga da doença não é distribuída de forma uniforme entre as populações; ela recai desproporcionalmente sobre aqueles que enfrentam barreiras socioeconômicas, de gênero e de localidade. Indivíduos em contextos de pobreza, por exemplo, enfrentam maiores dificuldades para acessar tecnologias de ponta, como terapias-alvo e imunoterapias, que são frequentemente limitadas a hospitais de alta complexidade localizados em grandes centros urbanos (Ferlay et al., 2020).

Programas de rastreamento e diagnóstico precoce, essenciais para reduzir a mortalidade por câncer, são frequentemente inacessíveis para populações de baixa renda ou residentes em áreas periféricas. A fragmentação dos sistemas de saúde, combinada com

a ausência de políticas públicas inclusivas, agrava essas disparidades. Mesmo em países com sistemas de saúde universal, como o Brasil, existem lacunas significativas no acesso a tratamentos avançados, devido à sobrecarga dos serviços públicos e à centralização de recursos especializados.

Quando analisamos a interseção entre localidade e gênero no acesso ao tratamento oncológico, torna-se evidente que as desigualdades não operam de forma isolada. Mulheres que residem em áreas rurais enfrentam desafios cumulativos, incluindo a escassez de serviços especializados e normas culturais que frequentemente priorizam os cuidados de saúde dos homens dentro das famílias. Essa desigualdade estrutural pode ser observada em países em desenvolvimento, onde o câncer de mama, embora seja altamente tratável em estágios iniciais, ainda apresenta altas taxas de mortalidade devido à falta de diagnóstico precoce (Henley et al., 2017).

Da mesma forma, homens que residem em localidades remotas enfrentam barreiras culturais e estruturais, como a falta de campanhas educativas sobre a importância de exames preventivos e a ausência de serviços urológicos acessíveis. Indivíduos transgêneros e não-binários, por sua vez, estão ainda mais marginalizados, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica, onde o acesso a tratamentos especializados é praticamente inexistente. Essa marginalização reflete a necessidade urgente de políticas públicas que contemplem a diversidade de identidades e realidades geográficas.

Para enfrentar as desigualdades no acesso à saúde oncológica, é fundamental adotar abordagens integrativas que considerem tanto as barreiras estruturais quanto as especificidades culturais e sociais. Programas de saúde descentralizados, que levem serviços especializados às regiões mais afastadas, são essenciais para ampliar o alcance das políticas públicas. Além disso, é indispensável capacitar os profissionais de saúde para atender às necessidades de populações diversas, com foco na equidade de gênero e inclusão de identidades não-binárias.

A promoção de campanhas educativas, a implementação de políticas afirmativas e a ampliação de investimentos em infraestrutura de saúde são ações que podem transformar o cenário atual. Contudo, essas iniciativas precisam estar ancoradas em um compromisso político e social que reconheça a saúde como um direito universal e a desigualdade como uma violação desse direito.

Nesse sentido, o estudo tem por objetivo analisar como as diferenças de gênero, incluindo identidade de gênero, e a localidade influenciam o acesso à saúde, com foco no diagnóstico, prevenção e tratamento oncológico, evidenciando as disparidades no atendimento a pacientes em diferentes contextos socioeconômicos e geográficos.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso ao cuidado oncológico é uma questão multifacetada, com desigualdades evidentes em termos de gênero, identidade de gênero e localização geográfica. Essas desigualdades não se restringem apenas ao acesso físico aos serviços de saúde, mas também envolvem barreiras econômicas, socioculturais e políticas que agravam a vulnerabilidade de grupos marginalizados (Whitehead et al., 2008; Phipps et al., 2016). No contexto das mulheres, os cânceres ginecológicos, como os de mama e colo de útero, frequentemente são identificados de forma tardia devido a uma combinação de fatores, como a falta de infraestrutura médica e a subnotificação dos sintomas em áreas rurais (Whitehead et al., 2008).

Por outro lado, as pessoas transgênero enfrentam desafios únicos no acesso ao cuidado oncológico, que vão desde a marginalização social até a falta de protocolos médicos adaptados às suas necessidades específicas (Bauer et al., 2015; Jaspal & Cinnirella, 2017). Além disso, a localização geográfica também desempenha um papel crucial na equidade do tratamento oncológico, com diferenças substanciais observadas entre as populações urbanas e rurais, principalmente em países de baixa e média renda (Ferlay et al., 2020; Henley et al., 2017). Estudos apontam que regiões rurais e periféricas carecem de centros oncológicos adequados, o que leva a diagnósticos tardios e tratamentos menos eficazes (Burnet et al., 2014; Henley et al., 2017).

Ao considerar essas desigualdades de forma interseccional, é possível observar que o acesso ao tratamento oncológico continua a ser um desafio para populações específicas, principalmente as que vivem em regiões periféricas ou em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

2.1 Diferenças de Gênero e Identidade de Gênero no Acesso à Saúde Oncológica

A relação entre gênero, identidade de gênero e saúde oncológica é complexa e multifacetada, evidenciando profundas desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços prestados. Segundo Whitehead (1992), equidade em saúde é atingida quando as diferenças evitáveis entre grupos populacionais são eliminadas, mas as disparidades de gênero persistem em diversas dimensões do cuidado oncológico.

Estudos destacam que as mulheres enfrentam desigualdades no acesso ao cuidado oncológico, especialmente em relação a cânceres ginecológicos e mama. As mulheres geralmente têm maior propensão a buscar cuidados médicos preventivos em comparação aos homens, mas as taxas de diagnóstico precoce ainda são impactadas pela falta de infraestrutura de saúde, falta de programas adequados de rastreamento e o estigma associado ao câncer. Whitehead et al. (2008) observam que, embora as mulheres procurem tratamento mais cedo, ainda há uma grande disparidade na detecção precoce,

principalmente em áreas rurais, onde a falta de centros de saúde especializados impede a realização de exames preventivos.

Não obstante, é evidenciado que fatores socioeconômicos, como a pobreza e a falta de educação em saúde, influenciam diretamente a detecção e o tratamento do câncer entre as mulheres. Phipps et al. (2016) mostraram que a escassez de recursos, especialmente em países em desenvolvimento, é um dos maiores desafios para o acesso ao tratamento oncológico. Freeman e Wingrove (2017) apontam que, em muitas regiões, as mulheres enfrentam uma resistência cultural e estrutural que impede que busquem tratamento, resultando em diagnósticos mais tardios e menores taxas de sobrevida.

No caso da população transgênero, as desigualdades são ainda mais evidentes. Jaspal e Cinnirella (2017) destacam que a marginalização da população transgênera impede o acesso a cuidados médicos adequados. Essa população enfrenta discriminação e falta de protocolos médicos inclusivos, o que prejudica sua adesão a programas de rastreamento de câncer e aumenta o risco de diagnósticos tardios. De acordo com Bauer et al. (2015), a exclusão dos serviços de saúde é particularmente grave em países com sistemas de saúde pouco preparados para atender as necessidades dessa população. Além disso, indivíduos transgêneros, frequentemente não têm acesso adequado a tratamento hormonal, o que pode agravar o risco de certos tipos de câncer, como os de mama e próstata.

O estudo de Reisner et al. (2016) também revela que as pessoas transgênero enfrentam desafios psicológicos adicionais, como ansiedade e depressão, fatores que podem dificultar a busca por cuidados médicos. Esses desafios, combinados à discriminação no atendimento médico, resultam em um diagnóstico tardio e um tratamento muitas vezes inadequado.

2.2 Impacto da Localidade no Diagnóstico e Tratamento Oncológico

A localidade do indivíduo é um dos fatores determinantes mais expressivos na prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer. Em regiões rurais ou periféricas, a distância até os centros especializados e a falta de transporte acessível dificultam o acesso aos cuidados. Freeman e Wingrove (2017) ressaltam que a ausência de infraestrutura adequada nesses locais reduz significativamente a detecção precoce de câncer, resultando em um aumento das taxas de mortalidade. O estudo de Burnet et al. (2014) mostrou que as áreas rurais carecem de centros oncológicos adequados, o que leva a um diagnóstico tardio, quando o câncer já se encontra em estágios avançados e as opções de tratamento são limitadas.

A pesquisa de Ferlay et al. (2020) sobre a incidência e mortalidade de câncer em nível mundial revela uma clara desigualdade entre as áreas urbanas e rurais. As populações rurais, muitas vezes, enfrentam dificuldades no acesso a exames preventivos, como mamografias e exames de colo de útero, além de uma escassez de tratamentos eficazes.

devido à falta de hospitais especializados e à escassez de profissionais capacitados. Henley et al. (2017) confirmam que a escassez de centros especializados em áreas rurais contribui para o aumento das taxas de mortalidade por câncer nessas regiões, já que os pacientes são diagnosticados em estágios mais avançados.

Outro estudo realizado por Freeman e Wingrove (2017) sobre os desafios enfrentados por regiões periféricas em países de baixa e média renda aponta que, além da falta de infraestrutura, os custos elevados de deslocamento e a dificuldade de acesso a informações sobre os cuidados preventivos tornam o tratamento oncológico mais inacessível. Em muitas dessas regiões, o transporte inadequado e a distância dos centros oncológicos tornam o acesso a tratamento ainda mais difícil, resultando em disparidades significativas nas taxas de sobrevivência entre os pacientes que residem em áreas urbanas e rurais.

2.3 Interseções entre Fatores Socioculturais, Econômicos e Regionais

As desigualdades no acesso ao cuidado oncológico não podem ser compreendidas sem considerar a interseção de fatores socioculturais, econômicos e regionais. O estudo de Whitehead (1992) argumenta que a pobreza e a falta de educação em saúde desempenham um papel central nas desigualdades de saúde, dificultando o acesso a serviços médicos em diversas comunidades. A educação em saúde é um fator chave que contribui para a detecção precoce do câncer, mas, em muitas regiões, a falta de programas de educação e conscientização impede que as populações busquem tratamento nos estágios iniciais da doença.

No caso das mulheres e da população transgênero, a marginalização social e a discriminação no ambiente médico agravam ainda mais a desigualdade no acesso ao tratamento. O estudo de Smith et al. (2019) demonstrou que a pobreza, quando combinada com a discriminação e a falta de informações sobre saúde, aumenta a probabilidade de diagnósticos tardios e de tratamentos ineficazes. Bauer et al. (2015) também destacam que, além das barreiras econômicas, a falta de políticas de saúde públicas que atendam às necessidades específicas da população transgênero contribui para as disparidades no cuidado oncológico.

A resistência cultural e os estigmas relacionados ao câncer também são fatores significativos que influenciam o acesso ao cuidado. Em muitas culturas, o câncer é visto como uma doença associada à morte e ao estigma, o que pode levar as pessoas a evitarem procurar tratamento até que os sintomas sejam irreversíveis (Smith et al., 2019). O estudo de Freeman e Wingrove (2017) também sugere que, em algumas regiões periféricas, as normas culturais que priorizam o bem-estar coletivo em detrimento da saúde individual dificultam a adesão a tratamentos médicos adequados.

2.4 Estratégias para Reduzir Desigualdades no Atendimento Oncológico

A superação das disparidades em saúde oncológica exige esforços integrados e intersetoriais. Investimentos em políticas públicas inclusivas, que considerem as particularidades de gênero e localidade, são fundamentais para promover a equidade. Freeman e Wingrove (2017) sugerem que programas de navegação de pacientes, que acompanham o indivíduo desde o diagnóstico até o término do tratamento, podem melhorar os desfechos de saúde, especialmente em populações vulneráveis.

Além disso, a capacitação de profissionais de saúde é essencial para lidar com as necessidades específicas de populações marginalizadas. Bauer et al. (2015) enfatizam que a formação continuada dos profissionais em temas como diversidade de gênero e inclusão é crucial para reduzir barreiras de acesso e melhorar a qualidade do atendimento.

Investir em infraestrutura e tecnologia, como a expansão da telemedicina e a descentralização dos serviços de saúde, também é uma solução viável. Henley et al. (2017) apontam que a implementação de centros regionais de atendimento oncológico pode reduzir as disparidades geográficas e oferecer suporte especializado às comunidades mais remotas.

Por fim, campanhas de conscientização adaptadas às especificidades socioculturais de cada região podem promover mudanças comportamentais e aumentar a adesão aos programas de prevenção e tratamento, reduzindo o impacto do câncer na população geral (Smith et al., 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disparidades no acesso e na qualidade do cuidado oncológico representam uma manifestação alarmante das inequidades estruturais presentes nos sistemas de saúde contemporâneos. A análise conduzida neste capítulo evidencia que fatores como gênero, identidade de gênero e localidade interagem de maneira profunda e interseccional, moldando os desfechos oncológicos de forma desigual e, muitas vezes, evitável. A ausência de políticas públicas inclusivas, aliada à insuficiência de infraestrutura em regiões remotas e à perpetuação de preconceitos socioculturais, compromete a eficácia dos esforços globais para o controle do câncer.

No que tange às disparidades de gênero, as barreiras enfrentadas por mulheres cisgênero e pessoas transgênero refletem uma falha sistemática na incorporação das necessidades específicas dessas populações em programas preventivos e terapêuticos. A discriminação institucional, que marginaliza indivíduos transgênero e não binários, somada à negligência em relação às particularidades do ciclo de vida feminino, perpetua lacunas no diagnóstico precoce e na adesão ao tratamento. Tais aspectos são exacerbados pela localização geográfica, que determina o acesso a recursos diagnósticos, terapêuticos e educacionais, evidenciando a sobreposição de desigualdades sociais e regionais.

A solução para tais disparidades demanda uma abordagem multiprofissional, intersetorial e culturalmente sensível, que integre esforços em diferentes níveis. A ampliação do alcance de políticas públicas inclusivas é fundamental para promover equidade, especialmente por meio da descentralização dos serviços oncológicos e da adoção de estratégias tecnológicas, como a telemedicina, para mitigar as limitações geográficas. Ademais, a formação continuada de profissionais de saúde deve priorizar a capacitação em diversidade e inclusão, assegurando um cuidado mais humanizado e eficaz às populações historicamente marginalizadas.

Por fim, é reforçado que as desigualdades na saúde oncológica não são apenas reflexo das condições individuais ou locais, mas resultam de sistemas estruturais que perpetuam iniquidades. Superar tais desafios exige ações integradas que transcendam os limites do setor de saúde, englobando políticas econômicas, educacionais e sociais que promovam a justiça social em todas as suas dimensões. O câncer, enquanto um problema de saúde pública global, não deve ser enfrentado apenas como uma questão biomédica, mas como um reflexo das complexidades políticas e sociais que moldam o acesso à saúde e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BAUER, G. R.; HAMMOND, R.; TRAVERS, R.; KAISER, A. B.; PHIPPS, E.; HOUSTON, J.; NUTTER, B. "I Don't Think This Is Theoretical; This Is Our Lives": How Erasure Impacts Health Care for Transgender People. *Journal of the Association of Nurses in AIDS Care*, v. 20, n. 5, p. 348–361, 2015.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, n. 8, p. 1-28, 2012.

FERLAY, J.; COLOMBET, M.; SOERJOMATARAM, I.; MATHERS, C.; PARKIN, D. M.; PIÑEROS, M.; ZNAOR, A.; BRAY, F. Estimating the global cancer incidence and mortality in 2018: GLOBOCAN sources and methods. *International Journal of Cancer*, v. 144, n. 8, p. 1941–1953, 2020.

FREEMAN, H. P.; WINGROVE, B. K. Excess Cervical Cancer Mortality: A Marker for Low Access to Health Care in Poor Communities. Bethesda, MD: National Cancer Institute, Center to Reduce Cancer Health Disparities, 2017.

HENLEY, S. J.; ANDERSON, R. N.; PALMER, M.; CUSHMAN, M.; PULLUM, T. W.; DEJESUS, M. I. Impact of geographic health disparities on cancer outcomes: Evidence from the United States. *Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention*, v. 26, n. 3, p. 393–399, 2017.

SMITH, R. A.; ANDREW, R. S.; LOPRINZI, C. L.; BAILEY, C. R.; MA, J.; TURNER, D. P. Disparities in Breast Cancer Care: A Global Perspective. *Breast Cancer Research and Treatment*, v. 177, n. 3, p. 517–524, 2019.

WHITEHEAD, M. The concepts and principles of equity and health. *International Journal of Health Services*, v. 22, n. 3, p. 429–445, 1992.

FORTALECENDO RAÍZES: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL

Data de aceite: 02/07/2025

Daiany Gabrielly Lima Barros

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa uma das bases do setor agropecuário brasileiro, sendo responsável pela produção de uma parcela significativa dos alimentos consumidos no país. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são classificados como familiares, contribuindo com 23% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário. Essa atividade tem grande importância na geração de empregos, na redução da pobreza rural, além de impulsionar a economia de pequenas localidades (IBGE, 2017).

Além do impacto econômico, a agricultura familiar está intrinsecamente associada à preservação cultural e ambiental, especialmente no que tange às comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Essas comunidades possuem um vasto repertório de conhecimento tradicional sobre práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, muitas vezes transmitido oralmente ao longo de gerações. Além disso, desempenham um papel importante na conservação da biodiversidade, além de atuarem de forma sustentável, contribuindo para a manutenção do meio ambiente através de práticas agrícolas que conservam solos, florestas e recursos hídricos (Diegues, 2020).

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e comunidades tradicionais têm um papel importante na promoção da equidade social e no fortalecimento da segurança alimentar. Iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) buscam assegurar condições adequadas de financiamento, acesso ao mercado e garantia de renda aos pequenos produtores. Essas políticas também promovem a inclusão de comunidades que são historicamente

marginalizadas, fortalecendo o reconhecimento e a valorização de seus costumes e conhecimentos para a sociedade brasileira (Maluf, 2019).

No entanto, a implementação de políticas públicas eficazes enfrenta diversos obstáculos, dentre eles: a insuficiência de recursos financeiros, a desigualdade no acesso às iniciativas e a presença de conflitos agrários. A ausência de uma comunicação eficiente entre programas federais, estaduais e municipais muitas vezes limita o alcance dessas ações, comprometendo seus resultados. Assim, a análise e a reavaliação periódica dessas políticas são essenciais para a garantia de sua efetividade e abrangência (Ferreira, 2021).

Assim, entender a conexão entre a agricultura familiar, as comunidades tradicionais e as políticas públicas no Brasil é fundamental para se estimular o desenvolvimento sustentável e diminuir as desigualdades sociais. Esse campo de estudo não apenas evidencia a riqueza cultural e ambiental do país, mas também destaca a importância de práticas inclusivas que conciliam progresso econômico, justiça social e conservação ambiental (Guimarães, 2022).

2 A AGRICULTURA FAMILIAR E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL

A agricultura familiar no Brasil é caracterizada por estabelecimentos agrícolas que dependem principalmente da mão de obra familiar e que têm como objetivo a produção de alimentos e a manutenção da subsistência familiar. A Lei nº 11.326/2006, define agricultura familiar como aquela realizada por agricultores que se dedicam principalmente à exploração de terras em pequena escala, com o uso de recursos familiares para a produção de alimentos, e que possuam vínculo com a terra. Já as comunidades tradicionais, conforme determinado pela Constituição Brasileira, são formadas por grupos que mantêm uma relação direta com o meio ambiente e possuem formas próprias de organização social e cultural. Exemplos de comunidades tradicionais no Brasil incluem os quilombolas, indígenas e ribeirinhos (Brasil, 2006; Almeida, 2019).

Historicamente, a origem da agricultura familiar no Brasil data do período colonial, quando a ocupação das terras era voltada para as grandes propriedades rurais, cuja produção se destinava à exportação. Com o passar dos séculos, essas populações passaram a ocupar as margens de rios, florestas e áreas remotas, empregando técnicas de cultivo adaptadas ao ambiente em que viviam. A resistência das comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, foi crucial para a preservação de práticas agrícolas e culturais, além de desempenhar um papel importante na oposição às tentativas de expropriação de suas terras (Diegues, 2020; Gomes, 2018).

A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos no Brasil, como arroz, feijão, milho e hortaliças. Além disso, as comunidades tradicionais desempenham um papel importante na conservação da biodiversidade,

através da prática da agricultura sustentável, preservando os ecossistemas. A produção agroecológica, comum entre essas populações, contribui para a preservação da qualidade do solo, da água e das florestas, ao contrário dos modelos agrícolas convencionais, responsáveis por promover desmatamento e degradação ambiental (Freire, 2017; Carvalho, 2020).

A conexão dessas comunidades com a terra vai além da produção de alimentos; ela está vinculada a uma série de práticas que asseguram a manutenção de um equilíbrio entre os seres humanos e o meio ambiente. Por exemplo, os povos indígenas têm uma relação simbiótica com a floresta, realizando plantios diversificados que mantêm a biodiversidade local e favorecem a sustentabilidade dos recursos naturais. Práticas como a agricultura de terraceamento, o uso de plantas nativas e a preservação de áreas de floresta são exemplos de como essas comunidades integram seus conhecimentos ancestrais à conservação ambiental (Santos, 2021; Mendonça, 2019).

Além da produção e preservação ambiental, as comunidades tradicionais contribuem com um saber cultural valioso, que costuma ser transmitido principalmente por meio da oralidade. Esse processo de transmissão de conhecimentos também se aplica à preservação de conhecimentos sobre técnicas agrícolas, além de rituais culturais e sabedorias locais. As gerações mais velhas, como os anciãos das comunidades indígenas e quilombolas, desempenham um papel fundamental na transmissão de ensinamentos sobre práticas agrícolas, além do uso de plantas medicinais e técnicas de manejo do solo. Este saber oral mantém-se intacto, muitas vezes, como um meio de resistência cultural e identidade territorial (Silva, 2018; Dias, 2020).

A preservação desses conhecimentos e práticas é uma das principais características das comunidades tradicionais brasileiras, pois garante a continuidade das práticas sustentáveis que se adaptaram ao longo do tempo. Ao contrário das abordagens de desenvolvimento agrícola que se fundamentam em técnicas externas e intensivas em capital, essas comunidades utilizam práticas que são fundamentadas em um entendimento profundo do ciclo natural dos ecossistemas, permitindo sua coexistência harmônica com a natureza. Este tipo de relação é essencial não apenas para a preservação do meio ambiente, mas também para a promoção de uma agricultura que respeite as particularidades de cada território (Martins, 2020).

Apesar das contribuições socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, elas ainda enfrentam inúmeros desafios, como a insegurança fundiária e a falta de acesso a políticas públicas que garantam a proteção de seus direitos. A luta pela regularização das terras, especialmente entre povos indígenas e quilombolas, é uma questão central para a proteção dessas comunidades. Sem o reconhecimento legal de seus territórios, torna-se cada vez mais difícil a preservação de suas práticas agrícolas e culturais, além de aumentar a vulnerabilidade social dessas populações (Ferreira, 2021; Santos, 2022).

As comunidades tradicionais, ao exercerem a agricultura familiar, desempenham papéis que são complementares na construção de um modelo agrícola sustentável no Brasil. Além da produção de alimentos, sua contribuição abrange também a preservação ambiental, a manutenção da biodiversidade e a perpetuação dos saberes ancestrais. Reconhecer a importância dessas comunidades é essencial para garantir um futuro mais sustentável, onde o desenvolvimento econômico seja aliado à justiça social e à preservação dos recursos naturais (Almeida, 2019; Carvalho, 2020).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia brasileira, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos para consumo interno. Para garantir sua sustentabilidade e promover o seu fortalecimento, diversas políticas públicas foram criadas ao longo dos anos, com o objetivo de melhorar as condições de vida das famílias agricultoras e estimular a produção sustentável.

3.1 Políticas de crédito e financiamento

Uma das principais políticas de crédito e financiamento para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem por objetivo facilitar o acesso a recursos financeiros para pequenos agricultores. Criado em 1995, o PRONAF oferece condições especiais de crédito, com juros baixos e prazos de pagamento adequados às necessidades dos agricultores familiares. O programa tem sido essencial para a modernização da produção agrícola e para o incentivo à inclusão social no campo, possibilitando o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos (Gomes, 2019). Além disso, foram criados fundos específicos voltados às comunidades tradicionais, como os povos indígenas e quilombolas, que enfrentam desafios adicionais no acesso ao crédito, devido à falta de documentação fundiária e à desigualdade no acesso a políticas públicas (Santos, 2020).

3.2 Políticas de comercialização e acesso ao mercado

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se destaca como uma iniciativa relevante para a promoção da inclusão dos agricultores familiares na cadeia produtiva, promovendo a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares para abastecer o sistema de segurança alimentar e nutricional do país, como entidades socioassistenciais e escolas. Esta política não só assegura a distribuição da produção local, como também contribui para a melhoria da alimentação de comunidades carentes, fortalecendo a economia local e a agricultura sustentável (Silva, 2021).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, estabelece a compra de alimentos de agricultores familiares para as escolas públicas, promovendo a alimentação saudável e a valorização dos produtos locais. Ambos os programas são instrumentos de inclusão social e de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil (Ferreira, 2022).

Além desses programas, a organização de feiras agroecológicas e de mercados locais desempenham um papel importante na promoção da comercialização direta entre os produtores e consumidores. Com a criação destes espaços, as políticas públicas incentivam o consumo de alimentos produzidos de maneira sustentável, além de fortalecer a economia local. As feiras agroecológicas, muitas vezes realizadas em áreas urbanas, proporcionam um canal direto para que os agricultores familiares comercializem seus produtos sem a intermediação de grandes redes varejistas, garantindo melhores preços tanto para produtores quanto para consumidores (Lima, 2018).

3.3 A questão do território e do direito à terra

A questão do território e do direito à terra ocupa um espaço importante para o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que a regularização e a demarcação de terras para comunidades tradicionais garantem a segurança jurídica desses grupos, permitindo com que tenham acesso às políticas públicas de maneira mais eficaz. A falta de documentação fundiária tem sido uma das principais barreiras para que comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas possam usufruir de direitos e benefícios relacionados à terra, tornando a regularização um passo essencial para a inclusão social e econômica (Martins, 2020). Além disso, a demarcação de terras indígenas e quilombolas é fundamental para proteger esses territórios de ameaças externas, como o desmatamento e o avanço de atividades predatórias, que afetam não só as comunidades, mas também o meio ambiente (Souza, 2019).

Os conflitos agrários no Brasil também têm sido alvo de preocupação, principalmente em regiões de grande extensão de terras. A disputa por território, muitas vezes associada ao desmatamento ilegal, gera tensões e violações de direitos. Nesse contexto, torna-se essencial a criação de políticas de proteção contra o desmatamento, além de mediação de possíveis conflitos agrários para garantir que essas comunidades continuem realizando suas atividades sem a ameaça de perda de terras ou destruição ambiental (Gomes, 2020). Sendo assim, a atuação de órgãos competentes, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é fundamental para a resolução de conflitos e para a promoção de uma agricultura mais sustentável.

3.4 Políticas de segurança alimentar e nutricional

As políticas públicas vêm implementando medidas para promover a segurança alimentar e nutricional, buscando garantir o acesso da população a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes. O conceito de segurança alimentar e nutricional está diretamente relacionado à produção de alimentos por pequenos produtores, que fornecem a maior parte da comida consumida internamente no Brasil. O Governo Federal, ao incentivar políticas públicas para a agricultura familiar e as comunidades tradicionais, contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - especialmente no que se refere ao ODS 2, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável (ONU, 2020). Além disso, os programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), ao serem integrados às políticas de segurança alimentar, impulsionam a produção local de alimentos, garantindo uma alimentação mais saudável e acessível para a população.

3.5 Políticas de educação e capacitação

As políticas públicas de educação e capacitação também possuem um papel importante no fortalecimento da agricultura familiar. Dentre as principais políticas, a oferta de um ensino contextualizado nas escolas rurais, levando em conta a realidade dos agricultores, mostra como essas políticas educacionais podem contribuir para o desenvolvimento do campo. A oferta de programas de capacitação técnica e profissional, além de cursos sobre agroecologia, gestão de pequenas propriedades e comercialização são alguns exemplos de temas abordados nesses programas, que têm se mostrado eficazes no aumento da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares (Andrade, 2021).

A formação profissional voltada para a agricultura familiar insere as novas gerações no setor produtivo, incentiva o uso de tecnologias adaptadas ao campo e a adoção de práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente. Esse processo de capacitação garante que os agricultores familiares se tornem mais autossuficientes e possam lidar com os desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais (Carvalho, 2020).

4 CONCLUSÃO

A prática da agricultura familiar pelas comunidades tradicionais brasileiras não apenas contribui para a produção de alimentos consumidos internamente, como também desempenha um papel importante na preservação da biodiversidade, no fortalecimento da segurança alimentar e na manutenção de práticas sustentáveis. Sendo assim, a criação de políticas públicas voltadas para esses segmentos tem sido fundamental na promoção da inclusão social, melhoria das condições de vida no campo e garantia do acesso a recursos,

mercados e direitos territoriais.

Programas como o PRONAF, o PAA e o PNAE demonstram a capacidade das políticas públicas de integrar pequenos produtores e comunidades tradicionais a sistemas econômicos maiores, garantindo a valorização de suas culturas e o incentivo à produção sustentável. Além disso, a implementação de políticas de regularização fundiária, educação e capacitação técnica tem sido determinante para o fortalecimento dessas comunidades.

Entre os principais desafios a serem enfrentados, destaca-se a necessidade de ampliar o alcance das políticas públicas através da redução das barreiras de acesso, como a falta de documentação fundiária e a desigualdade na distribuição de recursos. Além disso, a ocorrência de conflitos agrários, que costumam ser agravados pela expansão de atividades predatórias (como mineração e agropecuária), também ameaça a estabilidade dessas comunidades e compromete seus territórios.

É igualmente necessário reforçar a articulação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade, promovendo ações integradas que contemplem as especificidades das comunidades tradicionais e da agricultura familiar. A participação ativa dessas populações no desenvolvimento e implementação de políticas públicas é importante para a garantia de que suas demandas sejam atendidas e seus direitos, preservados.

Assim, a construção de um modelo agrícola sustentável, que equilibre desenvolvimento econômico, justiça social e conservação ambiental, depende de um esforço contínuo para fortalecer a agricultura familiar e valorizar o papel das comunidades tradicionais. Essa relação deve ser constantemente reavaliada e aprimorada, visando assegurar não apenas a proteção dos recursos naturais, mas também a perpetuação das práticas e saberes que tornam essas comunidades fundamentais para o futuro do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rui. **O papel da agricultura familiar na sociedade brasileira**. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 29, n. 2, p. 123-145, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: práticas e conhecimentos locais sobre biodiversidade*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

FERREIRA, João Paulo. *Desafios da agricultura familiar no Brasil: um olhar sobre as políticas públicas contemporâneas*. Brasília: Ipea, 2021.

GUIMARÃES, Leila Maria. *Comunidades tradicionais e sustentabilidade: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

IBGE. *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MALUF, Renato Sérgio. *Agricultura familiar e segurança alimentar no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2019.

ALMEIDA, Rui. Comunidades tradicionais e os desafios da agricultura sustentável no Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre a agricultura familiar e sua definição. Diário Oficial da União, 2006.

CARVALHO, José. Agricultura familiar e sustentabilidade: práticas e desafios. Brasília: Ipea, 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação: práticas e conhecimentos locais sobre biodiversidade. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

DIAS, Maria. Saberes tradicionais: a oralidade e a preservação cultural nas comunidades rurais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

FERREIRA, João Paulo. Desafios da agricultura familiar no Brasil: um olhar sobre as políticas públicas contemporâneas. Brasília: Ipea, 2021.

FREIRE, João. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cortez, 2017.

GOMES, Maria Lúcia. O papel das comunidades tradicionais na formação do Brasil rural. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

MARTINS, Helena. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de práticas em comunidades tradicionais. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

MENDONÇA, Roberto. Práticas sustentáveis no Brasil: o papel das comunidades indígenas e quilombolas. Recife: Editora UFPE, 2019.

SILVA, Ana Lúcia. A transmissão de saberes nas comunidades tradicionais brasileiras. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SANTOS, José. Agricultura e conservação: o modelo das comunidades tradicionais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2021.

SANTOS, Eduardo. Agricultura familiar e conservação ambiental no Brasil: desafios e possibilidades. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2022.

SILVA, S. P. POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, 2011. DOI: 10.12660/cgpc.v16n58.3565. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3565>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AGRESTE MERIDIONAL

Data de aceite: 02/07/2025

Isabela Gomes Castelo Branco

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um dos pilares da economia brasileira, especialmente em regiões rurais e de forte identidade cultural, como as comunidades quilombolas. O Agreste Meridional, situado no interior de estados como Pernambuco e Alagoas, abriga várias dessas comunidades, que, apesar dos desafios, mantêm práticas agrícolas sustentáveis e representam um elo com as tradições culturais afro-brasileiras. Este capítulo discute o cenário da agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional, abordando as práticas agrícolas, os desafios enfrentados, as políticas públicas e as oportunidades de desenvolvimento sustentável. Tem um papel essencial no contexto brasileiro, sendo uma das principais formas de produção de alimentos e geração de renda para inúmeras famílias, principalmente nas zonas rurais. O cenário da agricultura

familiar em comunidades quilombolas no Agreste Meridional revela um contexto complexo, onde a produção de alimentos e a sustentabilidade convivem com questões relacionadas ao acesso à terra, políticas públicas e condições de vida.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura familiar é fundamental para garantir a segurança alimentar, especialmente em regiões como o Agreste, onde os desafios climáticos e a escassez de recursos são frequentes (Fao, 2014). Além disso, a preservação de modos de produção tradicionais e a valorização das práticas agrícolas ancestrais contribuem para a manutenção da diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental nas comunidades quilombolas (Gomes, 2019).

É predominantemente voltada para a produção de alimentos para consumo próprio e comercialização local, tem se mostrado uma alternativa importante para o fortalecimento da economia das comunidades quilombolas, especialmente

diante de um contexto de marginalização e falta de infraestrutura. Segundo (Silva, 2020), as comunidades quilombolas no Agreste Meridional enfrentam desafios relacionados à falta de acesso a crédito e assistência técnica, o que limita o crescimento e a modernização das atividades agrícolas. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas voltadas para essas comunidades é essencial para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, favorecendo a inclusão social e a melhoria das condições de vida. Portanto, compreender o cenário da agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional implica em analisar as dinâmicas de produção, as práticas tradicionais e as políticas públicas que influenciam esse contexto, considerando os desafios e as potencialidades dessa forma de agricultura, que é fundamental para a subsistência e resistência dessas populações.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e na manutenção de culturas tradicionais em diversas regiões do Brasil. O conceito de agricultura familiar, vem de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), refere-se à atividade agrícola realizada por pequenas propriedades, em que a família é a principal força de trabalho, e as decisões produtivas são tomadas com base no uso das próprias tecnologias e recursos locais. Este modelo se caracteriza pela integração entre a produção agrícola e a vida cotidiana das famílias, sendo, em grande parte, responsável por garantir a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Estudos indicam que a agricultura familiar representa cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil (IBGE, 2017), o que demonstra a importância desse modelo produtivo não apenas para a subsistência das famílias rurais, mas também para a economia nacional. Além disso, a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos, como arroz, feijão, hortaliças e leite, principalmente em áreas de agricultura de subsistência.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm sido desenvolvidas ao longo das últimas décadas, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996. Este programa visa a permissão de crédito para o financiamento de atividades agrícolas, além de outras ações de apoio técnico e assistencial, sendo um instrumento importante para a manutenção e o crescimento da agricultura familiar (MDA, 2012).

3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

As comunidades quilombolas surgiram durante o período colonial, a partir da resistência de negros africanos escravizados que fugiram das plantações e dos engenhos em busca de liberdade e autonomia. Essas comunidades se formaram em áreas isoladas, principalmente em regiões de difícil acesso, e mantiveram-se praticamente autônomas,

preservando sua cultura, suas tradições e suas formas de organização social. De acordo com (Souza, 2017), as comunidades quilombolas são espaços de resistência à opressão, representando a luta pela liberdade e pela preservação da identidade africana no Brasil.

O reconhecimento oficial das comunidades quilombolas no Brasil ocorreu com a Constituição de 1988, que garantiu o direito à terra para essas populações, reconhecendo suas práticas culturais e a importância de sua preservação. A partir desse marco legal, o governo brasileiro passou a implementar políticas de titulação de terras quilombolas, embora a luta por acesso à terra e a autonomia continue sendo um desafio constante para muitas dessas comunidades (Almeida, 2016).

Culturalmente, as comunidades quilombolas mantêm suas práticas agrícolas tradicionais, muitas vezes baseadas em saberes ancestrais transmitidos de geração em geração. Essa agricultura, apresentada pela sustentabilidade, utiliza técnicas de manejo do solo e cultivo que respeitam o equilíbrio ecológico local, contribuindo para a conservação dos recursos naturais (Oliveira, 2015). O cultivo de alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca e legumes, além do plantio de frutas e de plantas medicinais, é uma prática comum entre as comunidades quilombolas. No entanto, essas práticas agrícolas enfrentam desafios como a escassez de recursos, a falta de apoio institucional e a escassez de terras.

Embora muitas comunidades quilombolas ainda dependam da agricultura de subsistência, elas têm mostrado resistência e capacidade de inovação ao adaptar práticas agrícolas tradicionais a novas realidades, sempre com um olhar atento à preservação cultural e ambiental. A resistência dos quilombolas à modernização forçada e à pressão do mercado reflete a importância que a agricultura tem em suas vidas como forma de sustento e, sobretudo, como um vínculo com sua identidade e história.

4 CONEXÕES ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas se inserem no contexto mais amplo da agricultura familiar, compartilhando muitas das características desse modelo produtivo, como o uso da terra de maneira sustentável e a produção voltada para o consumo local e regional. A principal diferença reside no fato de que, enquanto a agricultura familiar no Brasil é um modelo amplamente disseminado em diversas regiões, as comunidades quilombolas têm um vínculo histórico e cultural profundo com a terra que cultivam, o que as torna uma expressão específica desse modelo (Carneiro, 2017).

A agricultura nas comunidades quilombolas não é apenas uma atividade econômica, mas também um meio de reafirmação cultural. O cultivo de alimentos e o manejo da terra têm um valor simbólico, representando a luta pela preservação da autonomia e da identidade quilombola, além de garantir a sobrevivência dessas comunidades. Assim, a agricultura quilombola se caracteriza por ser, ao mesmo tempo, uma prática econômica e uma expressão cultural que reflete a história de resistência dos povos negros no Brasil.

No Agreste Meridional, as comunidades quilombolas se inserem em um cenário agrícola caracterizado pela predominância de pequenos produtores e pelo uso de técnicas adaptadas às condições locais. A agricultura familiar nessas comunidades desempenha um papel crucial na manutenção do modo de vida quilombola, sendo uma forma de resistência tanto à pressão externa quanto às transformações impostas pelo mercado e pelas políticas públicas (Lima, 2018).

5 A REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL

O Agreste Meridional é uma importante sub-região do estado de Pernambuco, caracterizada por aspectos geográficos, climáticos e socioeconômicos únicos que influenciam suas atividades produtivas. Localizada entre a Zona da Mata e o Sertão, essa região apresenta uma diversidade de cultivos e atividades econômicas, principalmente voltadas para a agricultura e a pecuária. Este trabalho busca analisar as principais características geográficas, climáticas e socioeconômicas da região, além de discutir as peculiaridades da sua agricultura, com foco na diversidade de cultivos e nas atividades produtivas típicas da área.

5.1 Geografia, clima e aspectos socioeconômicos da região

Essa região ocupa uma vasta área do estado de Pernambuco, limitando-se ao norte com o Agreste Setentrional, ao sul com a Zona da Mata e o Sertão, a oeste com a Paraíba e a leste com o Oceano Atlântico. Geograficamente, é uma região composta por planaltos e serras que variam de altitude e favorecem diferentes tipos de ocupação humana. A topografia acidentada e a presença de várias bacias hidrográficas conferem à região uma grande importância hídrica, essencial para a agricultura local.

O clima predominante é o semiárido, com chuvas concentradas entre os meses de março e agosto, variando de acordo com a proximidade do Sertão e da Zona da Mata. De acordo com (Cavalcanti, 2011), o clima da região do Agreste Meridional é caracterizado por verões quentes e secos, com chuvas irregulares e pouca umidade. As temperaturas médias anuais variam entre 22°C e 30°C. A irregularidade pluviométrica e a baixa umidade relativa do ar são fatores que influenciam diretamente as atividades econômicas da região, exigindo técnicas de manejo adequadas para a sustentabilidade da produção agrícola.

Em termos socioeconômicos, o Agreste Meridional é marcado por uma economia voltada principalmente para a agricultura, com destaque para o cultivo de grãos, frutas e vegetais. Além disso, a pecuária, especialmente a criação de gado bovino e caprino, também desempenha papel relevante na economia local. De acordo com (Souza, 2018), a região apresenta um grande potencial de desenvolvimento, mas enfrenta desafios como a escassez de água e a falta de infraestrutura em algumas áreas.

5.2 Características da agricultura no Agreste Meridional

A agricultura no Agreste Meridional é marcada pela diversidade de cultivos, que se adaptam às condições climáticas e ao tipo de solo da região. Os agricultores locais são conhecidos por sua capacidade de adaptação às dificuldades impostas pelo clima semiárido, utilizando práticas agrícolas que buscam garantir a produção durante as épocas de seca. Entre os principais produtos cultivados na região, destacam-se o milho, feijão, mandioca, fava e o arroz. Essas culturas são importantes tanto para o consumo local quanto para a comercialização em outras regiões do estado e do Brasil. Além das culturas tradicionais, a região também se destaca pelo cultivo de frutas tropicais, como a banana, o abacaxi, a manga e a goiaba. Essas frutas são cultivadas em larga escala e possuem grande relevância para a economia local, uma vez que geram empregos e fomentam o comércio. Conforme destaca (Lima, 2020), a agricultura de frutas no Agreste Meridional é uma das mais dinâmicas do estado, com um crescimento contínuo da produção para exportação.

Outro setor relevante da agricultura regional é a produção de hortaliças e leguminosas, como alface, cenoura, cebola e batata-doce. Estes produtos são cultivados principalmente para o abastecimento de mercados locais e para o comércio em outros estados. Segundo estudo realizado por Pereira e (Silva, 2019), o Agreste Meridional tem se destacado na produção de hortaliças, uma vez que a utilização de sistemas de irrigação tem permitido melhorar a produtividade e garantir a colheita em períodos de escassez hídrica.

5.3 Diversidade de cultivos e atividades produtivas típicas da região

A diversidade de cultivos e atividades produtivas no Agreste Meridional é um dos aspectos que mais caracteriza essa região. A integração entre diferentes culturas e a diversificação das atividades agrícolas contribuem para a sustentabilidade econômica da área. Além da agricultura de grãos, frutas e hortaliças, a pecuária também desempenha papel importante. A criação de gado bovino é predominante, mas a caprinocultura e a ovinocultura também têm ganhado destaque nos últimos anos, devido à adaptabilidade desses animais ao clima da região.

A produção de leite é uma atividade significativa no Agreste Meridional, com várias propriedades dedicadas à criação de vacas leiteiras. Essa produção abastece tanto o mercado interno da região quanto outras áreas do estado. A apicultura também se destaca, com o mel sendo um produto que tem ganhado notoriedade pela sua qualidade e por ser uma alternativa de renda para os agricultores locais, como destaca (Silva, 2022).

Além das atividades agrícolas e pecuárias, o Agreste Meridional também se caracteriza pela produção de artesanato e pela agroindústria, com destaque para a produção de queijos, doces e outros produtos derivados do leite, que são comercializados em feiras e mercados regionais. Essas atividades contribuem para a geração de emprego e renda, principalmente em áreas rurais.

6 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas no Brasil enfrentam uma série de desafios históricos e contemporâneos, ligados tanto às suas origens como à realidade socioeconômica e política atual. Fundadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram das senzalas durante o período colonial e imperial, as comunidades quilombolas possuem uma rica herança cultural e histórica. No entanto, suas vivências são marcadas por sérias dificuldades, que vão desde a luta pela posse da terra até o reconhecimento de seus direitos.

6.1 A Luta pela Terra e Território

Um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas é a luta pela terra. Desde a publicação da Constituição de 1988, que reconheceu os direitos territoriais das comunidades quilombolas, a luta pela demarcação de terras tem sido uma constante. Apesar de seu reconhecimento legal, muitos quilombos ainda enfrentam dificuldades para obter a titulação oficial de suas terras. O processo de demarcação é frequentemente moroso e burocrático, e as comunidades enfrentam resistências por parte de fazendeiros, empresas e até mesmo do poder público. Como observa (Silva, 2017), “a luta pela terra quilombola não é apenas uma questão territorial, mas também uma luta pela afirmação da identidade e pela preservação de uma cultura que tem suas raízes no período de resistência à escravidão.”

Além disso, a invasão de terras quilombolas por grileiros e o desmatamento ilegal tornam mais grave essa situação, colocando em risco não só o território, mas também a sustentabilidade das comunidades.

6.2. Pobreza e Exclusão Social

A maioria das comunidades quilombolas está localizada em áreas rurais, muitas vezes distantes dos centros urbanos, o que dificulta o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura básica. Segundo a pesquisa de (Gomes, 2020), cerca de 80% das famílias quilombolas vivem em condições de pobreza, e a taxa de analfabetismo nas comunidades é alarmantemente alta, especialmente entre as mulheres e os idosos. A exclusão social dessas populações é um reflexo de décadas de negligência do Estado, que não priorizou políticas públicas para o fortalecimento dessas comunidades. O racismo estrutural também é um fator determinante nesse processo de exclusão, uma vez que as comunidades quilombolas são compostas, predominantemente, por pessoas negras. “O racismo, ao longo dos séculos, tem funcionado como um mecanismo de marginalização e invisibilidade social”, afirma (Santos, 2019), destacando que, em muitos casos, a discriminação racial torna ainda mais difícil o acesso das comunidades quilombolas aos direitos que lhes são devidos.

6.3 Ameaças Ambientais e Climáticas

Outro desafio relevante é a questão ambiental. As comunidades quilombolas, que em grande parte dependem da agricultura de subsistência e da coleta de recursos naturais, estão sendo impactadas por mudanças climáticas e práticas predatórias, como o desmatamento ilegal. As condições climáticas adversas, como secas prolongadas e a escassez de água, repetem a situação de vulnerabilidade dessas populações. O impacto das atividades de mineração e agronegócio, especialmente nas regiões onde há grandes concentrações de quilombos, também ameaça diretamente a sobrevivência dessas comunidades. De acordo com (Lima, 2022), “o avanço do agronegócio sobre os territórios quilombolas têm gerado conflitos e forçado as comunidades a migrarem para áreas cada vez mais distantes, o que afeta não apenas a economia local, mas também o modo de vida ancestral”.

6.4 Resistência e Luta pela Garantia de Direitos

Apesar dos desafios, as comunidades quilombolas têm se mostrado resilientes e têm organizado diversos movimentos sociais e políticas de resistência. Em muitos casos, as lideranças quilombolas têm feito um trabalho fundamental para a preservação da memória, da cultura e dos direitos dessas populações. Organizações não governamentais, como a *Conaq* (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), têm sido fundamentais na luta pela visibilidade e pelo fortalecimento das políticas públicas para as comunidades quilombolas. Além disso, as comunidades têm se mobilizado no campo jurídico, utilizando-se da legislação existente para pressionar o governo a cumprir os direitos garantidos pela Constituição. “O papel da militância quilombola é fundamental para garantir o cumprimento da legislação, uma vez que a resistência à invisibilidade das comunidades também se faz pela via judicial”, afirma (Rocha, 2021).

7 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A agricultura familiar é uma das principais atividades econômicas das comunidades quilombolas no Brasil, sendo crucial para a subsistência e para a preservação de suas tradições culturais e ambientais. A produção agrícola dessas comunidades está intimamente ligada à identidade quilombola, ao uso sustentável da terra e à manutenção de um modo de vida ancestral. Contudo, as perspectivas futuras para a agricultura familiar nas comunidades quilombolas enfrentam desafios complexos, relacionados tanto às questões socioeconômicas quanto ao impacto de políticas públicas e mudanças ambientais. Este capítulo explora esses desafios e as oportunidades que podem surgir para o fortalecimento da agricultura familiar nessas comunidades.

7.1 O Potencial da Agroecologia e da Economia Solidária

Em meio a esses desafios, as comunidades quilombolas têm se fortalecido com práticas de agroecologia e economia solidária, que podem se tornar instrumentos poderosos para o futuro da agricultura familiar. A agroecologia, que prioriza o uso sustentável dos recursos naturais, a biodiversidade e a produção de alimentos saudáveis, é uma prática que se alinha com as tradições culturais e ambientais das comunidades quilombolas. Através da agroecologia, as comunidades quilombolas não apenas garantem a segurança alimentar, mas também contribuem para a preservação do meio ambiente e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável. A economia solidária é outro conceito que tem ganhado força nas comunidades quilombolas, onde a produção e comercialização de produtos agrícolas são feitas de forma coletiva, sem intermediários. Segundo (Silva, 2022), “a economia solidária nas comunidades quilombolas pode proporcionar um modelo alternativo de organização do trabalho, onde as práticas agrícolas se tornam fontes de geração de renda sem comprometer a sustentabilidade do território”. A criação de cooperativas e redes de comercialização direta tem mostrado resultados positivos, pois permite que os produtos quilombolas cheguem a mercados maiores e que as comunidades tenham maior controle sobre a produção e os preços.

7.2 Perspectivas para o Futuro: O Papel das Políticas Públicas

O futuro da agricultura familiar nas comunidades quilombolas depende de políticas públicas que integrem as especificidades dessas comunidades. É crucial que o Estado invista em políticas de regularização fundiária, forneça crédito rural adequado, amplie o acesso a tecnologias sustentáveis e promova a educação ambiental e agrícola. A participação ativa das comunidades quilombolas nas decisões políticas, como sugerido por (Costa, 2021), é fundamental para garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira eficaz. “As políticas públicas precisam ser adaptadas à realidade das comunidades quilombolas, com foco em soluções que integrem o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e o fortalecimento das identidades culturais”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Região do Agreste Meridional de Pernambuco é um exemplo de adaptação e resistência diante das condições climáticas desafiadoras. Sua geografia, clima e aspectos socioeconômicos moldam as características da agricultura e das atividades produtivas locais. A diversidade de cultivos e a integração de diferentes atividades econômicas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região, que continua a buscar soluções inovadoras para garantir a produtividade e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional é um exemplo de resistência e resiliência diante de grandes desafios. A valorização das práticas

agrícolas, aliada a políticas públicas mais eficientes e ao fortalecimento da organização social dessas comunidades, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, garantindo a autonomia e a preservação cultural. Outro ponto crucial abordado é o papel da preservação de métodos tradicionais de produção e da valorização das práticas agrícolas ancestrais, que não só garantem a diversidade cultural, mas também favorecem a sustentabilidade ambiental. Essas práticas são essenciais para a manutenção do equilíbrio local e a conservação dos recursos naturais, elementos fundamentais para a sobrevivência das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. T. A. O. Comunidades Quilombolas: Direito à Terra e Identidade Cultural. *Revista de Direitos Humanos*, v. 8, n. 2, 2016. p. 45-62.

CARNEIRO, M. L. A Agricultura Familiar e a Produção no Brasil: A Contribuição das Comunidades Quilombolas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, n. 3, 2017. p. 110-124.

CAVALCANTI, José D. *Geografia de Pernambuco: o território e suas dinâmicas.* Recife: Editora Universitária, 2011.

COSTA, F. (2019). *Políticas públicas e a agricultura familiar nas comunidades quilombolas.* São Paulo: Editora Rural.

FAO. *Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.* Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um caminho para a segurança alimentar. Roma: FAO, 2014.

GOMES, F. P. *Práticas agrícolas e sustentabilidade nas comunidades quilombolas.* São Paulo: Editora Rural, 2019.

GOMES, J. (2020). *A realidade das comunidades quilombolas no Brasil: desafios e perspectivas.* São Paulo: Editora Acadêmica.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017.* Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LIMA, F. S. A Agricultura Familiar nas Comunidades Quilombolas do Agreste Meridional: Desafios e Perspectivas. *Revista Brasileira de Agricultura Familiar*, v. 12, n. 4, 2018. p. 56-72.

LIMA, Maria J. *O agronegócio e a agricultura no Agreste Meridional de Pernambuco.* Recife: Editora do Agreste, 2020.

LIMA, A. (2022). *Mineração e agronegócio: impactos no território quilombola.* Rio de Janeiro: Editora Universitária.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).* Brasília: MDA, 2012.

OLIVEIRA, R. J. A. A Agroecologia nas Comunidades Quilombolas: Um Olhar sobre as Práticas de Produção Sustentável. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 2, 2015. p. 78-89.

- ROCHA, M. (2021). *Luta e resistência: quilombolas e a garantia de direitos no século XXI*. Brasília: Editora Política.
- SANTOS, D. (2019). *Racismo e exclusão social no Brasil: a invisibilidade das comunidades negras rurais*. Belo Horizonte: Editora Zumbi dos Palmares.
- SILVA, C. (2017). *Território e identidade nas comunidades quilombolas*. Fortaleza: Editora Quilombo.
- SILVA, L. M. A. *A agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional de Pernambuco: desafios e perspectivas*. Recife: Editora Universitária, 2020.
- SILVA, João H. *Apicultura e sua contribuição para o desenvolvimento rural no Agreste Meridional*. *Jornal de Agricultura e Desenvolvimento*, v. 10, p. 67-80, 2022.
- SILVA, A. (2022). *Economia solidária e práticas agrícolas nas comunidades quilombolas*. Belo Horizonte: Editora Zumbi dos Palmares.
- SOUZA, L. R. Quilombolas e a Resistência Cultural: História e Luta pelo Reconhecimento. *Revista de Antropologia*, v. 22, n. 1, 2017. p. 99-115.
- SOUZA, Roberto F. *Economia regional e a sustentabilidade no Agreste Pernambucano*. Recife: Editora Pernambuco, 2018.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Data de aceite: 02/07/2025

José Cláudio da Silva Junior

George Andre Lando

1 INTRODUÇÃO

A constituição Federal de 1988, determina que o acesso aos serviços de saúde no Brasil, é um direito fundamental, ofertado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), baseado nos princípios da universalidade, equidade e integralidade. Porém, apesar do SUS apresentar relevante amplitude, ainda são observadas significativas desigualdades sociais e geográficas com relação ao acesso dos serviços de saúde, principalmente para as pessoas que se autodeclaram pardas, pretas e indígenas (Mota et al., 2021).

Dessa maneira, ofertar a saúde é um desafio considerável e complexo, uma vez que sua oferta deve partir das necessidades individuais e coletivas dos grupos populacionais (Sonaglio et al., 2019). Nesse sentido, grupos e pessoas em condição de maior vulnerabilidade social e

ambiental, como as que estão em situação de exclusão social e estado de pobreza, passam por maiores dificuldades quanto ao acesso aos serviços e equipamentos públicos de saúde (Santos e Lima (2020).

Através dos seus estudos, Silva, Gomes e Brito (2021) afirmam que o conceito de vulnerabilidade social tem sido trabalhado por diferentes autores, com propostas de definições próximas, mas com acentuação diferenciada dos fatores relevantes.

Nessa perspectiva, Santos e Lima (2020), afirmam que a vulnerabilidade socioambiental e em saúde desses grupos é acentuada pela falta de políticas públicas efetivas que integrem as dimensões sociais e ambientais, exacerbando as desigualdades e dificultando o processo de superação das condições adversas. Para mitigar essa situação, é essencial adotar uma abordagem intersetorial que leve em consideração as especificidades de cada comunidade, promovendo a inclusão e o acesso igualitário a direitos básicos, como saúde, educação e moradia.

Fato é que, independentemente das perspectivas diferentes adotadas pelos distintos autores, é possível identificar um caminho de consenso de que a vulnerabilidade social não se apresenta como uma simples consequência da exposição aos perigos, mas também o resultado de condições de desigualdade social que procedem a ocorrência desses processos e que podem estar relacionados com fatores como a pobreza, a idade, o gênero, a raça ou a classe social (Silva, Gomes e Brito; 2021).

Segundo Silva e Almeida (2018), as comunidades quilombolas, formadas em sua maioria por negros, representam um importante símbolo de resistência e preservação de práticas ancestrais, apesar das adversidades históricas e das condições socioeconômicas precárias em que vivem. A manutenção da identidade quilombola é essencial para o fortalecimento dessas comunidades e para a garantia de seus direitos fundamentais.

Devido a sua herança cultural, as comunidades de quilombolas são, em maioria, consideradas grupos vulneráveis, expostos a riscos, desigualdades socioeconômicas, discriminação de etnia e cultura, assim, acabam sendo mais sensíveis no que diz respeito às vulnerabilidades e desigualdades na acessibilidade aos serviços de saúde (Silva e Santos, 2019).

A oferta dos serviços de saúde dos grupos de quilombolas pode ser afetada por diversas situações, desde a pobreza extrema, isolamento ou distanciamento geográfico, discriminação racial e etnia, baixa renda domiciliar, falta de empregos formais, precárias condições de habitações, desafios no acesso à educação e à saúde, condições de vulnerabilidade alimentar, e até mesmo ausência de planejamento de ações de saúde efetivas tanto de promoção de saúde, quanto prevenção de doenças para essas comunidades (Cardoso, Melo e Freitas, 2018).

Ainda nessa perspectiva, Silva e Santos (2019), a preservação dessa cultura é essencial não só para a valorização da história e identidade dos quilombolas, mas também para o fortalecimento da comunidade frente aos desafios contemporâneos. A luta pela terra, a manutenção de suas tradições e a preservação dos saberes ancestrais são fundamentais para garantir a autonomia e dignidade dessas populações, além de serem aspectos que devem ser considerados nas políticas públicas de inclusão e proteção cultural.

Diante desse contexto, nota-se o quanto é necessário impulsionar reflexões acerca de medidas que viabilizem a expansão do acesso à saúde, despertando para a demanda de transformações na situação existente nestas populações (Durand e Heidman, 2020).

Assim sendo, esta pesquisa, objetiva analisar quais são as vulnerabilidades socioambientais e em saúde, existentes nas comunidades quilombolas, bem como analisar a influência dessas vulnerabilidades com o comprometimento ao acesso dos serviços de saúde.

2 MÉTODOS

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão literária integrativa, que trata sobre as vulnerabilidades socioambientais nas comunidades quilombolas, adentrando, mais especificamente, nas questões que tratam sobre as violações dos direitos humanos nestas comunidades. Quanto à esta abordagem metodológica, Dorsa (2020), refere que para conduzir uma revisão integrativa, se faz necessário a combinação de estudos acerca de um tema específico, com a finalidade de construir uma análise abrangente das fontes existentes, o que corrobora para discussões acerca de métodos e resultados de estudos, além de pensar sobre possíveis direções para pesquisas futuras, aprofundando o tema com base em estudos preexistentes.

2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Como critérios de inclusão para seleção dos artigos que foram utilizados nesta pesquisa, realizou-se primeiramente à análise dos títulos e resumos dos artigos encontrados. Para seleção dos artigos, foram considerados aqueles que se apresentam completos, disponíveis para leitura e que tenham sido publicados nos últimos oito anos, com enfoque nas comunidades quilombolas. Além disso, também foi avaliada a relevância dos trabalhos e o conteúdo abordado. Como critérios de exclusão, considerou-se aqueles que não estavam disponíveis para leitura na íntegra, bem como os que haviam sido publicados com tempo superior a cinco anos.

2.3 Procedimento e Coleta de dados

A procura pelas produções científicas utilizadas foi realizada em bases de dados online, como National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO), e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), em busca de artigos com publicações que compreendessem o período de 2017 a 2024. A pesquisa nas bases de dados foi realizada utilizando os seguintes descritores/palavras chaves: Quilombolas, Saúde, Vulnerabilidades socioambientais.

2.4 Processamento e Análise de Dados

Para obter dados, exploramos artigos e fontes especializadas, registrando detalhes como autores, ano de publicação e fonte. Posteriormente, extraiu-se as informações relevantes para realizar uma análise crítica e abrangente acerca dos estudos que tratam sobre as comunidades quilombolas.

Os artigos classificados como fontes indispensáveis para o desenvolvimento do estudo foram agrupados em uma pasta, organizados e numerados de acordo com sua

relevância e posteriormente submetidos a uma leitura completa, da qual foram obtidos os dados utilizados no decorrer da escrita da revisão integrativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos critérios previamente definidos para esta revisão, foram encontrados 84 artigos. Após a realização de uma leitura detalhada dos títulos e resumos, foram removidos 70 artigos. Os 14 selecionados foram lidos por completo, e o quadro a seguir mostra os critérios utilizados para a seleção.

Quadro 01. Processo de seleção dos artigos utilizados.

Base de dados	Crítérios de seleção	Elegibilidade	Trabalhos selecionados
SciELO, BVS, PubMed.	Artigos com texto completo, disponíveis em português, publicados nos últimos 5 anos.	Leitura realizada na íntegra dos trabalhos selecionados, com avaliação de informações relevantes ao desenvolvimento da pesquisa.	Publicações selecionadas na pesquisa (n=14) BVS (n=4) SciELO (n=6) PubMed (n=4)

Quadro 02. Caracterização dos principais artigos que tratam sobre os objetivos e desfechos acerca das vulnerabilidades socioambientais nas comunidades quilombolas, bem como sobre a violação dos Direitos Humanos desses povos.

ID	Autor e ano de publicação	Título	Objetivo da pesquisa	Principais considerações
01	Beserra et al., 2014	Inquérito de Saúde em Comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil (Projeto COMQUISTA): aspectos metodológicos e análise descritiva.	Apresentar a metodologia geral e os resultados descritivos preliminares do projeto COMQUISTA.	O estudo apresenta a necessidade da implementação de estratégias que viabilizem a melhora da qualidade de vida das comunidades quilombolas, tendo por principal finalidade a redução do grau de vulnerabilidade da comunidade em questão.
02	Cardoso, Melo e Freitas (2017)	Saúde e Comunidades Quilombolas: Uma Revisão da Literatura.	Apresentar aos profissionais de saúde uma reflexão sobre as questões pertinentes às populações quilombolas e suas dificuldades na defesa de seus direitos de acesso à atenção em saúde.	É evidente que no trajeto do Sistema Único de saúde (SUS), há uma marginalização histórica de grupos e pessoas. Os autores referem ainda que as políticas públicas de saúde devem buscar que haja efetividade do princípio de equidade, através da inclusão de grupos e pessoas, em especial as comunidades do Brasil.

03	Fiorati, Acêncio e Souza, 2016	As iniquidades sociais e o acesso à saúde: Desafios para a enfermagem.	Realizar reflexão crítica a respeito dos diferentes modelos interpretativos atuais dos Determinantes Sociais da Saúde e as iniquidades que dificultam o acesso e o direito à saúde.	É necessário que haja investimento de novas tecnologias que possam mostrar setores de desvantagem no contexto social, assim como conhecimentos capazes de explicar raízes das iniquidades existentes. Para os autores, somente através do reconhecimento destas iniquidades, bem como suas origens, será possível auxiliar nas soluções mais factíveis.
04	Freitas et al., 2011	Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura.	Apresentar aos profissionais de saúde uma reflexão sobre as questões pertinentes às populações quilombolas e suas dificuldades na defesa de seus direitos de acesso à atenção em saúde.	O estudo evidencia as grandes falhas existentes na trajetória do SUS, quanto aos grupos e pessoas historicamente marginalizados. Assim, as políticas públicas de saúde devem buscar fazer com que a prática da equidade sejam cada vez mais presentes, partindo de uma perspectiva da atenção inclusiva.
05	Anunciação et al., 2022	(Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil.	Discutir a importância da ampliação do debate e da produção do conhecimento sobre a garantia da Saúde da População Negra (SPN) e as formas de enfrentamento ao racismo no Brasil, considerando a perspectiva da interseccionalidade.	É válido mencionar que existe uma discriminação da população negra, fundamentando o preconceito racial, e barreiras existentes com relação a garantia dos Direitos Humanos destes grupos.
06	Câmara et al., 2024	Racismo e insegurança alimentar: Mazelas de uma comunidade quilombola da Amazônia legal brasileira	Analisar a situação de insegurança alimentar das famílias da comunidade quilombola Imbiral Cabeça-Branca, município de Pedro do Rosário, Maranhão, durante o período pandêmico da COVID-19.	As comunidades quilombolas enfrentam diversas vulnerabilidades socioambientais e de saúde, decorrentes de um histórico de marginalização e exclusão social. Essas populações estão frequentemente localizadas em áreas periféricas e de difícil acesso, o que dificulta o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e saneamento básico. Além disso, as condições ambientais, muitas vezes adversas, como o desmatamento e a falta de infraestrutura adequada, agravam ainda mais suas condições de vida.

A realização de pesquisas sobre a temática em questão buscará compreender como o acesso à serviços de saúde pelas comunidades quilombolas é afetado pelas suas vulnerabilidades socioambientais, a fim de contribuir para o reconhecimento das condições de saúde existentes nestes grupos, bem como suas compreensões sobre o que é ter saúde, baseado nos conhecimentos que são adquiridos por meio de suas vivências diárias (Cardoso, Melo e Freitas; 2017).

Além disso, estudos sobre as questões que tratam sobre as questões de saúde e contexto socioambiental das comunidades tradicionais, poderão ampliar a consolidação de pesquisas para o desenvolvimento socioambiental e de saúde das comunidades quilombolas, fortalecendo a pesquisa interdisciplinar no Estado de Pernambuco, principalmente no que diz respeito aos aspectos da saúde em comunidades tradicionais existentes (Stopa et al., 2017).

Nesse caminho, é possível afirmar que a assistência à saúde nas comunidades quilombolas, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), apresenta desafios específicos devido às condições socioeconômicas e geográficas dessas populações. A APS, enquanto porta de entrada para o SUS, desempenha papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças, mas enfrenta obstáculos como a dificuldade de acesso, a escassez de recursos e a necessidade de estratégias adaptadas às especificidades culturais e territoriais dos quilombos.

Segundo Mendes et al., (2018), a efetividade da APS nas comunidades quilombolas depende da construção de um vínculo de confiança entre os profissionais de saúde e os moradores, além da consideração das práticas tradicionais de cuidado, respeitando as particularidades históricas e sociais dessas populações.

Em consonância, é possível afirmar que a oferta de saúde, moradia e alimentação adequadas é essencial para a garantia dos direitos humanos das comunidades quilombolas, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e tratados internacionais. No entanto, essas populações historicamente enfrentam desigualdades estruturais que dificultam o pleno acesso a esses direitos, o que resulta em condições de vida precárias.

De acordo com Souza e Silva (2017), a implementação de políticas públicas direcionadas a essas comunidades deve considerar suas especificidades culturais e territoriais, além de promover a participação ativa dos quilombolas no processo decisório, para que possam acessar, de fato, seus direitos à saúde, moradia digna e alimentação segura. A efetivação desses direitos é, portanto, um passo fundamental para a justiça social e a inclusão dessas populações no contexto nacional.

Segundo Almeida e Santos (2019), é necessário fortalecer o reconhecimento e a proteção dos territórios quilombolas, promovendo a descentralização dos serviços e a capacitação de profissionais para atender às demandas locais. Além disso, a articulação entre os diferentes níveis de governo e a criação de programas específicos são essenciais para que os direitos dos quilombolas sejam efetivamente respeitados e garantidos, diminuindo as desigualdades sociais e promovendo a justiça social.

Portanto, para ampliar a oferta e garantia dos direitos humanos nas comunidades quilombolas, é fundamental adotar estratégias que considerem as especificidades históricas, culturais e territoriais dessas populações. A implementação de políticas públicas inclusivas, que envolvam a participação ativa dos quilombolas na tomada de decisões, é um dos métodos mais eficazes para garantir o acesso a direitos como saúde, educação, moradia e segurança alimentar.

Nesse viés, Santos e Costa (2020), a garantia de direitos humanos para as comunidades quilombolas passa, essencialmente, pela valorização de seus saberes tradicionais, pelo fortalecimento do vínculo com seus territórios e pela ampliação da participação social nas decisões que impactam suas vidas, buscando assim, a superação das condições de vulnerabilidade e a promoção da justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as comunidades quilombolas enfrentam um cenário de vulnerabilidades socioambientais e de saúde que se perpetuam devido a processos históricos de marginalização e exclusão social. Essas populações, muitas vezes localizadas em áreas de difícil acesso, sofrem com a escassez de serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura, além de lidarem com a degradação ambiental que afeta diretamente suas condições de vida.

A precariedade no acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento e infraestrutura, somada às adversidades ambientais, agrava ainda mais as condições de vida dessas populações. Contudo, é possível melhorar essa situação por meio de ações políticas e sociais integradas, que considerem as especificidades culturais e territoriais dos quilombos.

Para que se possa mitigar essas desigualdades, é fundamental a implementação de políticas públicas que respeitem as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades, promovendo uma abordagem intersetorial que una saúde, moradia e educação.

A ampliação do acesso a serviços de saúde, com a implementação de estratégias de atenção primária à saúde adaptadas às necessidades locais, a garantia de direitos territoriais e a valorização das práticas tradicionais de cuidado são caminhos fundamentais. Além disso, é crucial promover a participação ativa das comunidades quilombolas na elaboração e implementação de políticas públicas, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam adequadamente atendidas.

Dessa forma, a superação das vulnerabilidades e a promoção da dignidade e dos direitos humanos dessas populações será um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M.; SANTOS, T. A. Garantia de direitos humanos nas comunidades quilombolas: desafios e perspectivas. *Revista de Direitos Humanos e Cidadania*, v. 14, n. 2, p. 211-225, 2019. Acesso em: novembro de 2024.
- CARDOSO, C. S.; DE MELO, L. O.; FREITAS, D. A. Condições de Saúde nas Comunidades quilombolas. *Revista de enfermagem*. 2017. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a110258p1037-1045-2018>. Acesso em: dezembro de 2024.
- DORSA, A.C. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, out./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i4.3203>. Acesso em: dezembro de 2024.
- DURAND, M. K.; HEIDEMAN, I. T. Schuter Buss. Saúde das Mulheres: Diálogo com a literatura. *Rev. Pesqui.* (Univ. Fed. Estado Rio de Janeiro. Online); 12: 202-209, jan-dez. 2020. Acesso em: dezembro de 2024.
- MENDES, E. A.; SILVA, A. L.; PEREIRA, M. P. A. A saúde nas comunidades quilombolas: desafios e possibilidades para a Atenção Primária à Saúde. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 52, n. 3, p. 45-56, 2018. Acesso em: dezembro de 2024.
- MOTA, A. N., et al. A look at vulnerability: analysis of the lack of access to health care for quilombolas in Brazil. *J Hum Growth* Dez. 2021; 31(2):302-309. DOI: 10.36311/jhgd. v31.11404. Acesso em: dezembro de 2024.
- SANTOS, A. P.; LIMA, T. R. Vulnerabilidade socioambiental e em saúde: desafios para a inclusão e o acesso a direitos básicos. *Revista de Políticas Públicas e Saúde*, v. 18, n. 2, p. 112-125, 2020. Acesso em: novembro de 2024.
- SANTOS, L. F.; COSTA, M. R. Vulnerabilidades socioambientais e de saúde nas comunidades quilombolas: desafios para a implementação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 25, n. 3, p. 98-111, 2020. Acesso em: dezembro de 2024.
- SILVA, F.L.; GOMES, R.P.; BRITO, M.D. Sobrevivências negras: Desafios da cidadania diante da violência. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2021, p. 580-607. DOI:10.1590/2179-8966/2020/569911 ISSN: 2179-8966. Acesso em: novembro de 2024.
- SILVA, J. F.; SANTOS, M. A. A herança cultural das comunidades quilombolas e sua importância na resistência social. *Revista de Estudos Sociais e Culturais*, v. 12, n. 1, p. 34-47, 2019. Acesso em: novembro de 2024.
- SILVA, J. R.; ALMEIDA, L. M. A formação das comunidades quilombolas: história, identidade e desafios. *Revista de Antropologia e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 122-136, 2018. Acesso em: dezembro de 2024.
- SONAGLIO, R. G., et al. Promoção da saúde: revisão integrativa sobre conceitos e experiências no Brasil. *Journal of Nursing and Health*, 9(3) 2019. Recuperado em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/11122>. Acesso em: dezembro de 2024.
- SOUZA, R. S.; SILVA, M. R. A. Direitos humanos e políticas públicas: desafios para as comunidades quilombolas no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 1, p. 102-115, 2017. Acesso em: dezembro de 2024.
- STOPA, S. R., et al. Acesso e uso de serviços de saúde pela população brasileira, Pesquisa Nacional de Saúde 2013. *Rev. Saúde Pública*. 2017; 51. DOI: 10.1590/s1518-8787.2017651000074. Acesso em: dezembro de 2024.

AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Data de aceite: 02/07/2025

Júlia Laís Macedo Ferro

A agricultura é uma das atividades mais antigas do mundo, nos tempos medievais ela foi a responsável por agrupar as vilas e seus moradores, que dela tiravam seu sustento e a moeda para os câmbios. Além disso, nos tempos atuais tem sido o centro de muitos debates sobre o desenvolvimento sustentável, sendo um reconhecimento para a dedicação de conjuntos de agricultores que veem buscando reconhecimento através das políticas públicas (Filho, Heineck, Benvenuti, 2018).

Após a revolução industrial, as indústrias tiveram forte influência na agricultura, ao fornecer as primeiras máquinas eficazes, ademais também proporcionou mercados urbanos em expansão, pelo maior número de habitantes e pelo poder aquisitivo maior, dessa forma o campo se tornou cada vez mais dependente da cidade (Filho, Heineck, Benvenuti, 2018).

A partir daí, a agricultura passou a adotar de maneira progressiva o modelo euro-americano, que consiste na intensa utilização de fertilizantes e insumos para produção agrícola, combinadas a sementes de alta qualidade e a aplicação de processos mecânicos na produção de alimentos (Filho, Heineck, Benvenuti, 2018).

No Brasil, o termo agricultura familiar começou a ganhar legitimidade em meados dos anos 90, substituindo as expressões pequenos produtores e agricultores de subsistência. Em 1996, houve a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Aquino, Alves, Vidal, 2020).

Este programa foi um marco significativo, por ter sido o pioneiro, além disso ele foi o resultado da luta da sociedade e dos sindicatos do campo, através dele foi possível a identificação e quantificação dos estabelecimentos agrícolas familiares, proporcionando aos mesmos uma relevância concreta para

orientar a intervenção governamental, referente a financiamento com juros subsidiados, assistência técnica, ordenamento territorial e formas diferenciadas de garantia de compra da produção (Aquino, Alves, Vidal, 2020).

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2018, a região Nordeste possui uma área de 1,56 milhões de km² e abriga cerca de 57 milhões de habitantes. Apesar dos efeitos da seca a agricultura familiar ainda é a principal forma de produção e trabalho, tendo cerca de 79,2% de agricultores familiares (Aquino, Alves, Vidal, 2020).

O Censo Agropecuário 2006, ressalta que como no Nordeste a agricultura familiar é a forma de produção predominante no campo, ademais representa metade desse tipo de produção do país, ela é muito importante na geração de ocupações, na produção de alimentos e nas cadeias produtivas que formam o Produto Interno Bruto (PIB) da região (Aquino, Alves, Vidal, 2020).

Além de ser essencial para a economia, a agricultura também desempenha um papel muito importante na sustentabilidade, em especial a agricultura familiar. Em sua definição, sustentabilidade é: suprir as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Seguindo este conceito, a agricultura familiar possui algumas características que a tornam capaz de proporcionar a sustentabilidade em grande escala (Silva, Gomes, Monteiro, 2021).

Sua maior característica é possuir um cultivo diversificado, dessa forma gerando menos necessidade de insumos industriais e defensivos agrícolas, ou seja, os agrotóxicos. Ademais, as propriedades familiares tem menor propensão a substituir a mão de obra humana por máquinas, diminuindo assim o uso de combustíveis poluentes (Silva, Gomes, Monteiro, 2021).

O Brasil, por ser um país com agricultura em grande parte do seu território, tem um grande potencial de desenvolver a agricultura sustentável, porém para que seja bem-sucedido é necessário considerar alguns fatores físicos como: solo, clima, vegetação e relevo, e humanos como: cultura de família e modo de vida. Isso é necessário pois o Brasil é um país extremamente diversificado, tanto em seu ecossistema como em sua economia (Silva, Gomes, Monteiro, 2021).

Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão, o apoio à agricultura familiar é uma realidade que demonstra ótimos índices, que varia desde o acesso à terra até o incentivo à reforma agrária. No Brasil, ainda é uma realidade muito recente, pois somente nos últimos anos o Governo tem feito um maior investimento na agricultura familiar, através das políticas públicas voltadas para extensão rural e assistência técnica, aquisição de alimentos, de produção de agrocombustíveis, entre outros (Santos *et al.*, 2014).

É fato que a agricultura familiar se alinha com o conceito de sustentabilidade, pois é uma atividade relacionada ao uso de recursos naturais, utiliza menos tecnologias modernas e é menos intensa do que a agricultura convencional quando se trata do uso de insumos externos (Santos *et al.*, 2014).

Na agricultura sustentável estão contidos alguns elementos, como: uma produção estável e eficiente dos recursos produtivos, a segurança e autossuficiência alimentar, o uso de práticas de manejo agroecológico, a preservação da agricultura familiar e da cultura local, da autogestão e participação dos agricultores, além da conservação e recuperação dos recursos naturais (Santos *et al.*, 2014).

Sendo assim, a agroecologia é um caminho que concilia a agricultura familiar e a sustentabilidade para o espaço rural. Por um lado, ela é o estudo de processos econômicos e de agrossistemas, e por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que sejam necessárias para que a agricultura possa ter uma base verdadeiramente sustentável (Santos *et al.*, 2014).

No Brasil, os primeiros passos para o desenvolvimento de tal agricultura, foram dados com a Lei nº 10.831/2003 e mais recentemente com o Decreto de nº 7.794/2012, o qual institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em que são previstas ações de pesquisa, assistência técnica, gestão ambiental, formação profissional, financiamento para o setor e estímulos à produção (Santos *et al.*, 2014).

Para que esse tipo de agricultura consiga se firmar, é necessário também que haja um processo de comercialização que vise: democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos; encurtar a distância entre produtores e consumidores, estimulando relações solidárias entre eles; valorizar os serviços socioambientais gerados; fazer com que os benefícios da comercialização sejam compartilhados entre todos os envolvidos; promover a cooperação, a transparência e a complementariedade entre os agentes do processo de comercialização; e possibilitar uma crescente inclusão de agricultores e consumidores no mercado (Santos *et al.*, 2014).

Devido aos acontecimentos já citados anteriormente, o comércio de alimentos orgânicos tem estado em expansão no Brasil, seus consumidores são mais exigentes e buscam alimentos de melhor qualidade, que possuam certificação e que tenham sido produzidos por meio de métodos de manejo alternativos aos agrotóxicos (Oliveira *et al.*, 2024).

As tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm sido essenciais para disseminar o conhecimento e as boas práticas entre os produtores orgânicos, além de aumentar a visibilidade e a competitividade desse setor. Estas são ferramentas transversais que podem auxiliar no cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela ONU (Organização das Nações Unidas) (Oliveira *et al.*, 2024).

Se mostram cruciais para a eficiente gestão dos negócios, auxiliando os produtores na administração dos recursos disponíveis, possibilitando maior controle sobre os custos envolvidos na produção, conferindo uma melhor utilização dos insumos, e propiciando a identificação de falhas e oportunidades de otimização dos processos produtivos (Oliveira *et al.*, 2024).

Nos dias de hoje, o mercado de trabalho ainda é marcado por diversas desigualdades, e uma que merece destaque é a de gênero. São observadas algumas disparidades entre homens e mulheres, como: mulheres presentes em menores proporções no mercado de trabalho, diferença salarial em favor dos homens e as mulheres ainda são a maioria nos trabalhos informais (Santos, Almeida, 2024).

É importante ressaltar que este cenário é resultado de formatos históricos, existe uma divisão sexual do trabalho em que os homens estão associados a atividades produtivas e as mulheres em atividades reprodutivas, como resultado disso os homens assumem cargos de maior grandeza social e funções superiores no âmbito econômico e as mulheres acabam ligadas a atividades de reprodução biológica e afazeres de domésticos (Santos, Almeida, 2024).

Diante deste cenário, a mulher se torna mais vulnerável a ter uma condição de pobreza, e assim começa a ganhar espaço e legitimidade o conceito de “feminização da pobreza”, o qual foi utilizado para avaliar a situação de mulheres que na ausência do companheiro ou marido, precisavam suprir o sustento de toda a família (Santos, Almeida, 2024).

O Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro, em 2018, analisou o percentual de pessoas em conjuntos familiares sem cônjuge, com filho (s) de até 14 anos e que tinham mulheres como pessoa de referência, e concluiu que cerca de 23,7% (mulheres negras) e 13,9% (mulheres brancas) apresentavam condições de extrema pobreza (Santos, Almeida, 2024).

Quadro este que foi agravado devido ao surgimento da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, em que foram necessários períodos de quarentena e reclusão domiciliar, e as mulheres ficaram expostas a grandes obstáculos como, a suspensão dos serviços de educação presenciais dos filhos, o elevado risco da perda do emprego e a exposição a situações de violência, abuso, exploração e assédio (Santos, Almeida, 2024).

Além das mulheres, outro público que merece destaque quando se trata de agricultura familiar, é o jovem. A decisão em continuar ou não na propriedade rural está ligada a fatores como políticas públicas atraentes, direcionamento acadêmico estudantil no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, proximidade e atratividade dos centros urbanos, influências relacionadas à composição da família, como o nível de riqueza, de escolaridade, faixa etária e gênero (Oliveira, Mendes, Vasconcelos, 2021).

Alguns fatores como, as mudanças na relação rural-urbano, o maior acesso à informação e a educação usualmente urbana, transformaram o trabalho no campo em uma opção e não mais uma necessidade. Em muitas ocasiões o êxodo dos jovens rurais é estimulado pelos pais, que buscam proporcionar uma condição melhor de estudos aos filhos (Oliveira *et al.*, 2024).

A condição de permanecer na propriedade rural, retornar a ela ou sair dela, depende de alguns aspectos como: sentimento, independência financeira, melhor qualidade de vida

no campo e apoio da família para gerenciar o negócio. O aspecto mais relevante capaz de estimular a permanência ou não do jovem no campo é o processo de sucessão rural (Oliveira *et al.*, 2024).

Existem alguns elementos chave nesse processo, tais como: a vontade do filho em ficar e assumir a propriedade; a dificuldade em decidir entre os filhos quem será o sucessor; a resistência do pai em transferir a gestão e o controle da propriedade; e a falta de planejamento no processo sucessório. Elementos esses capazes de gerar conflitos e várias interpretações que se tornam cruciais nesse processo de permanência ou não do jovem no campo (Oliveira *et al.*, 2024).

Ademais, na cultura popular as plantas sempre tiveram importância fundamental, em diversas situações, mas especialmente para potenciais terapias. Desde o início das civilizações o cuidado a saúde era desenvolvido por mulheres, este que era passado entre as gerações, não havendo prestígio e poder social (Badke *et al.*, 2012).

Com o avanço da ciência da saúde, foram desenvolvidos novos tipos de terapêutica como os medicamentos industrializados, estes que foram aos poucos introduzidos na sociedade por profissionais da saúde e campanhas publicitárias dos laboratórios produtores dos mesmos, em que falavam de promessas de cura (Santos, Almeida, 2024).

Além disso, a indústria farmacêutica buscou relacionar o uso de plantas com as crendices populares, ou seja, que não possuíam validação científica, dessa forma desqualificando o saber popular sobre plantas medicinais. Seu primeiro pico de desenvolvimento aconteceu em meados dos anos 1960, através de movimentos contraculturais em países como Estados Unidos, França e Alemanha (Castro, Figueiredo, 2020).

A partir de então, começou a surgir divergências entre os paradigmas que tangiam o cuidado à saúde básica. De um lado, a medicina moderna, em que o doente é o paciente e o médico é o agente externo que através da tecnologia e medicamentos sintéticos irá curar a doença. E do outro lado, a medicina tradicional, que tem por base a precaução e a prevenção de doenças e através da qual o próprio doente pode realizar um autocuidado prévio, advindo do saber tradicional e popular acumulado culturalmente (Castro, Figueiredo, 2020).

Apesar disso, as plantas continuaram a ser utilizadas, em algumas regiões, como uma alternativa de tratamento e atualmente alguns fatores vem contribuindo para o aumento da utilização das mesmas, como: o alto custo dos medicamentos industrializados, o difícil acesso da população à assistência médica e a novas tendências de uso de produtos de origem natural (Santos, Almeida, 2024).

No ano de 1978, na atual República do Cazaquistão (antiga União Soviética), aconteceu a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, onde foi elaborada a Declaração de Alma-Ata, a qual reconheceu a colaboração dos praticantes das medicinas tradicionais nos cuidados primários à saúde. A partir daí, começou a haver

a recomendação para que os países membros da OMS (Organização Mundial da Saúde) adicionassem os métodos de medicina tradicional nas suas políticas públicas de saúde (Castro, Figueiredo, 2020).

Então, em 2002 foi lançado o documento “Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005”, que reafirma a recomendação da OMS para que os países membro formulem seus planos, programas, projetos e políticas de saúde observando as práticas integrativas e complementares oriundas das suas populações. Também possibilitou uma gestão mais ampliada dos programas de Medicinas Tradicionais, favorecendo uma análise dos benefícios e desafios da implementação destas práticas (Castro, Figueiredo, 2020).

Devido a este panorama, no Brasil, houve a necessidade da legitimação e a institucionalização do uso de plantas medicinais, para isso em 2006, foi criada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com o objetivo de garantir o acesso aos fitoterápicos e a serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade (Santos, Almeida, 2024).

Para facilitar esse acesso o Ministério da Saúde (MS), criou o “Formulário de Fitoterápicos Farmacopeia Brasileira”, em que há recomendações de uso e diversas outras informações sobre uma série de medicamentos de base fitoterápicas que foram analisados pela Fundação Oswaldo Cruz e órgãos de pesquisa vinculados a reconhecidas universidades federais e estaduais, como a dos estados do Amapá, Paraná e São Paulo, e das cidades de Campina Grande (PB), Ribeirão Preto (SP) e Santa Maria (RS) (Santos, Almeida, 2024).

Logo após, também foi criado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, em 2007, visando garantir a população o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicas, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e a indústria nacional (Santos, Almeida, 2024).

Os objetivos deste programa incluem: inserir plantas medicinais e fitoterápicos nos serviços oferecidos pelo SUS com segurança e eficácia; promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos; estabelecer mecanismos de incentivo ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos, com vistas ao fortalecimento da indústria farmacêutica nacional e incremento das exportações de fitoterápicos e insumos relacionados (Santos, Almeida, 2024).

Na intenção de facilitar o acesso da população as informações seguras sobre esses fitoterápicos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que é responsável pelo controle sanitário de medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes, derivados do tabaco, produtos médicos, sangue, hemoderivados e serviços de saúde, entre outros, em 2011 lançou o primeiro “Formulário de fitoterápicos, farmacopeia brasileira” (Santos, Almeida, 2024).

Neste formulário continham receitas de pomadas, tinturas, xaropes e chás, para uso popular, incentivando assim a preparação de remédios caseiros produzidos com plantas medicinais de fácil acesso à população. No ano de 2015, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (RJ) lançou o “Guia prático de plantas medicinais”, onde havia informações acerca do armazenamento, reconhecimento de espécies e formas de uso de dezenove plantas, complementado assim o Formulário da ANVISA (Santos, Almeida, 2024).

Dentre as espécies mais difundidas estão: Guaco, da espécie *Mikania Laevegata*, utilizado em infecções respiratórias; Aroeira, da espécie *Shinus terebenthifolius*, utilizado em cistites e infecções vaginais; e a espinheira santa, da espécie *Maytenus Illicifolia*, utilizado para infecções gástricas (Santos, Almeida 2024).

O maior desafio da institucionalização dessa prática está na forma como essa política pública pode vir a priorizar a indústria farmacêutica e ao mercado de fitoterápicos das multinacionais, desvalorizando assim o saber popular. Pesquisas apontam o aumento do uso de fitoterápicos industrializados em detrimento ao uso das plantas in natura, impulsionando o monopólio na fabricação dos fitoterápicos por empresas estrangeiras e multinacionais (Santos, Almeida, 2024).

Outro elemento importante na legitimação da agricultura, são as organizações de agricultores. Segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no ano de 2009, no Brasil, existiam somente 91 empreendimentos da agricultura familiar com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com mais de 11.674 de associados (Freitas; Ferreira; Freitas, 2019).

Com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei nº 11.947/2009, foi possível dar uma maior visibilidade a esses grupos e no ano de 2015, já foram registrados 4.083 empreendimentos com a DAP jurídica e 625.608 associados, os números demonstram o quanto as políticas têm induzido a criação de organizações formais dos agricultores (Freitas; Ferreira; Freitas, 2019).

Ambos os programas foram formulados, para serem estratégias de segurança alimentar e nutricional e de combate à fome, buscando uma conexão entre produção e consumo através da compra institucional de alimentos da agricultura familiar (Freitas; Ferreira; Freitas, 2019).

A Lei nº 11.947, estipula que, municípios e estados brasileiros precisam investir no mínimo 30% dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de alimentos das famílias de agricultores. Somente serão isentos da compra se os fornecedores não tiveram condições de realizar o fornecimento regular e/ou não apresentem condições sanitárias adequadas (Freitas; Ferreira; Freitas, 2019).

Estes programas permitiram um grande avanço no combate à pobreza rural e à insegurança alimentar, além disso, proporcionou o fortalecimento das organizações da agricultura familiar, a ampliação das relações das organizações locais da agricultura familiar

com os agentes governamentais, o aumento da produção dos agricultores familiares e a valorização dos produtos locais (Freitas; Ferreira; Freitas, 2019).

No entanto, esse processo de compra e venda dos gêneros alimentícios é complexo, pois envolve diferentes tipos de ações relacionadas à potencialização da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos no município. Devido a isso, existem algumas dificuldades em concretizar as ações de compra dos alimentos da agricultura familiar, como: a falta de compreensão da legislação, os problemas políticos, a falta de organização social e produtiva e a escala de produção (Freitas; Ferreira; Freitas, 2019).

Outro fator que vem trazendo desafios para a agricultura familiar é a mudança climática. Nos últimos anos tem havido um aumento na frequência e na intensidade de eventos climáticos extremos, como inundações, alagamentos, deslizamentos, movimentos de massa e seca para algumas regiões, diante desta situação os agricultores familiares são os mais afetados, pois apresentam maior vulnerabilidade, maior exposição e menor condição de adaptação (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

A vulnerabilidade mede a característica, a magnitude e a taxa de ameaça climática ao qual o sistema é exposto. A exposição trata do nível de duração e/ou extensão que as pessoas, as espécies, os ecossistemas, os meios de subsistência, a infraestrutura e os recursos econômicos, sociais ou culturais estão em contato com a ameaça climática (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

A capacidade adaptativa mede o quanto o sistema, o indivíduo, a instituição ou qualquer outro órgão é capaz de lidar com possíveis danos, aproveitar oportunidades ou se ajustar às consequências dessa mudança climática. Essa adaptação pode ser classificada em incremental ou transformacional (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

A adaptação incremental trata da promoção de ações e comportamentos que reduzem perdas ou aumentam os benefícios da variação climática e dos eventos climáticos extremos, sem a necessidade de reorganização permanente ou uma mudança fundamental do sistema. Já a adaptação transformacional é aquela que adota medidas que mudam os atributos fundamentais dos sistemas socioecológicos, em antecipação as mudanças climáticas e seus impactos (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

Como exemplo de algumas mudanças climáticas e suas medidas de adaptação, estão: alteração das épocas de chuva e estiagem - mudanças no calendário agrícola; Longos períodos de estiagem – plantio direto, terraços e plantio em nível; Chuvas mais intensas – sistemas agroflorestais, produção orgânica e práticas conservacionistas; Diminuição da disponibilidade de água – cobertura do solo com palhada e adubação verde; Movimento de massa ou deslizamento de morros – recuperação de áreas degradadas e manter área florestal; Erosão do solo – cobertura do solo com palhada, rotação de culturas, terraços, plantio em nível e plantio direto; Perda de áreas agricultáveis – rotação de culturas, consórcios e cultivos protegidos; e seca de nascentes – proteção de nascentes, cobertura do solo com palhada e adubação verde (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

Segundo o IBGE, em 2006, no Brasil, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% do mercado de alimentos para algumas culturas de cultivo, podendo contribuir para reduzir a pobreza e para melhorar a segurança alimentar. As mulheres são agentes de enorme importância nesse setor, levando em consideração que, segundo a Food and Agriculture Organization (FAO), são 43% do total de trabalhadores em áreas rurais de países em desenvolvimento, e gastam em média 372 horas, por ano, em atividades rurais, enquanto os homens gastam em média 368 horas, por ano. A equidade no acesso aos fatores de produção e informação poderia aumentar a produção agrícola no mundo em desenvolvimento em 2,5 a 4% (Lima, Santos, Vasconcelos, 2016).

A despeito de todos esses dados, as mulheres ainda enfrentam diversas dificuldades, como falta de infraestruturas e serviços, papéis culturais historicamente atribuídos, volatilidade dos mercados, discriminação de instituições, restrição de direitos de propriedade intelectual, à mudança climática, a falta de acesso a programas sociais, instabilidade econômicas, restrição no acesso à terra, ao crédito e ao apoio financeiro (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

Em relação aos direitos de propriedade, a Constituição Federal Brasileira estabelece a titulação conjunta obrigatória para o casal, além dela também existe a Portaria do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de nº 981 de 2003, que estabelece os procedimentos para cadastramento, apuração do descumprimento de regras de utilização, cobrança, renegociação e remissão dos créditos de instalação concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, causando a diminuição nas práticas de submissão das mulheres em relação dos homens, nas esferas privadas das propriedades rurais (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

Ademais o Programa Bolsa Família (PBF) contribui para o empoderamento das mulheres, tendo em vista que 90% dos titulares do programa são mulheres. Apesar disso, os desafios quanto a efetivação da igualdade de gênero no Brasil ainda persiste. Outro fator que contribui é o fato de que as mulheres gastam em média 202 horas por ano em atividades domésticas não remuneradas, enquanto o homem gasta apenas 52 horas por ano (Oliveira, Prado, Monteiro, 2022).

Diante do exposto, é notório que a agricultura familiar vem ganhando espaço nos últimos anos e com a ajuda das políticas públicas também vem sendo legitimada, no entanto ainda existem diversos desafios para que ela possa ocupar o seu devido lugar. Além disso, ela é um elemento fundamental quando se trata de sustentabilidade.

É possível observar também que a mulher tem um grande destaque neste tipo de agricultura e que apesar de tantas lutas ainda ocupa um espaço inferior quando comparadas aos homens, sendo necessário políticas mais efetivas para que as mesmas possam ter igualdade nas condições de trabalho.

Ademais, a agricultura familiar tem uma enorme contribuição quando se trata de ervas medicinais e seu uso domiciliar, através dos inúmeros meios de informação e das

políticas públicas foi possível que este tipo de agricultura ganhasse mais espaço e mais respeito, no entanto, ainda existem muitos obstáculos, em especial em relação as grandes indústrias farmacêuticas, sendo necessário uma fiscalização mais efetiva para que os pequenos agricultores não fiquem em segundo plano.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. DE; ALVES, M. O.; VIDAL, M. DE F. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA): n. 23, v. 23, p. 97–110, 2021;

BADKE, M. R. et al. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. Texto & contexto enfermagem, v. 21, n. 2, p. 363–370, 2012;

CASTRO, M. R. DE; FIGUEIREDO, F. F. 240. Estudos e pesquisas sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicas no Brasil: caminhos e desafios. Ar@cne, 2020;

FILHO, L. A. F.; HEINECK, J. A.; DASILVABENVENUTTI, N. AGRICULTURA FAMILIAR – UMA HISTÓRIA, UM LEGADO! Disponível em: <https://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaeletronica/agricultura-familiar-uma-historia-um-legado_1543941183.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024;

FREITAS, A. F. DE; FERREIRA, M. A. M.; FREITAS, A. F. DE. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 1, p. 9–28, 2019;

LIMA, A. B.; DOS SANTOS, B. A.; VASCONCELOS, I. C. Desafios e perspectivas para as mulheres rurais no Brasil sob a ótica da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. One Pager Portuguese, 2016;

OLIVEIRA, M. A. DE et al. Inovações na agricultura orgânica: revisão sistemática e bibliométrica de literatura. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 62, n. 2, 2024;

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. VAN H. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 59, n. 2, 2021;

OLIVEIRA, S. F.; PRADO, R. B.; MONTEIRO, J. M. G. Impactos das mudanças climáticas na produção agrícola e medidas de adaptação sob a percepção de atores e produtores rurais de Nova Friburgo, RJ. Interações (Campo Grande), p. 1179–1201, 2022;

SANTOS, C. F. DOS et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. Ambiente & sociedade, v. 17, n. 2, p. 33–52, 2014;

SANTOS, M. H. P.; ALMEIDA, A. C. Feminização da pobreza: uma análise sobre privações em aspectos relacionados à pobreza em tempos de covid-19. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 55, n. 2, p. 125-143, abr./jun., 2024;

SILVA, E. F.; GOMES, M. L. M.; MONTEIRO, J. V. Importância social, econômica e sustentável da agricultura familiar. 7º Congresso Tecnológico da Fatec Mococa, v. 4 n. 1, 2021.

VULNERABILIDADE EM SAÚDE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Data de aceite: 02/07/2025

Lívia Rodrigues Castor Almeida

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo a compreensão acerca da vulnerabilidade humana deriva-se de elementos das ciências sociais e de saúde, podendo considerar uma perspectiva multidisciplinar. A vulnerabilidade é uma característica inerente à condição humana, mas apesar de universal, sua manifestação é singular para cada indivíduo, moldada por suas experiências e contexto social (Araújo et al., 2022).

Dentro das práticas em saúde, a inquietação com a vulnerabilidade iniciou após a década de 1980, período da epidemia da *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS). Mediante a situação, começou-se a utilizar o conceito de vulnerabilidade em saúde para referenciar as discussões no campo científico com múltiplas temáticas para aplicação em diversas perspectivas de graus e naturezas da suscetibilidade individual ou coletiva que os conduz para o sofrimento, agravo e brevidade (Florêncio; Moreira, 2021).

Neste contexto de vulnerabilidade, a população rural no Brasil possui histórico de luta, conflitos de posse de terras, escravidão e opressão. A violência foi um marco para esses grupos desde o início da colonização, com os indígenas, posteriormente com trabalho escravo negro em grandes latifúndios. As consequências disso foram comunidades quilombolas criadas para fugir de contextos de exploração (Dimenstein et al., 2020).

A agricultura familiar, alicerçada na zona rural, corresponde a uma organização de produção agrícola, cuja gestão de produção é estabelecida entre os membros da família. O Censo Agropecuário de 2017, informa que no Brasil, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas. No contexto de vulnerabilidade, os agricultores familiares enfrentam diversas situações que comprometem a saúde e bem-estar (Bauermann; Lutinski, 2021).

Dantas et al., (2020) detalha que no âmbito da saúde é notória a dificuldade da assistência das Unidades Básicas de

Saúde, pelo difícil acesso que se encontram a comunidade e sua dispersão, mas sobretudo nota-se alto índice de violência doméstica; pouco ou nenhum saneamento; vulnerabilidade; ausência de oportunidades; índice de analfabetismo; iniquidades na distribuição de riqueza e dificuldades de acesso à saúde.

A má distribuição de profissionais para essas áreas, principalmente na Atenção Básica que deveria ser porta de entrada para o rastreamento de doenças específicas da pessoa do campo reflete o quanto essa população é invisibilizada. Sintomas depressivos, distúrbios do sono, qualidade da alimentação, obesidade geral e abdominal, sedentarismo, etilismo, tabagismo, baixa qualidade de vida e insatisfação com a saúde são as grandes questões de saúde colocadas em pauta (Franco; Lima; Giovanella, 2021).

Face ao exposto, entender o contexto e a importância da agricultura familiar demanda enfoque interdisciplinar para compreender a relevância da saúde para a sociedade. Portanto, o objetivo desse estudo baseia-se em analisar a literatura acerca da vulnerabilidade da agricultura familiar no contexto saúde.

2 MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se por uma revisão integrativa de literatura, a qual objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema. A revisão integrativa possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores (Dantas et al., 2022).

A construção desta revisão integrativa baseou-se, portanto, em propostas fundamentadas por Whittemore e Knafl, que consiste em seis etapas: identificação do problema ou questionamento, estabelecimento de critérios para inclusão/exclusão de artigos (amostra de seleção), definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados, análise das informações, interpretação dos resultados e apresentação da revisão (Cavalcante e Oliveira, 2020).

Considerou-se a estratégia PICO (População, Interesse, Contexto), na qual P: agricultura familiar; I: vulnerabilidade; Co: saúde. Assim, formulou-se a seguinte questão norteadora: quais vulnerabilidades em saúde encontradas na agricultura familiar?

As buscas e a seleção dos artigos aconteceram entre os meses de outubro a novembro de 2024. Foram consultados o Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Para a estratégia de pesquisa, os termos descritivos foram combinados entre si, empregando os operadores booleanos 'AND' e 'OR'. Os descritores em ciências da saúde utilizados para realização deste trabalho foram: Agricultura familiar; Vulnerabilidade; Saúde da família.

Na etapa de procedimento da busca eletrônica nas bases de dados mencionadas, incluíram-se artigos completos, disponíveis gratuitamente em meios eletrônicos, publicados

no recorte temporal de 2019 a 2024, nos idiomas português e inglês, com enfoque na temática, abordagem metodológica quantitativa ou qualitativa. Excluíram-se artigos em duplicidade nas bases de dados, resumos, cartas, editoriais, dissertações e teses.

Para extração dos dados foram considerados artigos com os seguintes dados: identificação dos artigos (título, ano de publicação, local do estudo e fonte de dados), objetivo, principais resultados. Foram detectados inicialmente 67 artigos de acordo com a combinação dos descritores. Após a leitura dos títulos, 41 foram lidos na íntegra e 37 deles, excluídos (artigos de revisão, monografias, teses, dissertações, duplicações e não abordar a temática), restando 4 artigos que foram analisados qualitativamente e compõem a amostra desta pesquisa, sendo eles apenas pesquisa de campo. Sendo assim, 4 artigos compuseram a amostra final. O fluxograma *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) mostra o processo de identificação na Figura 1.

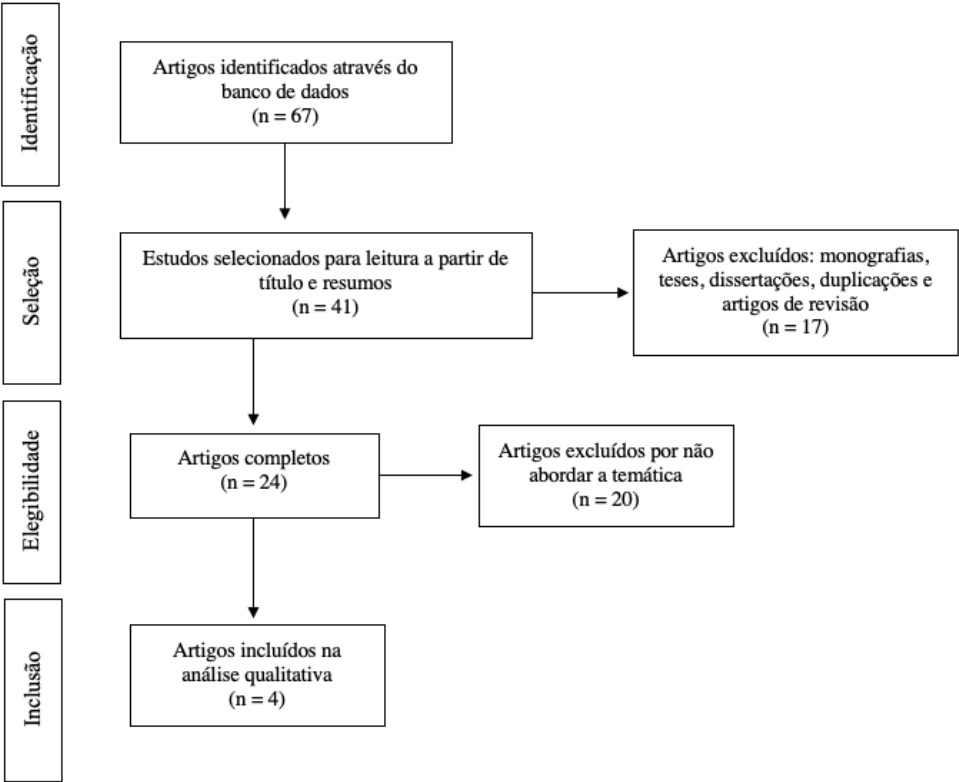


Figura 1: Processo de identificação e inclusão dos estudos-PRISMA diagrama flow. Garanhuns (PE), Brasil 2024.

3 RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados foi elaborado um quadro sinóptico que apresenta a identificação, caracterização e análise dos estudos selecionados (Quadro 1), e no quadro 2 estão distribuídos os seus principais resultados e conclusões sintetizadas.

Quadro 1 - Artigos incluídos na revisão integrativa, de acordo com o número do artigo, título, tipo de estudo e objetivo. Garanhuns, PE, Brasil, 2024. (N=4)

Nº do artigo	Estudo/Autor/Ano	Tipo de estudo	Objetivo
A1	Condições de vida e saúde de famílias rurais no sertão cearense: desafios para Agenda 2030. Sombra Neto et al., 2022	Pesquisa descritiva quantitativa e delineamento transversal	Caracterizar condições de vida e situação de saúde das famílias que vivem da agricultura familiar e da pesca artesanal no sertão cearense
A2	Determinantes sociais de saúde no contexto das mulheres da agricultura familiar. Bauermann; Lutinski, 2021	Pesquisa de caráter quantitativo, com levantamento exploratório, descritivo e transversal	Verificar a percepção de mulheres da agricultura familiar acerca do processo saúde/doença e sua relação com os Determinantes Sociais de Saúde
A3	Características da agricultura familiar em município do sul do Brasil: principais enfermidades, cuidados e o uso de plantas medicinais. Brum et al., 2021	Estudo de caráter epidemiológico descritivo, do tipo transversal,	Caracterizar as famílias agricultoras e identificar os problemas de saúde mais presentes, bem como, identificar se há a prática do uso de plantas medicinais no cuidado da saúde.
A4	Uso e manuseio de agrotóxicos na produção de alimentos da agricultura familiar e sua relação com a saúde e o meio ambiente. Busato et al., 2019	Estudo exploratório descritivo	Conhecer as práticas de uso e manuseio de agrotóxicos na produção de alimentos na agricultura familiar e sua relação com a saúde e o ambiente.

Fonte: os autores (2024)

No quadro 2 estão caracterizados os principais resultados e conclusões sobre a temática analisada.

Quadro 2. Distribuição dos resultados e conclusões dos estudos analisados. Garanhuns, PE, Brasil, 2024.

Estudo	Principais resultados e conclusões
A1	Participaram da pesquisa 152 agricultores(as) familiares e/ou pescadores(as) artesanais em Novo Oriente, Ceará, Brasil. Observaram-se algumas vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias: deficiência no tratamento da água para consumo, existência de problemas ambientais, insatisfatória produção familiar, baixa renda familiar, inexistência na localidade de escolas e de creches, carência de opções de lazer e insegurança alimentar. Na análise da situação de saúde, destaca-se prevalência de doenças crônicas, como cardiovasculares e mentais.
A2	Participaram do estudo 40 mulheres agricultoras sendo 18 do município de Chapecó e 22 do município de Quilombo. O perfil das mulheres agricultoras participantes desta pesquisa se constitui, majoritariamente, pela etnia branca, casadas, com um ou dois filhos, com renda entre dois e quatro salários mínimos e que residem em pequenas propriedades, próprias, nas quais se observa o desenvolvimento de atividades diversificadas de produção e de geração de renda. Apesar da percepção positiva das mulheres agricultoras do meio em que vivem, os relatos descrevem um cenário de divisão do trabalho, desvalorização das atividades desempenhadas e jornada estendida em relação aos homens.

A3	A pesquisa foi realizada no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Durante o estudo, mais da metade da população (65,4%) apresentava algum problema de saúde e um número, ainda mais expressivo, fazia uso de plantas medicinais como coadjuvante no tratamento das enfermidades (79,8%).
A4	Participaram 38 agricultores familiares da região oeste do estado de Santa Catarina. Todos os respondentes informaram que produzem alimentos para o autoconsumo e para comercialização. Relataram que trabalhar com agrotóxicos é perigoso, porém, 85% deles os utilizam na produção. Ao todo 79% afirmaram usar Equipamento de Proteção Individual parcialmente.

Fonte: os autores (2024).

4 DISCUSSÃO

A população rural torna-se mais vulnerável a problemas graves de saúde devido à exposição ocupacional de agrotóxicos que são conhecidos pelo seu potencial carcinogênico, em especial no que diz respeito às doenças hematológicas e, de forma indireta, por meio da ingestão de água e alimentos contaminados. Essa combinação de barreiras danosas à saúde exige atenção urgente e medidas preventivas eficazes (Moura et al., 2022).

A exposição aos agrotóxicos é considerada vulnerabilidade em saúde, e no contexto da pesquisa de Busato et al., (2019) revela uma complexidade na relação dos agricultores com os agrotóxicos, onde a necessidade de produção e comercialização se confronta com a preocupação com a saúde e o meio ambiente. Ademais, apesar da conscientização sobre os riscos, o uso de EPIs é irregular, sendo o desconforto um dos principais motivos alegados pelos agricultores.

O estudo evidencia o dilema enfrentado pelos agricultores entre a necessidade de aumentar a produção para garantir a renda e a preocupação com a saúde e o meio ambiente. Os impactos ambientais ocorrem devido descarte inadequado das embalagens e as práticas de aplicação podem contaminar o solo, a água e o ar, além de aumentar a resistência das pragas aos agrotóxicos (Busato et al., 2019).

Bauermann; Lutinski (2021) aprofundam em sua pesquisa a realidade das mulheres agricultoras, analisando aspectos como composição familiar, renda, uso da terra, condições de trabalho e saúde. O estudo revela um cenário complexo, marcado por mudanças demográficas, desafios na renda, importância da terra para a identidade e subsistência, e a necessidade de melhorias nas condições de trabalho e saúde.

Além das vulnerabilidades na saúde, fatores como gênero propiciam a desigualdade, como evidenciada na pesquisa nas atividades rurais, com as mulheres assumindo uma maior carga de trabalho e menor acesso a recursos e direitos. É fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que considerem as especificidades das mulheres rurais, promovendo a igualdade de gênero, o acesso à terra, à tecnologia e aos serviços básicos (Bauermann; Lutinski, 2021).

O estudo de Brum et al., (2021) apresenta um perfil detalhado de agricultores, com foco em suas características sociodemográficas, atividades agrícolas, saúde e uso

de plantas medicinais. A pesquisa revela um predomínio de mulheres com idade média, baixa escolaridade e renda, com a agricultura como principal fonte de renda. O pêssego é a cultura predominante, seguida por milho, feijão e frutas variadas. O uso de agrotóxicos é comum, especialmente entre produtores de pêssego, soja e fumo. Problemas de saúde como cardíacos e autoimunes são frequentes e as plantas medicinais são amplamente utilizadas como forma de cuidado complementar.

As vulnerabilidades identificadas foram as socioeconômicas como baixa renda, baixa escolaridade, idade média elevada pode indicar maior vulnerabilidade a doenças crônicas, exposição a agrotóxicos, condições de trabalho inadequadas e dificuldade de acesso a serviços de saúde. A combinação desses fatores de risco torna os agricultores familiares um grupo particularmente vulnerável à doença.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidencia a complexidade das vulnerabilidades em saúde enfrentadas por agricultores familiares, decorrentes da interação de fatores socioeconômicos, ambientais e ocupacionais. A exposição a agrotóxicos, as condições de trabalho precárias, o acesso limitado a serviços de saúde e a insegurança alimentar são desafios que se agravam pela falta de políticas públicas eficazes e pela desigualdade de gênero.

Os estudos analisados convergem ao apontar para a necessidade urgente de ações que promovam a saúde e o bem-estar dos agricultores familiares. A implementação de políticas públicas que visem à melhoria das condições de trabalho, ao acesso à água potável e ao saneamento básico, à promoção da agricultura sustentável e à valorização do trabalho das mulheres no campo são cruciais para reduzir as vulnerabilidades e garantir uma vida mais saudável para essa população.

É fundamental que as políticas públicas sejam elaboradas com base em evidências científicas e com a participação ativa dos agricultores, a fim de garantir que as ações atendam às suas necessidades reais. Além disso, a promoção da educação em saúde e a valorização dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais podem contribuir para o empoderamento dos agricultores e a melhoria de sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. T. M. et al. A COMPREENSÃO DAS DIMENSÕES DA VULNERABILIDADE HUMANA NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS: Revista da Faculdade Mineira de Direito, v. 25, n. 49, p. 113–133, 2022.

BAUERMANN, A. C.; LUTINSKI, J. A. Determinantes sociais de saúde no contexto das mulheres da agricultura familiar. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, p. e21410917902, 2021

BRUM, A. N. et al. Características da agricultura familiar em município do sul do Brasil: principais enfermidades, cuidados e o uso de plantas medicinais. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, p. e523101623715, 17 dez. 2021.

BUSATO, M. A. et al. USO E MANUSEIO DE AGROTÓXICOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE. *HOLOS*, v. 1, p. 1–9, 3 dez. 2019.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 dez. 2024. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>.

DANTAS, C. et al. Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo. *Athenea Digital Revista de pensamento e investigación social*, v. 20, n. 1, p. 2169, 2020.

DIMENSTEIN, M. et al. Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 12, n. 1, p. 205, 2020.

FLORÊNCIO, R. S.; MOREIRA, T. M. M. Modelo de vulnerabilidade em saúde: esclarecimento conceitual na perspectiva do sujeito-social. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 34, 2021. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00353>

FRANCO, C. M; LIMA, J. G; GIOVANELLA, L. Atenção primária à saúde em áreas rurais: acesso, organização e força de trabalho em saúde em revisão integrativa de literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 7, p. e00310520, 2021.

PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 46, p. 1, 30 dez. 2022.

SOMBRA NETO, L. L. et al. Condições de vida e saúde de famílias rurais no sertão cearense: desafios para Agenda 2030. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 132, p. 148–162, mar. 2022

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MULHERES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Data de aceite: 02/07/2025

Lúcia Cristina da Silva Pereira

Pedro Henrique Sette de Souza

1 INTRODUÇÃO

Os processos de aquilombamento e de identificação como mulher negra quilombola seguem, então, sendo significado de luta e resistência negra no Brasil desde a formação dos primeiros quilombos até os dias de hoje. Trata-se do país onde a pobreza, a miséria e a desigualdade têm raízes na questão racial e remontam à própria criação do Estado que tem o racismo como estruturante da chamada “sociedade brasileira” (Silva, 2022). Também imbricado na estrutura do país, há o sexismo colocando as mulheres quilombolas em posições de subalternidade. A mulher quilombola sofre uma dupla discriminação tendo diferentes marcadores de opressão incidindo sobre suas experiências de vida. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental da discussão sobre esse

tema para a elaboração de políticas de cuidado, reparação e proteção a mulheres quilombolas

Ser mulher e negra no Brasil envolve lidar com estereótipos e preconceitos ligados ao racismo e sexismo, além de viver sob constante risco de violência. Essas mulheres são as principais vítimas de agressões físicas e psicológicas, tendo seus corpos frequentemente hipersexualizados e desvalorizados. No caso das mulheres quilombolas, essas dificuldades são ainda mais intensas, pois, além dessas opressões, enfrentam problemas como o racismo ambiental, conflitos por terras, falta de direitos sobre suas propriedades e a invisibilidade histórica das comunidades quilombolas (Souza et al., 2020).

As mulheres quilombolas são afetadas por uma combinação de múltiplas formas de opressão, sendo essencial compreender como essas categorias se interconectam para entender a violência que elas enfrentam. A interseção entre racismo e sexismo, especialmente no

contexto das comunidades quilombolas, cria uma realidade de discriminação e violência histórica que impacta profundamente a vida e o bem-estar dessas mulheres, muitas das quais não conseguem sobreviver às adversidades impostas pela estrutura social do país (Lima, 2023).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a produção científica sobre os marcadores de violência de gênero direcionadas às mulheres negras quilombolas. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica na base de dados **BIREME (Biblioteca Regional de Medicina)** e **SciELO (Scientific Electronic Library Online)**, com o intuito de identificar as características dos estudos existentes, abordando desde as metodologias utilizadas até as concepções teóricas e as localidades das pesquisas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura acerca da violência de gênero contra mulheres quilombolas. A busca pelos artigos foi realizada nas plataformas de dados: **BIREME e SciELO** com publicações entre 2014 e 2024, nos idiomas português e inglês. A estratégia de pesquisa utilizou os seguintes descritores: (“violência de gênero” AND “mulheres quilombolas” OR “comunidades quilombolas”).

Primeiramente, os estudos foram selecionados com base nos títulos e resumos. Os artigos que atendiam aos critérios de inclusão foram recuperados na totalidade e analisados em seu texto completo.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos estudos foram estabelecidos com o intuito de garantir a relevância e a qualidade das fontes analisadas. Foram considerados artigos que apresentassem dados originais, publicados em português ou inglês, que abordassem diretamente a violência de gênero contra mulheres quilombolas ou as comunidades quilombolas. Também foram incluídos estudos que discutissem as diversas formas de violência, como a violência doméstica, sexual, psicológica ou institucional, bem como as políticas públicas voltadas para essa população. Além disso, foram selecionados textos que explorassem os aspectos socioculturais e históricos das comunidades quilombolas no contexto da violência de gênero. Foram excluídos artigos que não estivessem acessíveis na íntegra, bem como aqueles que não apresentassem resultados originais, como revisões da literatura. Também foram desconsiderados estudos que não tratassem diretamente da violência de gênero em comunidades quilombolas ou que não mencionassem especificamente o contexto das mulheres quilombolas.

Após a seleção, os artigos foram avaliados e classificados de acordo com os tipos de violência de gênero, os fatores socioculturais envolvidos e as políticas públicas existentes. A análise também procurou identificar lacunas na literatura e propor direções para futuras investigações sobre o assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados sete artigos para conduzir essa discussão. Os estudos analisados destacam as diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras e quilombolas, evidenciando como o racismo estrutural, o gênero e o pertencimento às comunidades tradicionais moldam suas experiências.

Damasceno et al. (2024), abordam as iniquidades no atendimento obstétrico a mulheres quilombolas, ressaltando o impacto da interseção entre racismo, desigualdade de gênero e o isolamento das políticas públicas. Esse cenário reflete-se em dados nacionais sobre racismo institucional, conforme descrito por Leal (2017), que detalha práticas discriminatórias no atendimento à saúde, como negligência no pré-natal e discriminação

No mesmo contexto de enfrentamento à discriminação, França Neto, Lima e Oliveira (2022) destacam a conexão entre o racismo estrutural, o trauma colonial e a agência crítica das mulheres negras, mostrando como, apesar das adversidades, essas mulheres se organizam para resistir às opressões históricos e atuais. Essa resistência é igualmente evidente nas comunidades quilombolas, onde, segundo Dantas et al. (2022), as mulheres desempenham papéis centrais de liderança na luta por direitos territoriais, preservação cultural e igualdade de gênero.

Contudo, essa mobilização ocorre em meio a desafios significativos. Silva et al. (2022) apontam como a violência de gênero é exacerbada pelo racismo e pela marginalização social, ressaltando a necessidade de ações políticas para ampliar a visibilidade e o protagonismo feminino. De forma semelhante, Nascimento et al. (2022) analisam como o contexto de mineração na Amazônia agrava ainda mais a vulnerabilidade das mulheres quilombolas. Essa situação evidencia a necessidade de estratégias intersetoriais que articulem como dimensões de gênero, raça e sustentabilidade ambiental na formulação de políticas públicas.

Por outro lado, os desafios enfrentados por essas mulheres, como a violência de gênero e a violação de direitos reprodutivos, apontados por Marques et al. (2022) e Silva et al. (2022), reforçam a urgência de intervenções que promovam a justiça social. A superação dessas violências requer tanto o fortalecimento das políticas públicas quanto a ampliação do acesso aos serviços de saúde e educação, de modo a reduzir as desigualdades e garantir o exercício pleno dos direitos

Os artigos referenciados compartilham a análise das condições vividas pelas mulheres quilombolas, com foco nas múltiplas dimensões da opressão de gênero, entrelaçadas com o racismo, a exclusão social e as desigualdades estruturais. De maneira geral, os estudos discutem as diversas formas de violência enfrentadas por essas mulheres, incluindo a violência doméstica, discriminação institucional e as barreiras ao acesso a serviços de saúde e direitos básicos. Além disso, os artigos ressaltam a resistência das mulheres quilombolas, destacando seu protagonismo na construção de identidades

políticas, na busca por autonomia reprodutiva e na luta pela visibilidade e reconhecimento dentro de suas comunidades e na sociedade em geral. Tais estudos convergem na reflexão sobre as violências de gênero sofridas pelas mulheres quilombolas e a importância da resistência e do empoderamento feminino como mecanismos de transformação social e de enfrentamento das desigualdades estruturais.

A revisão bibliográfica reconhece a limitação temporal, uma vez que os estudos selecionados são restritos aos últimos dez anos, e geográfica, dado que a maioria dos estudos focam em contextos específicos, como o Brasil e comunidades quilombolas no nordeste e norte do país. Além disso, a revisão pode não ter abrangido todas as pesquisas existentes sobre o tema, devido à diversidade de publicações e ao escopo limitado da pesquisa. Sugere-se, portanto, que novos estudos acerca da temática sejam produzidos, com maior recorte temporal e a nível internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero contra mulheres quilombolas constitui um fenômeno multifacetado, diretamente vinculado a um contexto histórico de marginalização social, discriminação racial e desigualdade de gênero. A revisão da literatura revela que as mulheres quilombolas são sujeitas a diversas formas de violência, cujas origens e repercussões estão profundamente inseridas nas estruturas de poder e nas dinâmicas socioculturais presentes nas comunidades quilombolas. As políticas públicas atualmente implementadas demonstram-se insuficientes para atender às demandas específicas dessa população, sendo as ações voltadas ao enfrentamento da violência fragmentadas e de alcance limitado. Há, portanto, uma necessidade premente de desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas, que considerem as especificidades culturais e sociais dessas comunidades, com vistas a um combate mais amplo e eficaz à violência de gênero.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Cândida Maria Bezerra; BELARMINO, Victor Hugo; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder; ALVES FILHO, Antônio; MACEDO, João Paulo. Mulheres lideranças comunitárias e a luta quilombola / Community leadership women and the quilombola struggle / Mujeres lideresas comunitarias y la lucha de quilombola. Revista Psicologia e Política, v. 22, n. 54, p. 394-413, maio-ago. 2022. Disponível em: LILACS-Express, LILACS, INDEXPSI. ID: biblio-1450353. Biblioteca responsável: BR85.1.

DAMASCENO, Alycia Lara Souza; ARRUDA, Amália Gonçalves; BARBOSA, Elane da Silva; FERNANDES, Helder Matheus Alves. Iniquidades interseccionais no atendimento obstétrico às mulheres negras de comunidade quilombola / Intersectional inequities in obstetric care for black women in quilombola community / Inequidades interseccionales en el servicio obstétrico a las mujeres negras de comunidad quilombola. Revista Ciência Plural, v. 10, n. 2, p. 34948, 29 ago. 2024. Disponível em: LILACS, BBO. ID: biblio-1570348. Biblioteca responsável: BR1264.1.

FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; VALENCIA, Liliana Parra. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas / Identidad quilombola: actuaciones en el cotidiano de mujeres quilombolas en el agreste de Alagoas / Quilombola identity: actuations in daily of women quilombolas in the agreste of Alagoas. *Psicologia & Estudos*, v. 25, p. e45031, 2020. Disponível em: LILACS, INDEXPSI. ID: biblio-1135775. Biblioteca responsável: BR513.1.

LEAL, M. DO C. et al.. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, p. e00078816, 2017.

LIMA, Juliana Murta de; MOURA JÚNIOR, James Ferreira. Racismo e sexismo como opressões direcionadas a mulheres quilombolas: uma revisão bibliográfica da literatura (2003-2023). 2023. Disponível em: [inserir o link aqui, se disponível]. Acesso em: 7 dez. 2024.

MARQUES, Gabriela Cardoso Moreira; FERREIRA, Sílvia Lúcia; DIAS, Ana Cleide da Silva; PEREIRA, Chirlene Oliveira de Jesus; FERNANDES, Elionara Teixeira Boa Sorte; LACERDA, Flávia Karine Leal. Transmissão intergeracional entre mães e filhas quilombolas: autonomia reprodutiva e fatores intervenientes / Intergenerational transmission between quilombola mothers and daughters: reproductive autonomy and intervening factors / Transmisión intergeracional entre madres e hijas quilombolas: autonomía reproductiva y factores intervinientes. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 31, p. e20200684, 2022. Disponível em: LILACS, BDEF. ID: biblio-1361168. Biblioteca responsável: BR17.1.

NASCIMENTO, Veridiana Barreto do; ARANTES, Ana Carolina Vitorio; CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia / Vulnerability analysis and quilombola women's health in a mining area in the Amazon. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 3, p. e210024pt, 2022. Disponível em: LILACS. ID: biblio-1410112. Biblioteca responsável: BR67.1.

NETO, Jacqueline de França; LIMA, Fátima; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. Racismo, trauma colonial e agência crítica: Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro / Racism, Colonial Trauma, and Agency: The State Forum of Black Women in Rio de Janeiro / Racismo, Trauma Colonial y Agencia Crítica: Fórum Estatal de Mujeres Negras del Río de Janeiro. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 22, n. 4, p. 1479-1498, dez. 2022. Disponível em: LILACS, INDEXPSI. ID: biblio-1428528.

SILVA, Liliâne Santos Pereira; SILVA, Gustavo Barbosa; FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; CAZEIRO, Felipe. A produção da identidade política de mulheres em uma comunidade quilombola do sertão alagoano / The production of women's political identity in a quilombola community of the sertão of Alagoas / La producción de identidad política de mujeres en una comunidad quilombola del sertão alagoano. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e240443, 2022. Disponível em: LILACS, INDEXPSI. ID: biblio-1422389. Biblioteca responsável: BR1552.1.

SOUSA, A. C., Lima, D. G., & Sousa, M. A. (2020). Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In S. S. Dealdina (Org.), *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas* (pp. 87-96). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra.

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: ESTUDO DE CASO DE PETROLÂNDIA – PE

Data de aceite: 02/07/2025

Maria Rita Monteiro de Lima

Kleber Carvalho Lima

George André Lando

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro têm incorporado, de forma estratégica, a perspectiva de gênero, com o objetivo de promover maior equidade e melhores condições de vida para as mulheres rurais (Farah, 2004; Cinelli, 2013). No entanto, em regiões semiáridas, como as áreas de agrovilas, essas mulheres ainda enfrentam desafios significativos relacionados ao acesso à terra, crédito e infraestrutura, especialmente após processos de realocação, como ocorreu no município de Petrolândia-PE.

O município de Petrolândia-PE, localizada às margens do rio São Francisco, passou por profundas transformações socioespaciais entre 1987 e 1988 devido à construção do lago de Itaparica e

à Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, promovidas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Essas obras exigiram a inundação de grandes áreas e a realocação de comunidades inteiras, resultando na reconstrução do município em um novo local (Brasil, 2010).

Como parte das mudanças, foi implementado um modelo de agricultura irrigada, anteriormente acessível apenas a grandes produtores devido aos altos custos de instalação e manutenção (Araújo, 2017; Santos, 2019). Para facilitar a adaptação das famílias realocadas, agrovilas foram planejadas e construídas no perímetro irrigado Icó-Mandantes, permitindo que os moradores residissem próximos aos locais de trabalho (Melo, Arruda, Sobral, 2015; Mendonça *et al.*, 2023).

Após a realocação das famílias para as novas áreas, os lotes de terra foram distribuídos pela Chesf com tamanhos definidos com base no número de membros de cada família. Como forma de mitigar as perdas decorrentes do deslocamento e garantir a subsistência das

famílias durante o período de adaptação, foi instituída a Verba de Manutenção Temporária (VMT). Este auxílio financeiro tinha como objetivo compensar a interrupção das atividades agrícolas e seria disponibilizado até que a produção nos novos lotes alcançasse condições viáveis para colheita (Scott, 2007).

Este estudo analisa como as desigualdades de gênero impactaram o acesso das mulheres às oportunidades no meio rural, explorando de que forma as políticas públicas implementadas transformaram a realidade dessa população desde o deslocamento compulsório até os dias atuais.

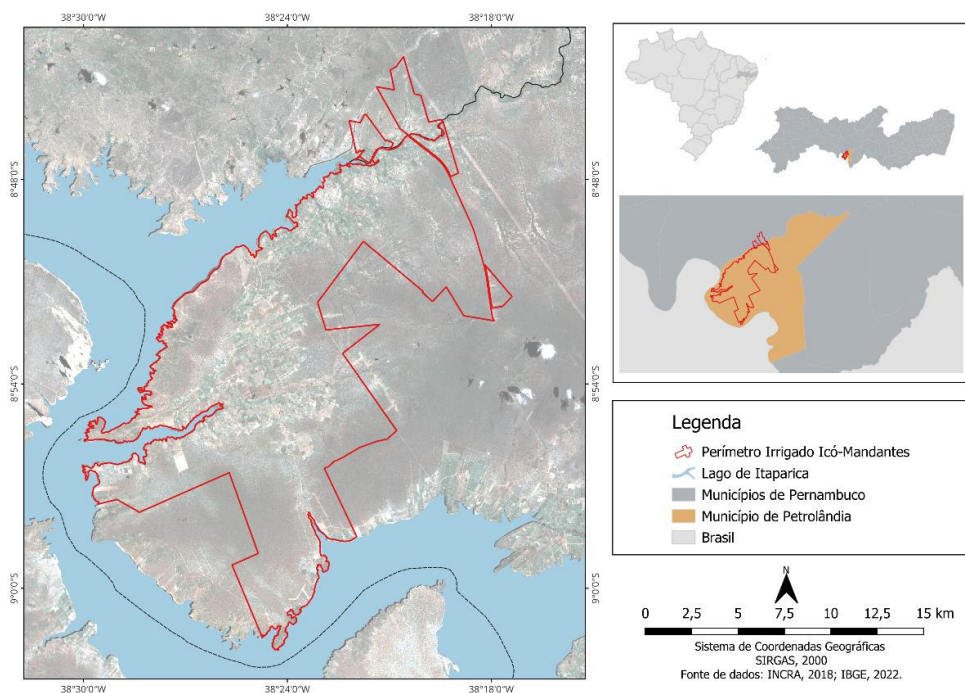
2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem exploratória e descritiva, fundamentando-se em análises bibliográficas e investigações de campo. Essa combinação metodológica permite compreender as dinâmicas de gênero nas agrovilas e examinar de que forma as políticas públicas têm contribuído para o desenvolvimento do município de Petrolândia-PE.

A área de estudo inclui a maior parte do território de Petrolândia, que abrange o perímetro irrigado Icó-Mandantes, e dois blocos situados no município vizinho de Floresta-PE. Essa região cobre uma extensão de 240,57 km², caracterizada por uma precipitação média anual de 528 mm e temperatura média anual de 25°C (Parahyba et al., 2004; Anjos, Candeias e Nóbrega, 2016; APAC, 2023). Dentro desse perímetro, destacam-se 18 agrovilas, sendo as mais relevantes os projetos Apolônio Sales, Barreiras - Bloco 1 e Icó-Mandantes Blocos 3 e 4 (Santos, Gomes e Sobral, 2022). Em particular, o projeto Apolônio Sales apresenta características diferenciadas devido à baixa fertilidade do solo e à escassez de água, o que faz com que seus moradores residam no centro urbano do município.

Petrolândia destaca-se como o maior produtor estadual de melancia e melão (SEMAS, 2020), embora outras culturas, como coco (*Cocos nucifera*), manga (*Mangifera indica*), abóbora (*Cucurbita pepo*), uva (*Vitis vinifera*) e mamão (*Carica papaya*), também sejam amplamente cultivadas (Medeiros et al., 2018).

Figura 1. Mapa de localização do Perímetro Irrigado Icó-Mandantes - Pernambuco.



Fonte: Autores, 2024.

A coleta de dados incluiu revisões bibliográficas e documentais, abrangendo literatura científica, relatórios governamentais e materiais sobre políticas públicas rurais e urbanas relacionadas à temática de gênero. Dados históricos e contemporâneos foram analisados com base em censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Essa abordagem permitiu mapear as mudanças socioespaciais e compreender os impactos das políticas públicas na vida da população ao longo do tempo.

A análise dos dados foi enriquecida com mapas e gráficos que ilustram as condições da região, destacando as dinâmicas socioeconômicas e as desigualdades de gênero no contexto das agrovilas. Assim, a metodologia possibilita uma visão abrangente das interações entre o rural e o urbano, com ênfase nos desafios e avanços relacionados à equidade de gênero e ao desenvolvimento sustentável na região.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados do Censo Demográfico revelam que, após a inundação e o consequente processo de realocação em Petrolândia-PE, em 1991, houve uma diferença marcante entre as populações rural e urbana (Tabela 1). Nas agrovilas, as áreas rurais apresentavam predominância masculina, já que os lotes irrigados eram prioritariamente destinados aos homens, refletindo padrões de gênero estruturais na alocação de recursos.

Tabela 1. População residente no município de Petrolândia em 1991 e 2000.

Ano	Gênero	Rural	Urbano
1991	Homens	9.336	6.859
	Mulheres	9.308	7.460
2000	Homens	3.963	9.490
	Mulheres	3.758	10.109

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Nesse contexto, em 1991, a zona urbana apresentava uma predominância da população feminina. O ambiente urbano oferecia melhores condições para a geração de emprego e renda, especialmente no comércio e nas feiras locais, beneficiando mulheres que assumiam o papel de chefes de família. Além disso, o centro urbano facilitava o acesso à educação para os filhos, bem como a obtenção de renda e produtos alimentícios, ampliando as oportunidades para essas famílias (Cinelli, 2013; Mendonça et al., 2023).

Nas agrovilas, após a transferência das famílias, os sistemas de irrigação ainda não haviam sido instalados, tornando a Verba de Manutenção Temporária (VMT) o único meio de subsistência para os moradores. Esse auxílio correspondia a um valor mensal de dois salários-mínimos e meio (Scott, 2007). Em alguns casos, no perímetro irrigado Icó-Mandantes, a instalação dos sistemas de irrigação levou mais de 10 anos, período em que muitos dos beneficiários originalmente cadastrados pela Chesf já haviam falecido, exigindo o recadastramento de seus sucessores como novos representantes familiares (Santos, 2019).

No documentário “*Terra é água: negócios do Semiárido*” destaca-se, por meio de sua narrativa e entrevistas com a população afetada, que nem todos os agricultores do perímetro irrigado receberam lotes de terra (Araújo, 2020). Para muitos, a única forma de subsistência disponível era a Verba de Manutenção Temporária (VMT), fornecida pela Chesf.

Como parte do processo de reassentamento das famílias afetadas, foram construídas escolas e postos de saúde nas agrovilas, com o objetivo de atender às demandas da população local (Gominho; Carneiro, 2020). Contudo, a demora na instalação dos sistemas de irrigação e o valor insuficiente da Verba de Manutenção Temporária (VMT), especialmente em famílias numerosas, levaram muitos moradores a migrar para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, particularmente a partir de 2000 (Scott, 2007).

Dados mais recentes indicam que, embora a migração urbana tenha proporcionado acesso a novas oportunidades de emprego, ela exacerbou a vulnerabilidade educacional em zonas rurais (Tabela 2). A evasão escolar permanece alta, com jovens priorizando o trabalho agrícola para complementar a renda familiar (Silva; Santos, 2023). Essa realidade reflete a ausência de políticas públicas eficazes que articulem educação e inclusão econômica, especialmente em regiões semiáridas como Petrolândia. Estudos mais recentes apontam que apenas 45% dos jovens entre 15 e 19 anos concluem o ensino fundamental no semiárido brasileiro, evidenciando a necessidade de iniciativas estruturadas para garantir acesso à educação básica e qualificação profissional (Araújo, 2020).

Tabela 2. Taxa de alfabetização do município de Petrolândia.

Taxa de Alfabetização		
	Sem Instrução e Fundamental Incompleto	
	Rural	Urbana
Homens	2.919	5.687
Mulheres	2.438	5.424

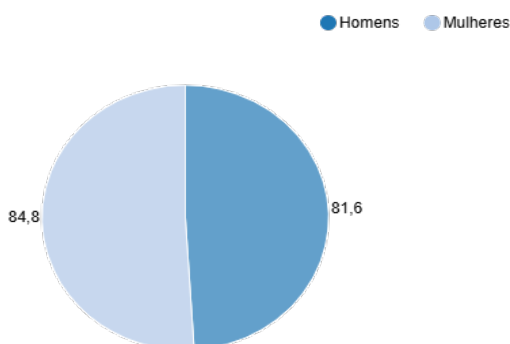
Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Na zona rural, durante o período de adaptação, poucas pessoas concluíram o ensino fundamental devido a diversas dificuldades, especialmente relacionadas ao acesso à educação. Crianças e jovens precisavam percorrer longas distâncias para utilizar o transporte público e chegar às escolas. No município de Petrolândia, que conta com mais de 15 agrovilas, nem todas possuem instituições de ensino, obrigando muitos alunos a se deslocarem de uma agrovila para outra para frequentar as aulas.

Silva e Santos (2023) destacam que a evasão escolar entre jovens e adultos nas áreas rurais é um fator significativo para os elevados índices de ensino fundamental incompleto. Essa realidade está diretamente ligada à necessidade de muitos jovens, especialmente os homens, contribuírem para a renda familiar, priorizando o trabalho em detrimento da educação.

De acordo com os dados do Censo de 2010 (Gráfico 1), as mulheres nas áreas de agrovilas e na zona urbana apresentaram um percentual maior de conclusão do ensino fundamental em comparação aos homens. Esse cenário reflete o fato de que as mulheres, em sua maioria, não eram proprietárias de lotes de terra, concentrando seus esforços no trabalho compartilhado com os homens da família, o que resultou em uma participação mais expressiva na força de trabalho da região.

Gráfico 1. Índice de pessoas alfabetizadas no município de Petrolândia-PE.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Embora as políticas públicas tenham contribuído para a inclusão feminina no setor agrícola, o impacto dessas iniciativas deve ser analisado à luz de contextos locais e globais. Segundo Siliprandi (2009), o empoderamento das mulheres no meio rural envolve não apenas o acesso a direitos formais, mas também o fortalecimento da autonomia em processos produtivos e organizativos. Em Petrolândia, a participação das mulheres no sindicato local simboliza avanços importantes, mas desafios como a redistribuição desigual de recursos produtivos e a persistência de barreiras culturais continuam limitando a equidade plena. Para superar tais entraves, estudos sugerem a adoção de políticas interseccionais que considerem simultaneamente questões de gênero, raça e classe (Brasil, 2010; Silva; Santos, 2023).

O polo sindical, responsável por intermediar as negociações entre empresas e agricultores de Petrolândia e de municípios vizinhos afetados pela inundação, tem sua sede localizada em Petrolândia (Scott, 2007). Desde o início do processo de apropriação das novas terras, esse órgão desempenhou um papel crucial para a população local, defendendo os direitos à terra e assegurando que a maioria dos produtores obtivesse seus lotes com sistemas de irrigação devidamente instalados.

Atualmente, o sindicato desempenha um papel ativo, promovendo reuniões com representantes do governo federal para buscar soluções aos desafios enfrentados pelos agricultores. Além disso, tem se empenhado na implementação de alternativas mais sustentáveis de produção, como a utilização de energia solar para os moradores dos perímetros irrigados (Santos, 2023).

O manejo inadequado do solo, associado ao uso contínuo e à ausência de estratégias de pousio, intensifica o processo de degradação, limitando a produtividade agrícola em Petrolândia. Araújo (2017) enfatiza que políticas públicas voltadas para a recuperação da fertilidade do solo e a capacitação técnica dos agricultores são essenciais para evitar práticas insustentáveis, como o desmatamento de novas áreas. Adicionalmente, iniciativas como a agroecologia podem oferecer soluções mais sustentáveis, promovendo a diversificação de culturas e reduzindo a dependência de insumos químicos. Segundo Siliprandi (2009), a inclusão de mulheres em práticas agroecológicas tem mostrado impactos positivos, reforçando a sustentabilidade e o empoderamento social.

O documentário “*Terra é água: negócios do semiárido*” destaca que, devido aos elevados custos de fertilizantes e à recorrência de pragas nas plantações, muitos agricultores acabaram vendendo seus lotes para produtores com maior capacidade financeira (Araújo, 2020). Esses novos proprietários, com mais recursos, puderam investir em melhorias nas plantações e no combate às pragas, utilizando fertilizantes cujo custo era inacessível para os pequenos agricultores.

À medida que os pequenos produtores venderam seus lotes irrigados para outros agricultores, surgiu, com o tempo, a necessidade de adaptar os centros urbanos às novas dinâmicas produtivas do campo. Santos, Gomes e Sobral (2022) destacam que a demanda

por maquinários mais modernos na agricultura impulsionou o desenvolvimento dos centros urbanos, por meio do crescimento de estabelecimentos comerciais voltados a atender esse setor.

Esse crescimento no centro urbano do município promoveu maior igualdade de gênero, possibilitando que as mulheres ocupassem empregos em estabelecimentos comerciais, contribuindo para a geração de renda para a população como um todo. Além disso, garantiu oportunidades de trabalho nas fábricas locais, que auxiliam no engarrafamento da água de coco destinada à comercialização, fortalecendo a economia local (Carvalho, 2009).

Destaca-se que o município de Petrolândia é um dos maiores produtores de água de coco da região (Figura 2). Parte dessa produção é destinada à exportação, enquanto outra parte abastece áreas vizinhas e o próprio município, por meio de fábricas instaladas localmente. Nessas unidades, o produto é processado e vendido *in natura* em embalagens para consumo pela população local (Lucena, Medeiros, Araújo, 2017).



Figura 2 – Plantação de coco no perímetro irrigado Icó-Mandantes

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2022.

Devido à escassez de chuvas na região semiárida, todas as plantações dependem dos sistemas de irrigação instalados pela Chesf. No entanto, os produtores enfrentam desafios como a irregularidade no fornecimento de água para os lotes e a ausência de assistência técnica adequada, o que compromete a eficiência da produção agrícola.

As transformações socioespaciais decorrentes da inundação tiveram um impacto significativo no fortalecimento da economia local. Esse processo favoreceu tanto a geração de empregos para as mulheres na região urbana quanto a melhoria das condições para os agricultores no campo. Antes da construção da usina hidrelétrica, grande parte da população local não possuía terras próprias para cultivo, o que limitava as possibilidades de renda, já que a subsistência das famílias dependia principalmente do trabalho braçal prestado aos grandes proprietários de terra nas margens do rio São Francisco (Galvão, 1999).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi apresentado o contexto histórico do município, com o objetivo de compreender melhor as dinâmicas socioespaciais locais. Nesse cenário, as mulheres desempenharam um papel fundamental no mercado de trabalho, além de assumirem responsabilidades significativas como chefes de família.

Apesar dos desafios enfrentados, essas transformações também impulsionaram as políticas públicas, promovendo maior participação das mulheres no sindicato local e na agricultura familiar. No entanto, a evasão escolar entre jovens e adultos permanece como um obstáculo significativo, exigindo a implementação de políticas educacionais eficazes para superá-lo ao longo dos anos.

A produção agrícola consolidou-se como um marco relevante na região, com destaque para o cultivo do coco, que desempenha um papel significativo na geração de emprego e renda local. Além disso, iniciativas recentes têm buscado a modernização da agricultura, com esforços contínuos voltados para a adoção de práticas mais sustentáveis de produção.

Para promover o desenvolvimento de Petrolândia, é fundamental investir continuamente em políticas públicas inclusivas, além de fortalecer as interações entre as áreas urbanas e rurais. Essa abordagem é essencial para construir um futuro mais promissor e sustentável para toda a população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Guilherme. *Terra é água: negócios do Semiárido*. Documentário. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xcs9HFdvEj8>. Acesso em: 02 out. 2024.

ARAÚJO, G. J. F. Desafios da agricultura irrigada de base familiar no sistema produtivo de água de coco - Petrolândia, Pernambuco / Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2017.

BRASIL, Ministério de Integração Nacional. CODEVASF. Sistema Itaparica. 2010. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programasacoes/sistema-itaparica-1>. Acesso em: 16 nov de 2024.

CARVALHO, R. M. C. M. O. Avaliação dos perímetros de irrigação na perspectiva da sustentabilidade da agricultura familiar do semiárido Pernambucano. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FARAH, M. F. S.; Gênero e políticas públicas. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): 360, 2004.

GALVÃO, O. J. A. O projeto de reassentamento de Itaparica e sua inserção no marco das novas políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste. *Card. Est. Soc. Recife*. V.15, n.1, p.33-66, 1999.

GOMINHO, K. C.; CARNEIRO, H. F. Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano. Edição especial – Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens – Vol. 55, p. 262-279, 2020. DOI: 10.5380/dma.v55i0.73278.

LUCENA, F. G.; MEDEIROS, M. L.; ARAÚJO, G. J. F. Análise das transformações na estrutura agrária do município de Petrolândia (PE) e suas influências na qualidade de vida da população. *Revista Rural & Urbano*, Recife. V. 02, n. 01, p. 102-118, 2017.

MEDEIROS, M. L.; RAPOSO, D. V. N.; SANTOS, L. C.; FRANCISCO, A. P. B.; TORRES, E. G. A. Petrolândia 30 anos: Análise histórico-cartográfica das mudanças demográficas no perímetro irrigado em Icó-Mandantes (Pernambuco – Brasil). *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v.4, n.1. p. 252-261, 2018.

MELO, M. G. S.; ARRUDA, N. O.; SOBRAL, M. C. Diagnóstico socioambiental da área atingida pela barragem de Itaparica: O caso do perímetro de irrigação Icó-Mandantes, submédio do São Francisco, Pernambuco. *In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental*. 2015. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro. 2015.

MENDONÇA, I. T. L.; ANDRADE, H. M. L. S.; GERVAIS, A. M. D.; Andrade, L. P. A percepção do cotidiano da agricultura familiar 30 anos após deslocamento compulsório pela barragem de Itaparica. *Rev. Grifos – Universidade Comunitária da Região de Chepecó – Unochapecó I Edição* Vol.32, n. 60, 2023.

PARAHYBA, R. B. V.; ALVAREZ, I. A. Degradação dos solos por sais numa área do vale do Submédio do Rio São Francisco. *In: XXIX Reunião Brasileira de Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas – Guarapari – ES, Brasil, 2010. Anais... Guarapari, ES. 2010.*

SANTOS, A. Petrolândia Notícias, 2023. Disponível em: <https://petrolandianoticias.com.br/presidente-do-sindicato-dos-trabalhadores-rurais-de-petrolandia-pe-aborda-manifestacao-e-criticas-a-lula-na-br-316-em-entrevista-exclusiva-veja-video/> acesso em: 18 de out. 2024.

SANTOS, C. C. Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos a partir de Petrolândia - PE Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2019.

SANTOS, C. C.; GOMES, E. T. A.; SOBRAL, M. C. M. Os grandes empreendimentos hidrelétricos e as transformações das relações campo-cidade e rural-urbano: entre urbanidades e ruralidade no município de Petrolândia-PE. *Universidade Federal Fluminense*, vol:24, n.52. DOI: 10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a48093, 2022.

SCOTT, P. Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 290 p. ISBN: 978-85-7315-676-8, 2009.

SEMAS. Zoneamento das áreas suscetíveis à desertificação do estado de Pernambuco. Recife: SEMAS, 120p. 2020.

SILIPRANDI, E. C. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília – DF, 291 p. 2009.

SILVA, M. G. T. B; SANTOS, M. P. M. O abandono escolar na zona rural. Revista Ibero – Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE. São Paulo, v.9, n.11. ISSN – 2675-3375, 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Data de aceite: 02/07/2025

Nathália Soares de Souza

Neon Bruno Doering Morais

1 INTRODUÇÃO

Conhecido por sua diversidade cultural, social e ambiental, o Brasil é um país cuja história está profundamente entrelaçada com as práticas tradicionais de comunidades que habitam suas regiões rurais e a relevância da agricultura familiar como base na produção de alimentos. Essas comunidades e pequenos agricultores, não apenas desempenham um papel crucial na garantia de segurança alimentar nacional, mas também, contribuem para a preservação ambiental e a manutenção de culturas e saberes ancestrais.

Segundo Lima et al., (2019), A agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, destaca-se pela capacidade de forma sustentável e diversa, ocupando assim, um espaço fundamental na economia e no tecido

social. Semelhantemente, comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais desempenha um papel essencial na preservação da biodiversidade e na valorização das tradições que caracterizam a identidade brasileira.

Ao longo das últimas décadas, diversas políticas públicas foram implementadas com o objetivo de fortalecer pequenos agricultores e proteger os direitos desses grupos. Entre essas iniciativas, destacam-se programas voltados ao acesso à crédito, assistência técnica, comercialização de alimentos e regularização fundiária. Tais políticas visam não apenas promover a inclusão social e econômica, mas também combater a pobreza, reduzir desigualdades e preservar os territórios e os modos de vida das comunidades.

No entanto, os avanços conquistados convivem com desafios persistentes. A descontinuidade de programas em contextos de instabilidade política, o avanço de grandes empreendimentos

em territórios rurais e tradicionais, e os impactos das mudanças climáticas são algumas das questões que afetam diretamente a eficácia dessas políticas públicas. Além disso, a falta de acesso equitativo a recursos, especialmente nas regiões mais remota, aponta a necessidade de ajustes e novos caminhos para atender às demandas dessa população.

Partindo desse pressuposto, esse capítulo tem como objetivo examinar as principais políticas públicas desenvolvidas no Brasil para fortalecimento da agricultura familiar e proteção dos direitos de comunidades tradicionais, destacando seus impactos positivos e os entraves que ainda limitam sua eficácia. Serão analisadas as contribuições dessas políticas no âmbito da inclusão social, segurança alimentar e preservação cultural, especialmente nos efeitos das mudanças econômicas e políticas recentes no cenário brasileiro.

Por fim, será abordada a importância de investir em soluções que promovam o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção de direitos, garantindo que tanto a agricultura familiar quanto comunidades tradicionais continuem a desempenhar seu papel fundamental na construção de um país mais equânime, diverso e sustentável.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL

A agricultura familiar e as comunidades tradicionais desempenham um papel estratégico na sustentabilidade ambiental e socioeconômica do Brasil. Esses segmentos não apenas asseguram a produção de alimentos para consumo interno, mas também contribuem significativamente para a preservação das práticas culturais ancestrais e da biodiversidade, assegurando assim, benefícios para a sociedade como um todo.

Mais de 70% da produção de alimentos consumidos no país, incluindo itens essenciais como feijão, arroz, farinha, milho, entre outros, advém da agricultura familiar, sendo que metade dos estabelecimentos, concentram-se na região Nordeste. Abrangendo pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e povos rurais, ela é a base da segurança alimentar do país e uma fonte de renda para milhões de brasileiros (Lima *et al.*, 2019).

Ela assegura o acesso a produtos frescos, saudáveis e culturalmente relevantes para a dieta dos brasileiros. Ao mesmo tempo, por estar estruturada em pequenas propriedades e métodos menos intensivos, a agricultura familiar é frequentemente associada a práticas mais sustentáveis, como o uso responsável do solo, a rotação de culturas e a conservação de recursos hídricos.

Além disso, está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento em áreas rurais, sendo fundamental no fortalecimento da economia local, por meio do estímulo a mercados regionais, feira livre e cadeias curtas de comercialização, essa atividade promove a circulação de recursos em comunidades rurais, reduzindo a dependência de grandes centros urbanos e aumentando a resiliência econômica dessas áreas.

Contudo, a sustentabilidade e o crescimento desse setor exigem políticas públicas que levem em conta suas particularidades, como: Apoio técnico para implementação de

práticas agrícolas regenerativas; Investimento em infraestrutura rural, como estradas, transporte e armazenamento; Linhas de crédito e seguro rural adaptadas às pequenas propriedades e ao impacto de mudanças climáticas.

A dependência climática e a vulnerabilidade a fatores externos, como crises econômicas e oscilações nos preços de insumos, evidenciam a necessidade de medidas voltadas para a adaptação climática e a inclusão produtiva.

As comunidades tradicionais, que incluem povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e outros grupos que mantêm modos de vida ancestrais, são essenciais para a preservação ambiental e cultural do Brasil. Ao longo de gerações, esses grupos desenvolveram conhecimentos e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo a regeneração de ecossistemas e a convivência harmônica com o meio ambiente.

Esses povos desempenham um papel fundamental na conservação de ecossistemas e na proteção da biodiversidade, especialmente em áreas como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga.

A Amazônia, por exemplo, abriga uma das maiores concentrações de comunidades tradicionais do mundo, cujas práticas de extrativismo sustentável, como a coleta de castanha e a produção de borracha, são fundamentais para evitar o desmatamento e gerar renda (Cardoso, 2009). No Cerrado e na Caatinga, comunidades rurais preservam espécies nativas e garantem o equilíbrio ecológico em ambientes extremamente vulneráveis (Ávila, 2023; Leuzinger; Cureau, 2013).

Além de seu papel ambiental, essas comunidades são guardiãs de uma riqueza cultural inestimável. Seus modos de vida, que combinam técnicas ancestrais com inovações locais, contribuem para a formação de identidades regionais e para a diversidade cultural do país. Contudo, essas populações enfrentam desafios graves, como: Conflitos fundiários e invasões em seus territórios; Pressões econômicas que colocam em risco suas práticas tradicionais e exclusão de políticas públicas que respeitem suas especificidades culturais.

Para garantir a continuidade de seus modos de vida e seu papel como guardiãs da biodiversidade, é essencial assegurar o direito à terra, investir em educação intercultural e promover iniciativas de inclusão socioeconômica que respeitem suas singularidades.

A integração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e as comunidades tradicionais é essencial para criar sinergias que promovam o desenvolvimento sustentável. Um exemplo disso é o incentivo a sistemas agroflorestais, que combinam a produção agrícola com a conservação de florestas, gerando benefícios econômicos e ambientais.

Ao mesmo tempo, é preciso fortalecer mecanismos de participação social, permitindo que agricultores familiares e comunidades tradicionais sejam protagonistas na formulação e implementação de políticas que os impactam diretamente. O reconhecimento e o respeito aos seus saberes, aliado ao suporte técnico e financeiro, podem transformar esses grupos em pilares ainda mais robustos de um Brasil sustentável e resiliente.

Investir na agricultura familiar e nas comunidades tradicionais significa investir em um modelo de desenvolvimento que prioriza a equidade, a biodiversidade e a segurança alimentar. Para enfrentar os desafios do século XXI, em tempos de crise climática, a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade, essa aposta não é apenas uma questão de justiça, mas uma estratégia indispensável para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Reconhecendo a importância da agricultura familiar, o Brasil desenvolveu, ao longo das últimas décadas, um conjunto de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a inclusão produtiva desses agricultores.

Essas políticas têm como objetivos principais garantir o acesso a crédito e financiamento que viabilizem a modernização da produção e a redução da vulnerabilidade econômica; que amplie o acesso a mercados facilitando a comercialização dos produtos da agricultura familiar tanto em mercados institucionais quanto privados; que promova assistência técnica e capacitação para as práticas de produção e a gestão de propriedades dos pequenos produtores e que estimule a segurança alimentar através de programas que conectam a produção local ao consumo nas comunidades, escolas, hospitais e demais equipamentos sociais.

Entre os programas mais emblemáticos, destacam-se:

Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Criado em 1996, é um dos maiores programas de crédito rural voltado a pequenos produtores, objetivando facilitar o acesso técnico e financeiro para promover o desenvolvimento rural sustentável. O programa promoveu a modernização de práticas agrícolas e o aumento da produtividade, contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhoraria na qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER *et al.*, 2021).

Segundo Schneider (2021), quatro objetivos específicos complementam os desígnios do programa:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): Essencial para levar conhecimento técnico e boas práticas aos agricultores familiares, oferecendo capacitação técnica, estimulando a geração de renda e novos postos de trabalho, incorporando práticas sustentáveis e respeitando a diversidade cultural. Para tanto, ela

potencializa atividades produtivas voltadas à oferta de alimentos sadios e matérias primas, bem como apoia estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Dentre outros pilares que sustentam a política, Pettan (2010) afirma que destacam-se:

o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é elemento central de todas as suas ações.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Instituído em 2003, por meio do artigo 19 da lei nº 10.696. Como parte do fome zero, o PAA promove a compra de alimentos diretamente dos agricultores familiares para abastecer escolas, hospitais e programas de segurança alimentar, objetivando combater à fome, gerar renda e estimular a economia local.

Para isso, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDA, 2012).

Uma das principais características do programa é sua flexibilidade, que permite sua adaptação às especificidades regionais. Por esse motivo, ele permanece em constante (re)formulação desde sua implementação no Plano Safra 2003/2004. O PAA tem passado por aprimoramentos em seu arcabouço jurídico-institucional, nos modos de operação, nas modalidades, nas parcerias e nas fontes de recursos envolvidas (Porto, 2009).

Garantia-Safra: Um seguro agrícola que apoia os pequenos produtores em situações de perda de colheitas devido a adversidades climáticas. Trata-se de uma iniciativa integrada a uma rede de políticas públicas destinadas a apoiar e fortalecer o segmento socioprodutivo da agricultura familiar no Brasil (ARBEX *et al.*, 2022). O programa destaca-se por seu diferencial nas estratégias formuladas pelo Estado brasileiro para mitigar os impactos socioeconômicos dos ciclos de estiagem que atingem o semiárido, especialmente nos estados do Nordeste. Essa abordagem reflete uma mudança de paradigma, substituindo a lógica do “combate” pela perspectiva da “convivência” com a seca (Aquino, Vidal, Alves, 2021; Silva *et al.*, 2021; Silva, Sousa, Sousa, 2021; Victoria, Oliveira, Cuadra, 2019).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Garante a compra de pelo menos 30% dos alimentos da agricultura familiar para merendas escolares, incentivando a produção local e melhoria na qualidade nutricional dos alimentos nas escolas.

Essas iniciativas impulsionaram a organização econômica e social dos agricultores familiares, contribuindo para a inclusão produtiva e a redução da pobreza rural.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Brasil desenvolveu importantes políticas públicas para atender às necessidades das comunidades tradicionais, reconhecendo sua importância ambiental e sociocultural:

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT): Estabelecida em 2007, reconhece e garante os direitos dessas comunidades, estabelecendo diretrizes para promover a sustentabilidade e a valorização das práticas culturais, priorizando a proteção de seus territórios e modo de vida.

Criação de Territórios Tradicionais e Demarcação de Terras: Garantir a posse e o uso exclusivo dos territórios é fundamental para a manutenção dos modos de vida tradicionais, com políticas de titulação de territórios quilombolas e demarcação de terras indígenas, porém esses processos frequentemente são lentos e marcados por conflitos de interesses.

Bolsa Verde: É um programa de transferência de renda que incentiva práticas de conservação ambiental em territórios tradicionais e áreas de agricultura familiar. Implementado em 2011, o bolsa-verde foi criado no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria como política pública de complementação de renda àquelas famílias situadas em áreas passíveis de preservação ambiental que estejam situadas em linha de extrema pobreza. (SIMÃO, 2015)

Educação e Saúde Interculturais: Iniciativas que respeitam as especificidades culturais das comunidades e promovem o acesso a serviços essenciais.

5 AVANÇOS INTEGRADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar dos avanços, os desafios enfrentados pela agricultura familiar e pelas comunidades tradicionais no Brasil são complexos e demandam abordagens intersetoriais. A integração de políticas públicas que promovam a justiça social, o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos culturais é fundamental. Dentro dessa perspectiva, alguns avanços incluem:

Fortalecimento da governança territorial: Ampliar a demarcação de terras e a regularização fundiária.

Inovação tecnológica inclusiva: Investir em soluções adaptadas às realidades locais, como sistemas agroflorestais e tecnologias de baixo custo.

Ampliação do diálogo social: Incluir agricultores familiares e comunidades tradicionais na formulação e monitoramento de políticas públicas.

Fomento à educação ambiental e intercultural: Promover práticas educativas que valorizem a conexão entre cultura e meio ambiente.

Inclusão social: Redução da pobreza em áreas rurais.

Segurança alimentar: Aumento da produção de alimentos saudáveis e acessíveis

Preservação ambiental: Incentivo à práticas agroecológicas e ao uso sustentável dos recursos naturais.

6 DESAFIOS PERSISTENTES

Apesar dos avanços, desafios importantes ainda limitam o pleno desenvolvimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais no Brasil que refletem as profundas desigualdades estruturais que persistem, comprometendo tanto a sustentabilidade da produção quanto a garantia de direitos fundamentais, descritos a seguir:

- 1.1 Acesso a terras e regularização fundiária: A falta de segurança quanto à posse da terra afeta diretamente a capacidade dos agricultores familiares de planejar a longo prazo e investir em melhorias. A ausência de uma regularização fundiária ampla gera conflitos, fragiliza direitos e dificulta o acesso a políticas públicas de crédito e assistência técnica.
- 1.2 Infraestrutura precária: A inexistência ou inadequação de estradas, armazenamento e sistemas de irrigação reduz a eficiência da produção e encarece a logística, limitando a competitividade dos produtos da agricultura familiar. Além disso, dificulta o escoamento para mercados locais e regionais, prejudicando a geração de renda.
- 1.3 Exclusão digital: A falta de conectividade em áreas rurais impede que agricultores acessem plataformas de comercialização, assistência técnica remota e capacitações. Isso reduz a competitividade da agricultura familiar frente a sistemas produtivos mais conectados ao mercado digital.
- 1.4 Descontinuidade de políticas públicas: A alternância de governos e a instabilidade política afetam a continuidade de programas essenciais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso gera insegurança e reduz a eficácia das iniciativas.

Desafios para a Garantia de Direitos

As comunidades tradicionais enfrentam uma série de desafios que ameaçam sua sobrevivência e a continuidade de seus modos de vida:

Conflitos fundiários: A expansão de monoculturas, pecuária intensiva e grandes empreendimentos, como mineração e hidrelétricas, frequentemente invade terras tradicionais. Esses conflitos geram violência, deslocamento forçado e perda de territórios ancestrais.

Desmatamento e degradação ambiental: Atividades predatórias, como o desmatamento e a mineração ilegal, comprometem ecossistemas vitais para a subsistência das comunidades tradicionais. Isso também agrava mudanças climáticas, que impactam diretamente a segurança alimentar.

Falta de consulta prévia: Embora garantido pela Convenção 169 da OIT, o direito à consulta livre, prévia e informada é frequentemente desrespeitado. Projetos de desenvolvimento são implementados sem diálogo, resultando em impactos sociais e ambientais desastrosos para as comunidades afetadas.

Acesso desigual a políticas públicas: Regiões remotas ou comunidades que dependem de modos de vida tradicionais frequentemente ficam à margem das políticas públicas. Além disso, muitas iniciativas não levam em conta as especificidades culturais e sociais dessas populações.

Descontinuidade das políticas públicas: Assim como na agricultura familiar, as comunidades tradicionais sofrem com cortes orçamentários e mudanças na prioridade dos governos, o que enfraquece a implementação de políticas voltadas à preservação de direitos e territórios.

Reconhecimento cultural insuficiente: As comunidades tradicionais enfrentam invisibilidade e preconceito, dificultando a preservação de suas práticas culturais e seus modos de vida. Esse reconhecimento é fundamental para assegurar o respeito à diversidade e fortalecer as políticas de proteção.

Esses desafios evidenciam a necessidade de políticas públicas consistentes, integradas e participativas, que levem em consideração as realidades locais e respeitem a diversidade social, cultural e econômica do Brasil. Apenas com medidas estruturais e continuidade nas ações será possível promover a equidade e o desenvolvimento sustentável para agricultores familiares e comunidades tradicionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para a agricultura familiar e comunidades tradicionais desempenham papel fundamental no fortalecimento da soberania alimentar, na proteção da biodiversidade e na promoção da justiça social no Brasil. Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, os desafios persistem, especialmente em relação à garantia de direitos territoriais, à inclusão de comunidades em situação de vulnerabilidade e à continuidade das políticas em contextos de instabilidade política.

Faz-se necessário investir em programas que promovam o desenvolvimento sustentável e respeitem as especificidades dessas populações é essencial para o futuro do país, tanto no aspecto social quanto ambiental.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Alexandre; ALVES, Fábio; SILVA, Sandro Pereira. O programa Garantia-Safra: Gênese normativa e trajetória de implementação (2002-2021). 2022.

AQUINO, J.; VIDAL, M.; ALVES, M. Políticas públicas de adaptação à seca prolongada no Nordeste: o papel do Pronaf e do Garantia-Safra. In: SABOURIN, E. et al. (org.). A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no Nordeste semiárido brasileiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 99-122.

AVILA, THAMIRYS DUARTE. CRÉDITOS VERDES EM AMBIENTE DE CAATINGA NO NORDESTE BRASILEIRO-ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO RURAL CROATÁ-JANDAÍRA, RUSSAS-CE.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalsaf/programas/paa>>

CARDOSO, Jarcineide Pinheiro. Unidade de conservação: uma alternativa para a gestão ambiental no Estado do Amazonas. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

LEUZINGER, Márcia; CUREAU, Sandra. Direito ambiental. Elsevier Brasil, 2013.

Lima, A. F., Silva, E. G. de A., & Iwata, B. de F. (2019). Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. *Retratos De Assentamentos*, 22(1), 50-68. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>

PETTAN, Kleber Batista. A política nacional de assistência técnica e extensão rural (pnater): Percepções e tendências. Campinas: Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2010.

PORTO, S. I. Retomada e perspectivas de uma política de comercialização e abastecimento Alimentar. In: Companhia Nacional de Abastecimento. *Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola*. Brasília: CONAB, 2009, p. 45-54.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Revista grifos*, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SILVA, T. P. de P. et al. Políticas públicas na agricultura familiar refletindo no contexto sobre as mudanças climáticas com enfoque no Programa Garantia Safra. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 9, p. 94707-94726, Sept. 2021.

SILVA, V. C. da; SOUSA, Y. E. L. de; SOUSA, E. P. de. Efetividade do programa Garantia-Safra nos municípios cearenses. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 59., 2021, Brasília, Distrito Federal. Anais... Brasília: Sober, 2021.

SIMÃO, G., JACOVINE, L., SILVA, E.. Programa Bolsa Verde do governo federal: contexto e desempenho. *Revista de Política Agrícola*, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 22, Jun. 2015. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/858>>. Acesso em: 01 Dez. 2024.

VICTORIA, D.; OLIVEIRA, A.; CUADRA, S. Relação entre acionamentos do Garantia-Safra, precipitação e índices de vegetação. In: CBAGRO – CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, 21., 2019, Catalão, Goiás. Anais... Catalão: Ed. UFGO, 2019

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO USO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Data de aceite: 02/07/2025

Rodrigo Sobral

Pedro Henrique Sette de Souza

Priscilla Barbosa Sales de Albuquerque

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) representam uma importante ferramenta no cuidado à saúde mental, especialmente ao integrar dimensões psicobiológicas, sociais e espirituais, promovendo um olhar ampliado sobre o sujeito (Tesser; Sousa, 2012). Tais práticas, como aromaterapia, acupuntura e meditação, oferecem um cuidado que amplia o olhar sobre o indivíduo, considerando suas necessidades de maneira integral (Guimarães *et al.*, 2020).

Para a comunidade LGBTQIAPN+, que enfrenta desafios substanciais relacionados ao estigma, discriminação e violência, essas abordagens podem ter um papel ainda mais relevante, pois oferecem suporte psicológico e emocional em um contexto onde muitas vezes as

necessidades dessa população são marginalizadas.

Segundo a UW Health, essas minorias apresentam quase três vezes mais probabilidade de desenvolver depressão ou ansiedade em comparação com a população geral. Dados apontam que mais da metade (55,1%) dos jovens LGBTQIAPN+ testaram positivo para depressão, e 63,5% apresentaram sintomas de ansiedade (Campanha de Direitos Humanos, 2023). Conforme a Health Partners, os comportamentos suicidas são alarmantes: jovens LGBTQIAPN+ têm quatro vezes mais probabilidade de tentar suicídio em relação aos seus pares. Entre adultos lésbicas, gays e bissexuais, os comportamentos suicidas podem ser de três a seis vezes maiores do que entre heterossexuais.

Como destacado por Shaikh *et al.* (2024), o sofrimento psíquico enfrentado pela população LGBTQIAPN+ devido ao estigma, discriminação e exclusão social resulta em índices alarmantes de ansiedade, depressão e comportamento

suicida, configurando uma questão de saúde pública urgente. Isso reflete a necessidade de intervenções que considerem a integralidade do cuidado, conforme proposto pelas PICS.

Embora as PICS já façam parte da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do Sistema Único de Saúde (SUS), sua aplicação ainda é limitada, principalmente pelo desconhecimento entre os profissionais de saúde. No entanto, 94,2% dos profissionais acreditam que essas práticas podem beneficiar indivíduos com questões de saúde mental (Cruciani *et al.*, 2024).

A incorporação de práticas como a meditação, yoga, tai chi, Reiki, massoterapia, aromaterapia e florais de Bach no manejo da saúde psicológica pode promover o equilíbrio emocional, aliviar sintomas de ansiedade e estresse e criar um espaço seguro para o autocuidado. Como destacado por Carvalho e Nóbrega (2017), tais práticas funcionam como um recurso para fortalecer os vínculos terapêuticos e ampliar as possibilidades de tratamento, respeitando a identidade e as particularidades de cada indivíduo, essenciais para as minorias sexuais e de gênero.

Em um contexto de resistência e empoderamento, as PICS se apresentam como uma abordagem humanizada que transcende os tratamentos convencionais, promovendo a resiliência e o fortalecimento emocional, além de favorecer o bem-estar integral dos indivíduos (Tesser; Sousa, 2012).

Considerando este cenário, o objetivo deste estudo é explorar o papel das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na promoção da saúde mental da população LGBTQIAPN+, destacando sua contribuição para o empoderamento, autocuidado e suporte emocional em um contexto de discriminação e sofrimento psíquico. Além disso, busca-se reforçar a importância de um sistema de saúde mais inclusivo e acolhedor, que atenda às especificidades dessa população e fortaleça as políticas públicas voltadas ao cuidado integral.

Com base nesse objetivo, foi realizada uma revisão narrativa da literatura para analisar as contribuições das PICS para a saúde mental da população LGBTQIAPN+. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, BVS, SciELO e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como “práticas integrativas e complementares”, “saúde mental”, “pessoas LGBTQIA+”, “minorias sexuais” e “terapias complementares”. Devido à escassez de material específico, a pesquisa foi dividida em duas frentes complementares: uma focada na população LGBTQIAPN+ e saúde mental, e outra em práticas integrativas e saúde mental, sendo realizadas correlações entre os temas. Foram incluídos artigos publicados entre 2012 e 2024, em português ou inglês, que abordassem a eficácia das PICS no manejo de transtornos como ansiedade, depressão e estresse, e sua relevância para populações vulneráveis. A pesquisa também considerou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), conforme estabelecido pela Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, do Ministério da Saúde, que visa orientar a implementação de práticas terapêuticas inclusivas no sistema público de saúde. A análise foi qualitativa, com a seleção dos artigos após triagem dos títulos, resumos e leitura completa.

1 INTRODUÇÃO ÀS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS)

1.1. Conceito e Fundamentos das PICS

As PICS englobam um conjunto de abordagens terapêuticas que buscam tratar o indivíduo de maneira integral, considerando sua complexidade biológica, psicológica, social e espiritual. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é definida como um estado de bem-estar completo, não apenas a ausência de doenças, corroborando a visão proposta pelas PICS.

Segundo Ruela *et al.* (2018), o termo “práticas integrativas” refere-se à incorporação dessas abordagens como complemento à medicina convencional, criando um modelo híbrido que integra a biomedicina com práticas de tradições ancestrais e sistemas médicos alternativos. Entre as práticas mais comuns, destacam-se acupuntura, aromaterapia, fitoterapia, meditação, yoga, reflexologia, Reiki, homeopatia e florais de Bach. Cada uma dessas técnicas possui seus próprios princípios e visa restaurar o equilíbrio natural do organismo (Amado *et al.*, 2020).

De acordo com Sousa, Hortale e Bodstein (2018), a aromaterapia, por exemplo, utiliza óleos essenciais extraídos de plantas para estimular respostas neurológicas e imunológicas, enquanto a acupuntura, originária da medicina tradicional chinesa, busca equilibrar o fluxo de energia vital por meio da estimulação de pontos específicos no corpo (Alves *et al.*, 2022).

A filosofia das PICS está fundamentada em uma visão holística, que vai além da fragmentação do indivíduo em “partes” isoladas. Segundo Ruela *et al.* (2018), essa abordagem reconhece que fatores emocionais, sociais e espirituais afetam diretamente a saúde física. Um exemplo disso é o impacto do estresse crônico, que não apenas compromete o bem-estar mental, mas também pode levar ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, imunológicas e metabólicas (De Assis *et al.*, 2021). Dessa forma, as práticas integrativas buscam integrar as dimensões física e mental, oferecendo cuidados que abrangem todas as esferas da saúde.

1.2. Políticas Públicas e a PNPIC

No Brasil, o reconhecimento dessas abordagens como ferramentas de grande importância para a saúde pública foi consolidado com a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006), essa política foi implementada dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando o compromisso do país com um modelo de cuidado integral e humanizado.

A PNPIC estabelece que as práticas integrativas devem ser disponibilizadas à população em todas as esferas do SUS, desde a atenção primária até os serviços

especializados, o que é particularmente relevante em um sistema de saúde que enfrenta desafios como desigualdades sociais e barreiras geográficas (Habimorad *et al.*, 2020).

Segundo Pereira *et al.*, (2022), a política surge como uma alternativa viável e de baixo custo, especialmente em contextos onde os recursos médicos convencionais são limitados. Além disso, também busca resgatar práticas tradicionais, muitas vezes originadas de saberes populares e indígenas, valorizando essas tradições e promovendo o respeito à diversidade cultural. De acordo com Guimarães *et al.* (2020), isso é fundamental para uma abordagem inclusiva em saúde, pois resgata a identidade cultural dos indivíduos e fortalece o vínculo comunitário.

Apesar de seu grande potencial, a implementação das PICS enfrenta obstáculos significativos. Um dos principais desafios é o desconhecimento por parte dos profissionais de saúde, que, conforme destacado por Sousa, Hortale e Bodstein (2018), muitas vezes não recebem formação adequada sobre essas práticas durante sua educação formal. Esse desconhecimento pode resultar em resistência, preconceito e até mesmo na subutilização no SUS. Além disso, a falta de financiamento e infraestrutura adequados limita a expansão dessas práticas nas unidades de saúde.

Outro ponto importante é a falta de evidências científicas robustas sobre a eficácia de algumas terapias integrativas, o que pode dificultar a aceitação por gestores e profissionais da saúde. Embora existam estudos promissores sobre práticas como acupuntura, meditação e aromaterapia, muitas delas ainda carecem de validação científica consistente (Ruela *et al.*, 2018).

Esse cenário destaca a necessidade urgente de incentivo à pesquisa científica, para que se fortaleçam as evidências e, assim, se orientem práticas clínicas baseadas em dados confiáveis.

2. AS PICS COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

2.1. Benefícios das PICS para a saúde mental

Dentro desse cenário, as PICS apresentam um potencial significativo para o cuidado em saúde mental, especialmente ao abordar o indivíduo de maneira integral. Na população LGBTQIAPN+, que enfrenta desafios específicos como discriminação, estigmatização e exclusão social, as PICS se destacam por sua abordagem humanizada, acolhedora e transformadora. Segundo De Lima Calvi, Rabi e De Oliveira Vianna (2021), tais práticas oferecem suporte relevante no enfrentamento de questões relacionadas ao sofrimento mental.

As PICS atuam em diferentes dimensões do bem-estar, sendo amplamente reconhecidas por aliviar sintomas como ansiedade, depressão e estresse. De acordo com Peixoto *et al.* (2021), a meditação é uma prática comprovadamente eficaz na redução

de ansiedade e estresse, com sua atuação no eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA), frequentemente hiperativado em situações de estresse.

Outra prática com ampla aplicação é a aromaterapia. Estudos como o de Januario *et al.* (2023) indicam que óleos essenciais, como lavanda, bergamota e ylang-ylang, têm a capacidade de reduzir os níveis de cortisol, promovendo um estado de calma e relaxamento. Além disso, a pesquisa de Carvalho-Freitas e Costa (2022) destaca que o óleo essencial de bergamota possui efeitos antiestresse e antidepressivos, sendo particularmente eficaz no manejo de transtornos de humor. Essas práticas podem ser de grande valor para a população LGBTQIAPN+, proporcionando-lhes espaços de acolhimento e segurança emocional.

Práticas como yoga e tai chi contribuem para a conexão mente-corpo, promovendo autoconfiança e bem-estar emocional. Cabral *et al.* (2023) enfatizam que essas atividades ajudam a reforçar a autoestima, sendo essenciais para pessoas que enfrentam conflitos internos relacionados à identidade.

No campo dos florais de Bach, há um importante destaque para o papel dessas essências no equilíbrio emocional. Walnut, por exemplo, ajuda na adaptação às mudanças, enquanto Mimulus é indicado para medos específicos, como o medo de discriminação. Centaury, por sua vez, fortalece a assertividade e a capacidade de estabelecer limites (Batistella *et al.*, 2021).

2.2. O Acolhimento Emocional e o Papel das PICS

Um dos maiores méritos das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) é sua capacidade de oferecer um cuidado centrado no paciente, respeitando sua individualidade e promovendo um acolhimento genuíno. Esse aspecto é especialmente relevante para as pessoas LGBTQIAPN+, considerando que muitas discussões foram interrompidas em espaços que deveriam ser de cuidado (Silva *et al.*, 2022).

A população LGBTQIAPN+ apresenta um risco elevado para o desenvolvimento de transtornos mentais, especialmente ansiedade e depressão, em comparação com indivíduos heterossexuais. Estudos indicam que a discriminação e a falta de apoio social e familiar são fatores cruciais que são considerados para essa vulnerabilidade. Por exemplo, Pacheco, Nardi e Alves (2020) relatam que 5,8% dos gays e lésbicas e 13,3% dos bissexuais procuram serviços de saúde mental, em contraste com apenas 3,2% dos heterossexuais. Essa disparidade evidencia que a experiência de discriminação e o estigma social impactam diretamente a saúde mental dessa população, levando a altos níveis de angústia e sofrimento emocional.

Diante desse contexto, conforme Freitag, De Andrade e Badke (2015), práticas como Reiki e massoterapia podem proporcionar momentos de introspecção e reconexão emocional, indo além dos sintomas físicos. Essas experiências de autocuidado oferecem

às pessoas LGBTQIAPN+ um espaço para se sentirem valorizadas e acolhidas em sua totalidade. Além disso, o vínculo entre profissional e paciente é fortalecido por meio das PICS. Segundo Peixoto et al. (2021), práticas como meditação guiada criar um espaço de interação empática, fundamental para a construção de confiança em indivíduos que já vivenciaram discriminação no sistema de saúde.

A adolescência, em particular, é um período crítico de transição, onde a dependência financeira dos pais e a busca por recursos acessíveis podem intensificar o sofrimento mental, especialmente na ausência de apoio familiar e social. Essa fase é marcada pela necessidade de estratégias de cuidado que não apenas promovem a saúde mental, mas também reduzem a discriminação e fortalecem o apoio social e familiar (Pacheco, Nardi & Alves, 2020).

As PICS também desempenham um papel significativo na promoção da saúde mental em nível comunitário. Grupos de meditação, círculos de Reiki e oficinas de aromaterapia funcionam como espaços de troca e apoio mútuo, permitindo que as minorias de gênero compartilhem experiências e construam redes de solidariedade. Essas práticas, como descrito por Silva *et al.* (2022), promovem o senso de pertencimento e combatem o isolamento social, que é um fator de risco para transtornos mentais. Além disso, ajudam a transformar o estigma em resiliência e empoderamento.

3. O CAMINHO PARA UM CUIDADO INTEGRAL E INCLUSIVO

3.1. A Necessidade de uma Abordagem Holística e Multidisciplinar no Cuidado à Saúde Mental

A abordagem holística e multidisciplinar no cuidado à saúde mental é essencial para a promoção do bem-estar das minorias de gênero. O sofrimento psíquico dessa população, frequentemente exacerbado pelo estigma e pela violência, exige cuidados que transcendam o tratamento farmacológico e psicológico convencionais. Conforme Guimarães *et al.* (2020), a integração das PICS com métodos tradicionais, como psicoterapia e psiquiatria, possibilita uma visão mais ampla e sensível do ser humano.

É fundamental que os profissionais de saúde reconheçam a importância da saúde mental na vida das pessoas LGBTQIAPN+ e utilizem abordagens que respeitem as questões de identidade de gênero, sexualidade e vivências de marginalização. Segundo Hatzenbuehler *et al.* (2024), a interdisciplinaridade entre médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, fisioterapeutas e outros profissionais da saúde é indispensável para um cuidado eficaz, acolhedor e personalizado.

As PICS promovem não apenas a melhora de sintomas, mas também um espaço de empoderamento, reconexão com a essência e autoconhecimento (Sousa e Tesser, 2017). Essa abordagem integrada é crucial para essa população, muitas vezes marginalizada nos cuidados convencionais.

3.2. O Papel das Práticas Integrativas na Construção de um Sistema de Saúde Inclusivo e Humanizado

As PICS desempenham um papel de destaque na construção de um sistema de saúde mais inclusivo e humanizado. Conforme destacado por Silva *et al.* (2022), a implementação dessas práticas no SUS contribui para atender as necessidades dessa população de forma mais adequada e respeitosa. Essas práticas tratam o paciente como um ser integral, promovendo bem-estar físico, mental e emocional. Além disso, podem reduzir a medicalização do cuidado, oferecendo alternativas menos invasivas e mais naturais (Carvalho; Nobrega, 2017).

Esse modelo de cuidado é particularmente valioso para a população LGBTQIAPN+, que frequentemente enfrenta barreiras no acesso aos serviços de saúde convencionais (Abade; Chaves e Siva 2020). O ambiente de cuidado deve ser seguro, livre de discriminação e centrado no paciente, permitindo seu protagonismo no processo terapêutico.

3.3. Desafios e Oportunidades para a Ampliação do Uso das PICS

Embora promissoras, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) enfrentam desafios significativos para sua ampla implementação, principalmente no âmbito do SUS. De acordo com Habimorad *et al.* (2020), a resistência de alguns profissionais de saúde em aceitar essas práticas como legítimas, aliada ao desconhecimento sobre sua eficácia e ao preconceito em relação a abordagens não convencionais, são barreiras que dificultam sua integração nos serviços de saúde. Além disso, a falta de infraestrutura adequada em unidades de saúde limita sua acessibilidade, especialmente em regiões mais vulneráveis, como áreas rurais e periféricas.

Outro desafio importante é a ausência de dados específicos sobre o impacto das PICS na saúde mental da população LGBTQIAPN+. A carência de informações incluídas dificulta a criação de políticas públicas direcionadas e impede que essa população, que já enfrenta altos índices de ansiedade, depressão e risco de suicídio, tenha acesso a cuidados verdadeiramente inclusivos. Habimorad *et al.* (2020) destacam que essa lacuna de dados reflete uma necessidade urgente de ampliar a produção de conhecimento científico e de relatórios epidemiológicos que incluam essa perspectiva.

Apesar dessas limitações, esses desafios apresentam oportunidades de transformação. O crescente reconhecimento da importância da saúde mental, aliado à busca por tratamentos mais humanizados e inclusivos, tem potencial para contribuir para a adoção das PICS. Singh *et al.* (2023) ressaltam que investir em pesquisas científicas robustas é fundamental para legitimar essas práticas, tanto no meio acadêmico quanto junto aos profissionais de saúde. Estudos que comprovem a eficácia das PICS em melhorar a qualidade de vida, reduzir sintomas de transtornos mentais e promover o bem-estar integral podem fortalecer sua liberdade e estimular sua aplicação no SUS.

Segundo Guimarães *et al.*(2020), a formação continuada de profissionais de saúde pode ser uma estratégia para reduzir a resistência e o desconhecimento em relação às PICS. Oferecer capacitações específicas sobre a aplicação de práticas como meditação, florais de Bach e yoga, incluindo seus benefícios para a saúde mental da população LGBTQIAPN+, pode ser um passo importante para ampliar o acesso e a eficácia dessas administrações.

Por fim, o apoio às organizações comunitárias e à sociedade civil desempenha um papel crucial na promoção e consolidação das PICS. Como enfatizado por Amado *et al.* (2020), a participação ativa de grupos comunitários pode facilitar a educação em práticas integrativas, especialmente em comunidades marginalizadas. Essa colaboração pode incluir a criação de redes de apoio que conectam indivíduos LGBTQIAPN+ a terapeutas capacitados e sensibilizados para suas demandas. A mobilização da sociedade também pode fortalecer políticas públicas que priorizem a saúde mental e o bem-estar da população, promovendo um sistema de saúde mais inclusivo, acessível e humanizado.

Superar esses desafios requer esforços coordenados entre governo, profissionais de saúde, pesquisadores e sociedade civil, pavimentando o caminho para um futuro mais acolhedor e equitativo no cuidado em saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PICS demonstram um potencial significativo para transformar o cuidado em saúde mental, especialmente ao atender às demandas específicas da população LGBTQIAPN+. Por meio de abordagens que consideram o indivíduo em sua integralidade, essas práticas oferecem suporte emocional, promovem o bem-estar e fortalecem a resiliência frente aos desafios decorrentes de discriminação e exclusão social.

A inserção das PICS em políticas públicas, como no SUS, é um passo importante para a construção de um modelo de cuidado mais inclusivo e humanizado. No entanto, para que seu impacto seja ampliado, é necessário superar barreiras como o desconhecimento por parte dos profissionais e a limitada oferta desses serviços. Ao mesmo tempo, é indispensável que essas práticas sejam integradas a modelos tradicionais de saúde, promovendo um cuidado interdisciplinar que respeite a diversidade e valorize a singularidade de cada indivíduo.

Dessa forma, as PICS não apenas contribuem para aliviar sintomas de sofrimento mental, mas também criam espaços seguros e acolhedores para a promoção do autocuidado, do empoderamento e da construção de vínculos comunitários. A expansão e fortalecimento dessas abordagens, por meio de ações educativas, pesquisas científicas e políticas inclusivas, têm o potencial de transformar o cuidado à saúde mental da população LGBTQIAPN+, garantindo-lhes um suporte integral e digno, alinhado aos princípios de equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

- ABADE, E. A. F.; CHAVES, S. C. L.; SILVA, G. C. O. Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 1-31, 2020. DOI: 10.1590/S0103-73312020300418.
- ALVES, Mateus Egilson da Silva et al. Acupuntura e seus aspectos associados ao tratamento da ansiedade. *Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, v. 14, n. 1, p. 2, 2022.
- AMADO, D. M. et al. Práticas integrativas e complementares em saúde. *APS em Revista*, v. 3, p. 272-284, set./dez. 2020. DOI: 10.14295/aps.v2i3.150.
- BATISTELLA, Carla Elis et al. Efetividade da terapia floral para redução de sintomas de ansiedade em universitários: ensaio clínico randomizado. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 1, p. e44710111926-e44710111926, 2021.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 16 nov. 2024.
- CAMPANHA DE DIREITOS HUMANOS. Recursos de saúde mental na comunidade LGBTQ+. Campanha de Direitos Humanos, 13 Nov. 2024. Disponível em: <https://www.hrc.org/resources/mental-health-resources-in-the-lgbtq-community>. Acesso em: 30 Nov. 2024.
- CABRAL, M. E. et al.. **A prática terapêutica do Tai Chi Chuan em um serviço de referência em práticas integrativas e complementares**. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 4, p. e220457pt, 2023.
- CARVALHO-FREITAS, M. I.; COSTA, M. Anxiolytic and sedative effects of extracts and essential oil from *Citrus aurantium* L. *Biological and Pharmaceutical Bulletin*, v. 25, n. 12, p. 1629-1633, dez. 2002. DOI: 10.1248/bpb.25.1629. PMID: 12499653.
- CARVALHO, J. L. DA S.; NÓBREGA, M. DO P. S. DE S.. Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 38, n. 4, 2017. DOI:10.1590/1983- 1447.2017.04.2017-0014.
- CRUCIANI, G.; QUINTIGLIANO, M.; MEZZALIRA, S.; SCANDURRA, C.; CARONE, N. Attitudes and knowledge of mental health practitioners towards LGBTQ+ patients: A mixed-method systematic review. *Clinical Psychology Review*, v. 113, p. 102488, nov. 2024. DOI: 10.1016/j.cpr.2024.102488.
- DE ASSIS, Layandra Vitória et al. Influência de fatores emocionais no desenvolvimento de doenças cardiovasculares: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 2, p. e6457-e6457, 2021.
- DE LIMA CALVI, Raquel; RABI, Larissa Teodoro; DE OLIVEIRA VIANNA, Wânia. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e a implementação no Sistema Único de Saúde (SUS): uma breve revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 6, p. 29144-29155, 2021.
- FREITAG, Vera Lucia; DE ANDRADE, Andressa; BADKE, Marcio Rossato. O Reiki como forma terapêutica no cuidado à saúde: uma revisão narrativa da literatura. *Enfermería Global*, v. 14, n. 2, p. 335-356, 2015.

- GUIMARÃES, Maria Beatriz et al. As práticas integrativas e complementares no campo da saúde: para uma descolonização dos saberes e práticas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 1, e190297, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190297>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- HABIMORAD, Pedro Henrique Leonetti et al. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 395-405, fev. 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020252.15882019.
- HATZENBUEHLER, M. L. et al. Structural stigma and LGBTQ+ health: a narrative review of quantitative studies. *The Lancet Public Health*, v. 9, n. 2, p. e109-e127, fev. 2024. DOI: 10.1016/S2468-2667(23)00312-2.
- HEALTHPARTNERS. Saúde mental na comunidade LGBTQ+. HealthPartners. Disponível em: <https://www.healthpartners.com/blog/mental-health-in-the-lgbtq-community/>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- JANUARIO, Gabrielle Peres Burlandy et al. O uso da aromaterapia na saúde mental. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 13, p. e04121344165-e04121344165, 2023.
- PACHECO, Mariana da Silva; NARDI, Antônio Egídio; ALVES, Verônica de Medeiros. Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 1, p. e20190025, 2020. DOI: 10.1590/0047-2085000000255.
- PEIXOTO, Júlia Lago et al. Efeitos da meditação sobre os sintomas da ansiedade: uma revisão sistemática. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, Brasil, v. 10, n. 2, p. 306–316, 2021. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v10i2.3357.
- PEREIRA, Karinna Alves et al. Análise do conhecimento e prática da política nacional de práticas integrativas e complementares (PNPIC) em profissionais das unidades de saúde de um distrito sanitário da região nordeste. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 5, n. 3, p. 9591-9601, 2022.
- RUELA, L. DE O. et al.. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 11, p. 4239–4250, nov. 2019.
- SHAIKH, A. et al. Desafios de saúde mental na comunidade LGBTQ: um imperativo social. *Revista de Medicina de Família e Cuidados Primários*, v. 13, p. 3529-3535, 2024. DOI: 10.4103/jfmpc.jfmpc_321_24.
- SILVA, Jardson et al. Promoção da saúde mental dos trabalhadores da saúde: as práticas integrativas e complementares como estratégias de cuidado. *Revista Ciência Plural*, v. 8, n. 3, p. 1–16, 2022. DOI: 10.21680/2446-7286.2022v8n3ID29054.
- SOUSA, I. M. C.; HORTALE, V. A.; BODSTEIN, R. C. A. Medicina tradicional complementar e integrativa: desafios para construir um modelo de avaliação do cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, p. 3403-3412, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Pclh1J>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; TESSER, Charles Dalcanale. Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jan. 2017. DOI: 10.1590/0102-311x00150215.
- SINGH, A. et al. Minority stress in emotion suppression and mental distress among sexual and gender minorities: a systematic review. *Annals of Neurosciences*, v. 30, n. 1, p. 54-69, 2023. DOI: 10.1177/09727531221120356.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. DE .. Atenção primária, atenção psicossocial, práticas integrativas e complementares e suas afinidades eletivas. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 336–350, abr. 2012. DOI:10.1590/S0104- 12902012000200008.

UW HEALTH. Riscos de saúde mental são maiores para pessoas LGBTQ+. UW Health, 2023. Disponível em: <https://www.uwhealth.org/news/mental-health-risks-higher-for-lgbtq-people>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ANÁLISE DA DINÂMICA ECONOMICA DA MICRORREIGÃO DE ITAPARICA COM BASE NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Data de aceite: 02/07/2025

Sidney Walison Santos da Silva

1 INTRODUÇÃO

Conforme Correia et al. (2011), a ocupação do semiárido brasileiro, o mais populoso do mundo, iniciou-se durante o período colonial, devido à necessidade de expansão da criação de gado. Esse processo de interiorização do rebanho contribuiu para a implantação da agricultura de subsistência em áreas rurais nordestinas.

A agricultura familiar é um dos pilares do desenvolvimento rural, especialmente nas regiões semiáridas, por permitir não somente a produção econômica, mas também uma forte base social. Além disso, a agricultura familiar contribui para o abastecimento do mercado interno, e conforme aponta Silva et al. (2017), a agricultura familiar possui melhor aproveitamento das terras, apesar de não ocupar maior parte do espaço territorial rural.

Segundo dados da Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS,

2020), a economia do Sertão de Itaparica, está fortemente baseada na agricultura irrigada, com destaque para a produção de melão, melancia, tomate e cebola, além da piscicultura e caprinocultura. A região é responsável por aproximadamente 33% da criação de caprinos do estado, posicionando-se como um importante polo agropecuário. Por municípios, algumas atividades se destacam, Floresta, Jatobá e Petrolândia concentram cerca de 45% da produção estadual de melão. No setor da caprinocultura, Floresta ocupa o primeiro lugar, seguido por Carnaubeira da Penha.

Na região a agricultura familiar evidencia uma forte potencialidade, principalmente pela proximidade ao rio São Francisco, que viabiliza a utilização da irrigação para o cultivo, principalmente da fruticultura nos perímetros agrícolas localizados na região. Porém, a partir dos estudos de Aquino, Alves e Vidal (2020) a região Nordeste apesar de abarcar grande quantidade de mão de obra, a desigualdade da distribuição territorial é enorme, como também o acesso aos

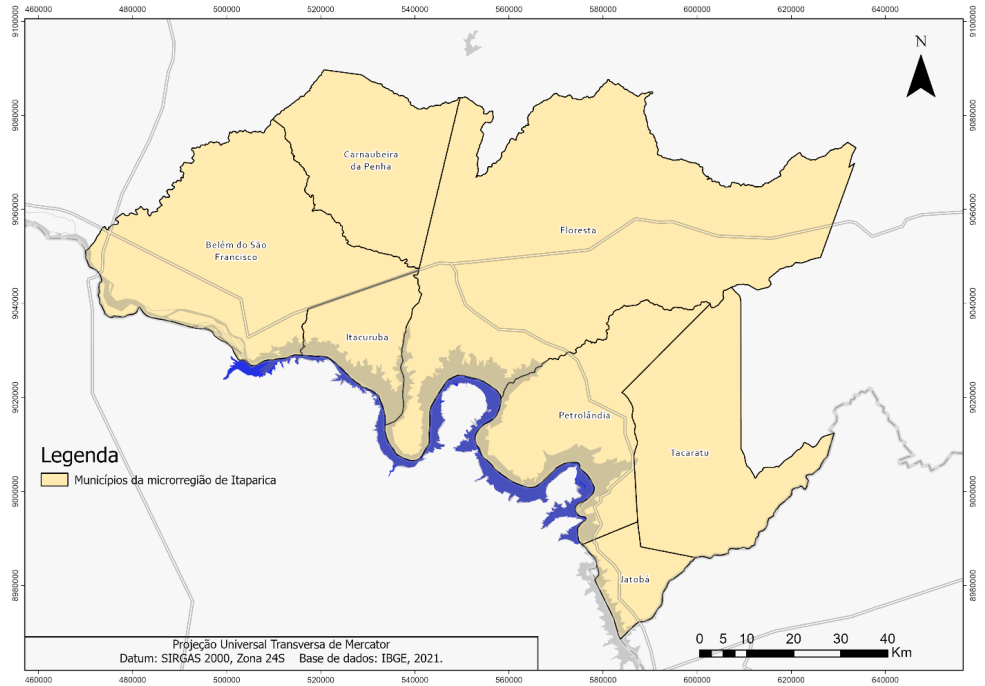
recursos e assistência técnica, como apontam Fernandes et al. (2004) e Grisa e Schneider (2014). O que impacta diretamente na qualidade dos recursos naturais da área, em estudos anterior, Lima et al. (2023) apontam que o uso extensivo da terra para pastagem, aliado à degradação ambiental e à ausência de manejo conservacionista, agrava a vulnerabilidade do solo e a sustentabilidade da produção agropecuária.

Portanto, objetiva-se com o estudo compreender a dinâmicas dos componentes da agricultura e pecuária na microrregião de Itaparica a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, como também os correlacionar com o uso e cobertura realizado pelo Mapbiomas, possibilitando o entendimento da interação entre tais fatores, contribuindo para o debate sobre a vulnerabilidade das populações perante as práticas econômicas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A microrregião de Itaparica, localizada no estado de Pernambuco, é composta por sete municípios: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu (Figura 1).

Figura 1. Localização da microrregião de Itaparica – PE.



Fonte: Autores, 2024.

De acordo com o último Censo (IBGE, 2022) a região abarca população total de 137.044 de habitantes, em porcentagem da população total os municípios possuem, Petrolândia (24,93%), Floresta (22%), Tacaratu (17,44%), Belém do São Francisco (13,35%), Jatobá (10,23%), Carnaubeira da Penha (8,93%), Itacuruba (3,12%).

Em termos físicos localiza-se na região do semiárido brasileiro, com pluviosidade irregular, com média anual, inferiores a 600 mm/a, e com predominância da vegetação caatinga, que segundo Dias (2004) está adaptada ao rigor climático da região, associados aos altos índices de evapotranspiração e temperaturas médias elevadas.

Foram utilizados dados do censo agropecuário de 2017, conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para caracterizar as dimensões socioeconômicas da agricultura familiar na microrregião de Itaparica.

Aquino, Alves e Vidal (2020) apontam que o Censo agropecuário de 2017, segue os princípios estabelecidos pela Lei n. 11.326/2006 (BRASIL, 2006), para definição de agricultores familiares e os não familiares geralmente caracterizados por áreas superiores a quatro módulos fiscais, uso intensivo de mão de obra assalariada e gestão terceirizada por administradores ou capatazes.

Para a análise, o Censo Agropecuário de 2017 foi explorado por meio da plataforma Sidra/IBGE, e as informações foram tabuladas e organizadas em gráficos e tabelas. Esses dados possibilitaram a construção do quantitativo em relação aos estabelecimentos familiares e não familiares, como também a comparação com dados de uso e cobertura do MapBIOMAS para o mesmo ano, correlacionando e apontando possíveis vulnerabilidades das populações da microrregião de Itaparica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, grande participação da agropecuária nos municípios da microrregião de Itaparica, que somados contém 11.541 estabelecimentos, 36.163 pessoas ocupadas e área de 311.000 hectares

E economicamente a agricultura e pecuária se destacam como principais fontes para a região, e entre 1995–2017, como observado na Tabela 1, houve oscilação no quantitativo de estabelecimentos, área (ha) e pessoal ocupado nos municípios abarcados.

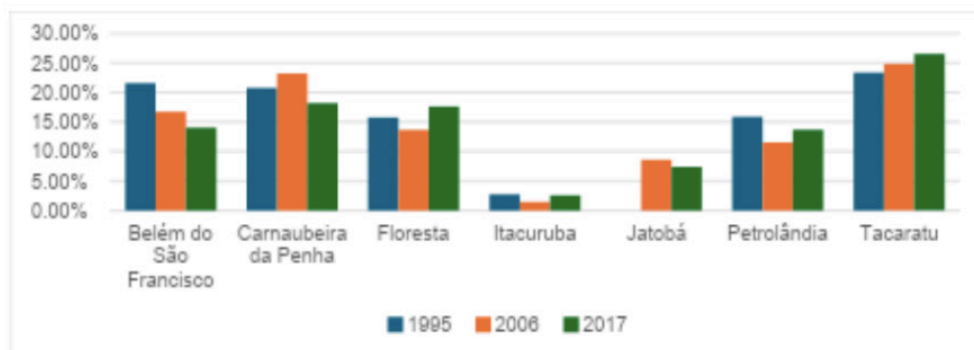
Tabela 1. Evolução do número de estabelecimentos, área agrícola e pessoal ocupado na agropecuária do Nordeste brasileiro –1970 a 2017

Municípios	Ano								
	1995			2006			2017		
	Estabelecimentos	Área (ha)	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Área (ha)	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Área (ha)	Pessoal Ocupado
Belém do São Francisco	2115	55.748	9 700	1459	34.286	5.193	1620	42.628	4.514
Carnaubeira da Penha	2036	40.213	7 894	2024	49.575	9.793	2098	43.435	6.000
Floresta	1545	119.904	5 185	1191	132.078	4.124	2033	144.542	8.320
Itacuruba	268	71.564	2 650	127	11.744	580	297	20.118	578
Jatobá	-	-	-	750	5.673	2.602	853	13.468	2.838
Petrolândia	1556	15.852	5 317	1006	22.768	4.586	1579	21.774	4.421
Tacaratu	2290	30.975	6 911	2167	12.878	5.321	3061	25.037	9.492
TOTAL	9810	334.256	37.657	8724	269.002	32.199	11541	311.002	36.163

Fonte: Séries históricas dos censos agropecuários (2017).

Em relação ao número total de estabelecimentos da microrregião e a porcentagem representativa de cada município (Figura 2) foi possível observar aumento somente no município de Tacaratu de 23,34% em 1995 para 26,52 em 2017 e em Floresta com 15,75% em 1995 e 17,62% em 2017 e Jatobá com 7,39% em 2017, porém os dois últimos municípios apresentaram pequena queda de 2006 para 2017.

Figura 2. Evolução do número de estabelecimentos, área agrícola e pessoal ocupado na agropecuária do Nordeste brasileiro –1970 a 2017

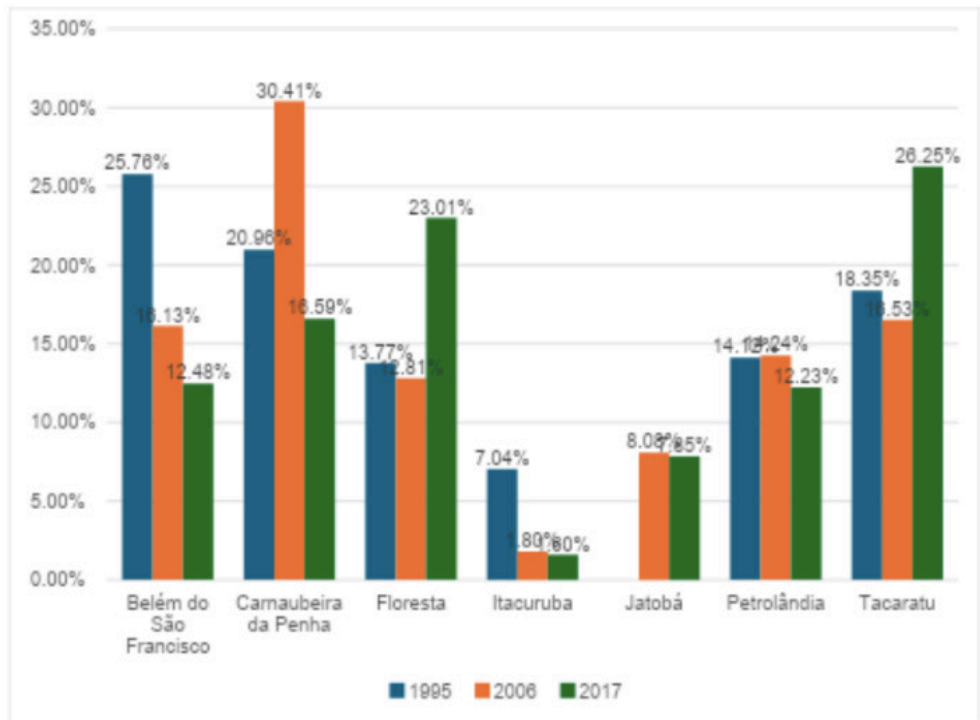


Fonte: Censo agropecuário 2017.

Os demais municípios apresentaram queda, o que pode estar correlacionado com as secas periódicas na região nordeste, como apontam Aquino, Alves e Vidal (2020), além do nível de degradação que pode estar afetando a área, com os fatores dos processos históricos, além da fragilidade natural da área.

No que diz respeito ao número de habitantes ocupados, houve uma grande variação entre os municípios da microrregião. Na Figura 3, é possível notar uma redução acentuada na porcentagem no município de Itacuruba, o que pode estar relacionado à inundação ocorrida em 1998 no antigo território de Itacuruba, o que teve um impacto negativo nas populações que foram realocadas.

Figura 3. Evolução do número de estabelecimentos, área agrícola e pessoal ocupado na agropecuária do Nordeste brasileiro –1970 a 2017



Fonte: Censo agropecuário 2017.

E categoricamente, no território nordestino, no final da segunda década do século XXI, a agricultura familiar se constitui na principal forma de produção e trabalho no campo (Aquino; Alves; Vidal, 2020), principalmente partindo para o interior de Pernambuco, tendo em vista o nível de urbanização que perpassa de longa distância as grandes metrópoles localizadas no litoral pernambucano.

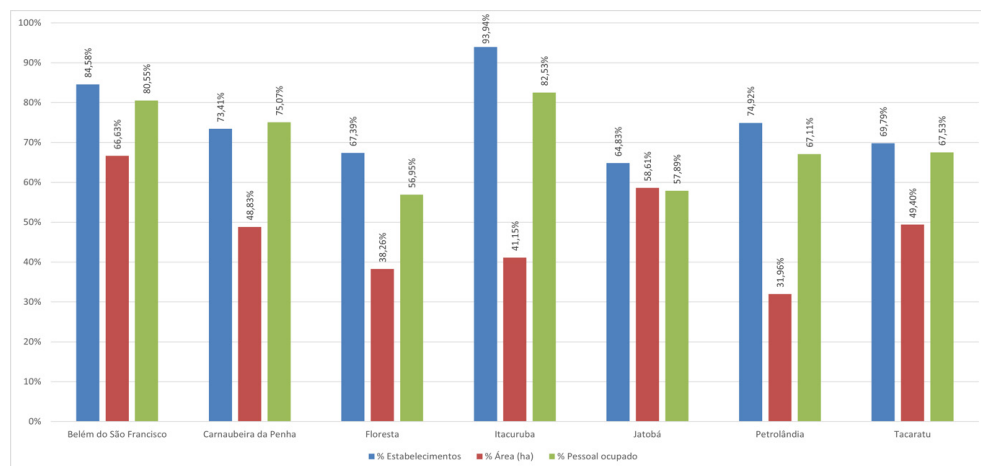
Tabela 2. Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado na microrregião de Itaparica - PE

Tipos de agricultor	Estabelecimentos		Área total (ha)		Pessoal ocupado	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	8.426	73	140.410	45,15%	24.375	67,4
Não familiar	3.115	27	170.590	54,85%	11.788	32,6
Total	11.541	100	311.000	100	36.163	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017.

A partir da individualização dos dados por município (Figura 4), ficou evidente a capacidade de absorção de mão de obra pela agricultura familiar, porém notou-se em alguns municípios um grande contraste entre o número representativo de estabelecimentos com a área que os abrange, sendo somente os municípios de Belém do São Francisco e Jatobá que detêm maior porcentagem em relação ao quantitativo de área, com 66,63% e 58,61% respectivamente, o que evidenciou acentuada desigualdade na distribuição das terras nos demais municípios da microrregião.

Figura 4. Participação da agricultura familiar por município no total de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado na microrregião de Itaparica – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

Os dados obtidos sobre os tipos de atividades agrícolas e pecuárias nos municípios analisados são apresentados na Tabela 3. Na categoria de Produção de lavouras temporárias o total de estabelecimentos classificados como agricultura familiar (2.607) supera amplamente os não familiares (1.596), o município de Tacaratu-PE apresentou o maior número de estabelecimentos familiares (1.038), enquanto Carnaubeira da Penha (PE) liderou na categoria não familiares (746).

A produção de lavouras permanentes foi consideravelmente menor em comparação com as lavouras temporárias, Agricultura familiar (728), elevado número em comparativo

com a classe Não familiar (260), com Petrolândia com maior número de estabelecimentos Familiar (422) e Não familiar (126).

Tabela 3. Tipo de produção e quantitativo de estabelecimentos dos municípios da microrregião de Itaparica.

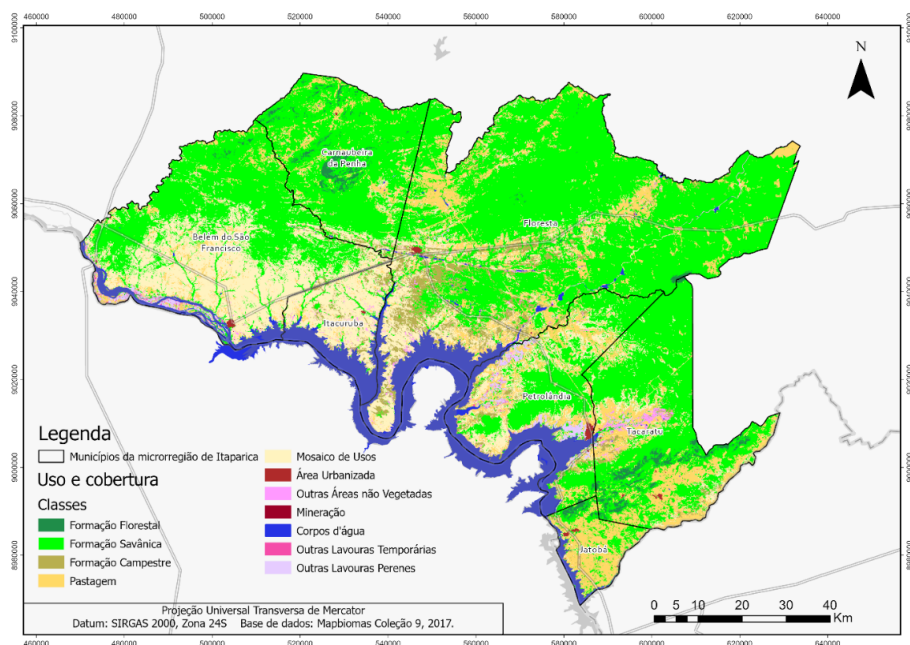
Produção de lavouras temporárias			Produção de lavouras permanentes			Pecuária e criação de outros animais		
Município	Familiar	Não familiar	Município	Familiar	Não familiar	Município	Familiar	Não familiar
Belém do São Francisco	429	73	Belém do São Francisco	74	27	Belém do São Francisco	789	142
Carnaubeira da Penha	224	746	Carnaubeira da Penha	38	24	Carnaubeira da Penha	691	283
Floresta	282	87	Floresta	7	3	Floresta	1041	567
Itacuruba	35	1	Itacuruba	12	-	Itacuruba	143	10
Jatobá	163	58	Jatobá	10	21	Jatobá	331	173
Petrolândia	436	116	Petrolândia	422	126	Petrolândia	285	124
Tacaratu	1038	515	Tacaratu	165	59	Tacaratu	881	336
TOTAL	2607	1596	TOTAL	728	260	TOTAL	4161	1635

Fonte: Censo Agropecuário 2017

A pecuária mostrou maior presença na agricultura familiar (4.161 estabelecimentos), com destaque para Floresta (PE), que concentrou o maior número de estabelecimentos familiares (1.041) e Não familiar (567). Martins et al. (2011) enfatizam o grande aumento participativo da cultura de caprinos na região de Itaparica, em 2005 passando a ser a terceira maior microrregião produtora do Brasil.

E a partir dos dados de uso e cobertura coletados através do MapBIOMAS (Figura 5) tornou-se possível a visualização espacial e a comparação entre os dados do Censo 2017 e do uso e cobertura do mapBIOMAS.

Figura 5. Uso e cobertura da terra dos municípios da microrregião de Itaparica.



Fonte: MapBiomas Coleção 9, 2017.

Observou-se grande área ocupada pelo Mosaico de Usos (Agricultura e Pastagem) e a classe Pastagem individualizada, o que corrobora com dados do censo agropecuário de 2017, onde destinam grande parte quantitativa de estabelecimentos voltados à pecuária (Figura 6), sendo Floresta maior produtor destinado a caprinocultura da região (SEMAS, 2020).

Figura 6. Imagens relativas à caprinocultura na microrregião de Itaparica.



Fonte: Autores, 2022)

Porém um dado preocupante é em relação a falta de orientação técnica profissional recebida pelos agricultores familiares, Aquino, Alves e Vidal (2020) apontam que 92,7% do total de agricultores familiares da região nordeste não recebem assistência técnica, e o diagnóstico para a microrregião de Itaparica não é diferente (Tabela 4), com 92,5% dos estabelecimentos familiares e 93% não familiar, não recebendo assistência técnica profissional, o que intensifica problemas relacionados a estrutura e ambientais.

Tabela 4. Número de estabelecimentos agropecuários com e sem assistência técnica

Município	Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Recebe	Não recebe	Recebe	Não recebe
Belém do São Francisco	36	219	87	1278
Carnaubeira da Penha	2	555	3	1538
Floresta	44	621	135	1233
Itacuruba	3	15	54	225
Jatobá	27	273	26	527
Petrolândia	58	338	99	1084
Tacaratu	37	887	224	1913
TOTAL	207	2908	628	7798

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

A partir disso, problemas relacionados a conservação dos terrenos, principalmente a degradação ocasionada pela erosão foram observados por Lima e Silva (2022) e Lima et al. (2023) apontando alto índice de feições erosivas nos diferentes municípios da microrregião, que são intensificados pela ação antrópica, ou seja, contribuem ainda mais para a vulnerabilidade da população, principalmente de agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados do censo agropecuário para a microrregião de Itaparica, é evidente a importância da agricultura e pecuária, principalmente advinda de estabelecimentos familiares para a economia, não só para a microrregião, como também para economia estadual. Porém a partir da análise do uso e cobertura e a correlação do recebimento de assistência técnica profissional, evidencia uma precarização e aumento da vulnerabilidade dessas populações, que pode correlacionar-se com a diminuição dos estabelecimentos expostos desde 1995.

Dos sete municípios, quatro deles (Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta, Carnaubeira da Penha) localizam-se no núcleo de desertificação de Cabrobó, expondo a grande vulnerabilidade em relação as práticas agropecuárias para a região, tornando-se importante práticas de manejo conservacionista, como também uma maior assistência profissional.

Ficou evidente a relevância nacional do município de Floresta na pecuária de caprinos, porém é necessária atenção, pois de acordo com os estudos expostos da Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade, assim como o mapeamento de uso e cobertura, evidenciam a grande vulnerabilidade da retirada da vegetação nativa para a substituição por pastagem, o que potencializa processos de degradação dos solos.

Portanto, estudos que evidenciam a relação dos estabelecimentos agropecuários na microrregião, contribuem com a compreensão e formas de planejamento que possam mitigar problemas ambientais decorrentes da vulnerabilidade natural das áreas intensificadas pelo uso antrópico. Favorecendo a diminuição de vulnerabilidades, principalmente para a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL: UM RETRATO ATUALIZADO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, [S. l.], v. 51, n. Suplemento Especial, p. 31–54, 2020. DOI: 10.61673/ren.2020.1271. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1271>. Acesso em: 1 dez. 2024.

ARANHA, A. V. Fome Zero: Um Projeto Transformando em Estratégia de Governo. In: SILVA, J. G.; GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (Org.) *Fome Zero: A experiência brasileira*. Brasília : MDA, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

CORREIA, R. C.; KIILL, L. H. P.; MOURA, M. S. B.; CUNHA, T. J. F.; JÚNIOR, L. A. J.; ARAÚJO, J. L. P. A região semiárida brasileira. In: VOLTOLINI, T. V. *Produção de caprinos e ovinos no Semiárido*. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011

DIAS, C. R. Conflitos de uso e ocupação do solo na área de preservação permanente da barragem de Itaparica: Estudo de caso dos municípios Pernambucanos. *Dissertação (mestrado)* - Universidade Federal de Pernambuco, 2004

FERNANDES, B. M. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. 2004.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. 2004.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

LIMA, M. R. M.; SILVA, S. W. S.; ANÁLISE DA EROSÃO NO PERÍMETRO IRRIGADO DE ICÓ-MANDANTES NO TRECHO SUBMÉDIO DO RIO SÃO FRANCISCO – PERNAMBUCO (Trabalho de Conclusão de Curso). 2023.

MARTINS, E. C.; GARAGORRY, F. L.; CHAIB FILHO, H.; GUIMARÃES, V. P. *Evolução e dinâmica das populações de caprinos e ovinos*. In: VOLTOLINI, T. V. *Produção de caprinos e ovinos no Semiárido*. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011

SEMAS. *Zoneamento das áreas suscetíveis à desertificação do estado de Pernambuco*. Recife: SEMAS, 120p. 2020

GEORGE ANDRE LANDO - Doutor em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Livre Docente e Professor Associado da Universidade de Pernambuco – UPE. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental – PPGSDS/UPE. Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Messina / Itália. Pós-Doutor em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – PPGPP/UFPI. Cidade de Recife – PE. E-mail: george.lando@upe.br

NEON BRUNO DOERING MORAIS - Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Pós-graduado em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos Fundamentais pela Universidade de Pisa na Itália (Corso di Alta Formazione in Giustizia Costituzionale e Tutela Giurisdizionale dei Diritti - Università di Pisa). Estágio de Pós-Doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental – PPGSDS/UPE. Ponto Focal (em Pernambuco) do Grupo de Trabalho Identidade de Gênero e Cidadania LGBTI da Defensoria Pública da União (DPU). Servidor Federal do Núcleo Criminal da Defensoria Pública da União (DPU). Advogado. Professor. E-mail: prof.brunodoering@gmail.com.

ANA BEATRIZ AGUIAR DA SILVA BEZERRA - Bacharela em Nutrição pelo Centro Universitário UNIFAVIP WYDEN. Mestranda em Saúde com ênfase em Oncologia na Universidade de Pernambuco (UPE), nutro profundo apreço pelas disciplinas relacionadas à Oncologia, Terapia Nutricional e Nutrição Clínica em Patologias.

DAIANY GABRIELLY LIMA BARROS - Biomédica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com graduação sanduíche na National University of Ireland, Galway (NUI Galway). Mestranda em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade de Pernambuco (UPE). Atuo como Biomédica no serviço de Diagnóstico Molecular de Doenças Virais do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) do Estado de Pernambuco.

ISABELA GOMES CASTELO BRANCO - Mestranda do curso Saúde e Desenvolvimento Socioambiental, pela Universidade de Pernambuco - Multicampi Garanhuns (2024). Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns. Graduada em Administração pela Faculdade Santa Helena. Atuo como Assistente técnica, pela Universidade de Pernambuco - UPE. Docente da Escola Técnica - ETE do Município de Bom Conselho - PE.

JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA JUNIOR - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco (UPE), integrando o Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS). Docente do Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP/Wyden), Diretor Administrativo da Unidade Mista Santa Rosa (UMSR) - Lagoa dos Gatos - PE, Enfermeiro Dermatológico, realizando curativos no Domicílio, Instrutor de Cursos na Área da Saúde. Graduado em enfermagem pelo UNIFAVIP/Wyden (2019.2), Campus Caruaru, na condição de bolsista integral pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

KLEBER CARVALHO LIMA - Professor adjunto de Geografia da Universidade de Pernambuco (UPE), campus de Garanhuns e docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE). Coordenador do Laboratório de Geografia Física (LAGEFIS - UPE/Garanhuns) e do Grupo de Trabalho em Geomorfologia (GT-Geomorfo). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, com período sanduíche na Ben-Gurion University of the Negev - Israel. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Rio Claro.

JÚLIA LAÍS MACEDO FERRO - Experiência na área de Enfermagem, com ênfase em assistência e docência. Experiência como instrutora de turmas de Enfermagem. Experiência em trabalho com equipes e supervisão de discentes. Especialista em Urgência e Emergência pela Faculdade Batista de Minas Gerais.

Atuando como Enfermeira Plantonista na Casa Maternal Leonor Paz Ferro, município de Minador do Negrão - AL. Mestranda em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental - PPGSDS - UPE (Campus Garanhuns).

LÍVIA RODRIGUES CASTOR ALMEIDA - Enfermeira. Especialista em Saúde Pública. Mestranda em Ciências da Saúde e Desenvolvimento Socioambiental- UPE. Docente Universitária em Saúde Mental e Cuidados de Enfermagem em Psiquiatria; Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem- FIC (Faculdade Integrada CETE/Garanhuns-PE). Coordenadora pedagógica do curso de Bacharelado em Enfermagem-FIC.

LÚCIA CRISTINA DA SILVA PEREIRA - Mestranda do programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental- UPE, campus Garanhuns 2024-2026. Pós-graduanda em Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade – IFPE, campus Belo Jardim 2023-2025. Pós-graduação em Enfermagem Obstétrica, na modalidade residência, pela Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco, ESPPE 2021-2023. Bacharel em Enfermagem pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, IFPE, Campus Pesqueira 2019. Socorrista pelo Centro de Treinamento Internacional Life Support Brasil, CTILSB e Centro de Ensino e Aperfeiçoamento em Atendimento Pré-Hospitalar, CEAAPH 2021. Técnica em Enfermagem pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, IFPE Campus Belo Jardim 2014.

MARIA RITA MONTEIRO DE LIMA - Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns, foi aluna de iniciação científica, atualmente está vinculada ao Grupo de Trabalho em Geomorfologia (GT - Geomorfo) e é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental.

NATHÁLIA SOARES DE SOUZA - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (UPE). Sanitarista pelo Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Coletiva com ênfase em Agroecologia (UPE), Especialista em Gestão Estratégica em Saúde da Família (FAVENI). Pós-graduada em Gestão e Planejamento em Saúde (DNA-Pós). Enfermeira graduada pela Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças (UPE).

PEDRO HENRIQUE SETTE DE SOUZA - Cirurgião-Dentista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestre e Doutor em Odontologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Livre-Docente da Universidade de Pernambuco (UPE). Professor Associado da UPE-Arcoverde, atuando no curso de Odontologia. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS) da UPE - Garanhuns e do

Programa de Pós-Graduação em Odontologia (PPGO) da UPE - Santo Amaro. Coordenador do Curso de Graduação em Odontologia da UPE-Arcoverde (2020-2023). Coordenador do PPGSDS (2023-2026). Idealizador e Coordenador do Lócus de Inovação “Moxotó: Sertão Inovador” (2022-2024), membro da Comissão de Inovação da UPE representando a área de Ciências da Saúde (2023-2025), coordenador do Ambiente de Inovação da UPE-Arcoverde (2023-2025), membro do Comitê Gestor dos Laboratórios Multiusuários da UPE (2024-2026). E-mail: pedro.souza@upe.br

PRISCILLA BARBOSA SALES DE ALBUQUERQUE - Graduação em Biomedicina pela Faculdade Santa Emília de Rodat. Mestrado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Doutora em Biologia aplicada à saúde pelo Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA, órgão suplementar da UFPE e especialização em Biomedicina Estética pela Nepuga. Entre setembro de 2015 e setembro de 2016, realizou doutorado sanduíche (PDSE) e co-tutela na Universidade do Minho (Braga/Portugal), com intercâmbio na University of Reading (Reading/Inglaterra). Professora adjunta da Universidade de Pernambuco, campus Garanhuns.

RODRIGO SOBRAL - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS) pela UPE. Especialista no Ensino da Geografia pelo Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais (IESMIG), em Naturologia - Terapias Naturais e Holísticas pela Faculdade Estratego e em Farmacologia Aplicada à Prática Clínica pela Faculdade Iguaçu. Graduado em Licenciatura em Geografia pela FABEJA e Bacharel em Farmácia pela UNINASSAU - Caruaru. Técnico em Estética pela ASCES-UNITA, onde recebeu certificado de Láurea Acadêmica.

SIDNEY WALISON SANTOS DA SILVA - Licenciado em Geografia pela Universidade de Pernambuco - campus Garanhuns, onde foi monitor dos laboratórios de Geografia Física e Práticas de Ensino em Geografia. Integrante do grupo de trabalho - Geomorfo, atuando nas áreas de Geomorfologia Ambiental, Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologia e Modelagem Ambiental. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS) da UPE – Garanhuns.

AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**INTERSECCIONALIDADES, JUSTIÇA SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**INTERSECCIONALIDADES, JUSTIÇA SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br